

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO 203 Jul-dez.
2022

ISSN 1413-1536

Ranieri Muricy Barreto
Conquistas que colocam
a Bahia em relevo

Desigualdades regionais na Bahia:
uma análise a partir
do estudo da rede urbana

Novo Oeste: uma análise do
processo migratório da cidade de
Luís Eduardo Magalhães (BA)

PAULO FÁBIO DANTAS NETO
NOVA CONFIGURAÇÃO POLÍTICA DO
BRASIL PÓS-ELEIÇÕES DE 2022



C&P 203 jul./dez. 2022
C O N J U N T U R A & P L A N E J A M E N T O

INSTITUCIONAL

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Jerônimo Rodrigues

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Cláudio Ramos Peixoto

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

José Acácio Ferreira

DIRETORIA DE ESTUDOS

Edgard Porto Ramos

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICA

Armando Affonso de Castro Neto

DIRETORIA DE INFORMAÇÕES GEOAMBIENTAIS

Cláudio Emílio Pelosi Laranjeira

DIRETORIA DE PESQUISAS

Jonatas Silva do Espírito Santo

FICHA TÉCNICA

Diretoria de Indicadores e Estatística

Armando Affonso de Castro Neto

Coordenação de Acompanhamento Conjuntural

Arthur de Souza Cruz

Editoria-geral

Elisabete Cristina Teixeira Barretto Guanis

Luzia Luna Pamponet Vilas Boas*

Editoria Científica

Luiz Mário Ribeiro Vieira

Elissandra Alves de Britto

Conselho Editorial

Aloísio Machado da Silva Filho, Andréa da Silva Gomes, Antônio Plínio Pires de Moura, Edmundo Sá Barreto Figuerôa, Gervásio Ferreira dos Santos, Gildásio Santana Júnior, Jackson Ornelas Mendonça, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Mayara Mycheila Sena Araújo, Raniery Muricy, Rosembergue Valverde de Jesus, Thiago Reis Góes

Corpo Técnico

Carla Janira Souza do Nascimento

Maria Margarete de Carvalho Abreu Perazzo

Pedro Marques de Santana

Zélia Maria de Carvalho Abreu Góis

Henrique Rocha Reis (estagiário)

Editoria de Arte

Produção

Editoração

Ludmila Nagamatsu

Normalização

Eliana Marta Gomes da Silva Sousa

Patrícia Fernanda Assis da Silva

Revisão de Linguagem

Egba

Projeto Gráfico

Fernando Cordeiro

Vinícius Luz

Ilustrações

Vinícius Luz

A *Conjuntura & Planejamento* é uma publicação semestral da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia. Todos os números podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu *Biblioteca Virtual (Publicações SEI)*.

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que a fonte original seja creditada de forma explícita.

Esta publicação está indexada no *Library of Congress*, *Ulrich's International Periodicals Directory*, *Diadorim*, *Latindex* e no sistema *Qualis da Capes*. Os artigos possuem o DOI (Identificador de Objeto Digital), código único internacional que garante sua autenticidade.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994 -). Salvador : SEI, 2023.
n. 203
Semestral
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: mensal até o número 154; trimestral até o número 198.
ISSN 1413-1536
EISSN 2594-4290

1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)



SEI
SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA



SECRETARIA
DO PLANEJAMENTO

Av. Luiz Viana Filho, 435 – 4ª Avenida – 2º And. – CAB
CEP 41750-300 – Salvador – Bahia
Tel.: (71) 3115 4823/4822
www.sei.ba.gov.br
sei@sei.ba.gov.br

4 CARTA DO EDITOR**7 ECONOMIA EM DESTAQUE**

BAHIA MANTÉM RITMO DE CRESCIMENTO APESAR
DO CENÁRIO EXTERNO DESAFIADOR

Carla do Nascimento
Elissandra Britto
Pedro M. de Santana

29 ENTREVISTA

NOVA CONFIGURAÇÃO POLÍTICA DO BRASIL PÓS-ELEIÇÕES DE 2022
Paulo Fábio Dantas Neto

ARTIGOS**35 DESIGUALDADES REGIONAIS NA BAHIA: UMA ANÁLISE
A PARTIR DO ESTUDO DA REDE URBANA**

Patrícia Chame Dias
Lobba Mattos Nunes Costa
Laiz Silva da Cunha

**57 NOVO OESTE: UMA ANÁLISE DO PROCESSO MIGRATÓRIO
DA CIDADE DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES (BA)**

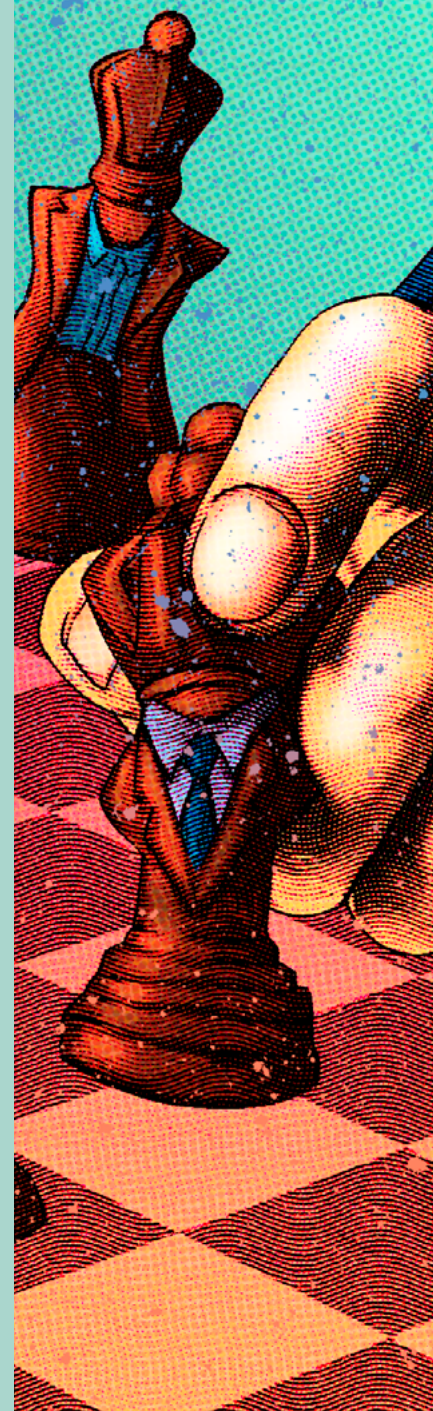
Márcia Maria Couto Mello
Ana Licks Almeida Silva
Valério Almeida de Carvalho Vilela

**75 VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO CENÁRIO
PANDÊMICO: ALGUMAS EVIDÊNCIAS PARA A BAHIA**

Débora Carvalho Reis
Liz Costa de Santana
Laumar Neves de Souza
Ana Licks Almeida Silva

94 PONTO DE VISTA

CONQUISTAS QUE COLOCAM A BAHIA EM RELEVO
Ranieri Muricy Barreto

100 LIVROS**102 CONJUNTURA ECONÔMICA BAIANA****112 INDICADORES CONJUNTURAIS****112 INDICADORES ECONÔMICOS****120 FINANÇAS PÚBLICAS**

CARTA DO EDITOR

A revista *Conjuntura & Planejamento* (C&P) traz à reflexão temas que permeiam o planejamento da atividade econômica, após dois anos de pandemia. O cenário de incertezas quanto à trajetória da atividade econômica, marcada por uma política de controle da inflação, determinou o ritmo da economia ao longo dos nove meses do ano, bem como dificultou as análises de previsão quanto ao comportamento da atividade econômica para o ano de 2023.

Nesta edição 203, a análise das economias brasileira e baiana é de desempenho positivo para 2022, apesar da instabilidade política e econômica. É nesse contexto que a equipe de Conjuntura da SEI traz em discussão o momento de crescimento vivenciado, embora ainda marcado por adversidades. O setor de Serviços deve continuar num ritmo positivo de crescimento, respondendo ao mercado de trabalho mais aquecido. A Agropecuária deve repetir o resultado positivo de 2022, com safra superior a 12 milhões de toneladas, de acordo com as estimativas da Conab, assim como o setor industrial, influenciado, principalmente, pela demanda externa, essencialmente por produtos agrícolas, combustíveis, celulose e outras commodities. Já o Comércio varejista pode continuar a ser prejudicado pela perda de poder de compra por parte dos consumidores devido ao aumento da inflação e maior custo do crédito.

Entre os colaboradores, esta edição apresenta, na seção Ponto de Vista, uma reflexão de Ranieri Muricy Barreto sobre planejamento governamental. Superintendente de Planejamento Estratégico da Secretaria Estadual do Planejamento (Seplan), Barreto avalia que a Bahia tem ampliado sua experiência com o planejamento governamental a partir do aperfeiçoamento dos seus instrumentos de longo, médio e curto prazos, sendo essa condição fundamental para enfrentar os desafios colocados tanto no cenário externo quanto no doméstico. Para ele, o modo de governar adotado nos últimos anos foi bem avaliado pela população, mas é importante inovar para prosseguir transformando a vida das famílias. A sinalização para os primeiros 100 dias de governo já descortina a prioridade de continuar reduzindo a pobreza e as desigualdades, promovendo um desenvolvimento sustentável. Nesta ótica, defende que os desafios para os próximos anos passam pela potencialização dos setores portadores de futuro, como hidrogênio verde, insumos para o agronegócio, bio e nanotecnologias, além da Educação, Saúde, Segurança, Meio Ambiente e, considerando a relevância da Segurança Alimentar frente às potencialidades da nova ruralidade na Bahia, pelo fortalecimento do pequeno agricultor e da agricultura familiar com projetos solidários, associativistas e cooperativos.

A seção Entrevista traz a contribuição de Paulo Fábio Dantas Neto, cientista político, professor da UFBA e Doutor em Ciências Humanas/Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/IUPERJ. Dada a sua vasta experiência alicerçada ao longo dos anos, Dantas Neto avalia a nova configuração política do Brasil pós-eleições de 2022. Na sua avaliação, há amplo espaço de convergência, no mundo atual, para que diferentes países e agências com perspectivas teóricas e políticas distintas cooperem na busca de soluções. A equação de equilíbrio entre responsabilidades social, fiscal e ambiental segue como o enigma mais importante a decifrar. Não se trata de missão politicamente exequível para um partido, seja ele qual for. É questão social de dimensão nacional, que requer coesão interna e cooperação internacional. Ainda de acordo com a sua reflexão, em relação aos Poderes da República, é necessária uma intensa e contínua cooperação para enfrentar a situação, distensionar o ambiente político e consolidar a estabilidade institucional. Nota-se um esforço no sentido de recuperar, principalmente, duas condições de normalidade: o necessário diálogo entre os Poderes e a autocontenção de cada um.

Entre os artigos que integram o número 203 da revista C&P está o de Patricia Chame Dias, Lobba Mattos Nunes Costa e Laiz Silva da Cunha intitulado *Desigualdades regionais na Bahia: uma análise a partir do estudo da rede urbana*. Nesse trabalho, as autoras têm como proposta apresentar resultados do Estudo da Rede Urbana do Estado da Bahia, elaborado no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Sedur), em 2011, e revisado em 2022. Têm-se também mais dois outros trabalhos intitulados *Novo Oeste: uma análise do processo migratório da cidade de Luís Eduardo Magalhães – BA*, de Márcia Maria Couto Mello, Ana Licks Almeida Silva e Valério Almeida de Carvalho Vilela, e *Violência contra as mulheres no cenário pandêmico: algumas evidências para a Bahia*, de Débora Carvalho Reis, Liz Santana, Laumar Neves de Souza e Ana Licks Almeida Silva. O primeiro tem por objetivo investigar os impactos socioculturais do processo migratório na constituição da cidade de Luís Eduardo Magalhães, enquanto o segundo buscou analisar como evoluíram as estatísticas relativas à violência de gênero direcionada às mulheres na Bahia, nos anos de pandemia.

Assim, a edição 203 da C&P oferece discussões de caráter estruturante sobre o planejamento e os desafios para as economias brasileira e baiana em uma conjuntura adversa, com um olhar nos impactos provocados pela disseminação do vírus da covid-19 após dois anos de pandemia, num cenário já marcado pelas discrepâncias sociais. Nesse aspecto, a SEI, não tendo pretensões de esgotar o assunto nem de emitir juízo de valor sobre as questões aqui discutidas, convida o leitor a fazer uma reflexão sobre as variáveis que determinam o comportamento da economia nos âmbitos nacional e estadual, em curto e longo prazos.



BAHIA MANTÉM RITMO DE CRESCIMENTO APESAR DO CENÁRIO EXTERNO DESAFIADOR

Carla do Nascimento
Mestra em economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), graduada em ciências econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). carlajanira@sei.ba.gov.br

Elissandra Britto
Mestra em economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), economista pela UFBA, técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). elissandra@sei.ba.gov.br

Pedro M. de Santana
Mestre em economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), economista pela UFBA, especialista em produção de informações econômicas, sociais e geográficas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). pedromarques@sei.ba.gov.br

doi.org/10.56839/cp.1i203.1

INTRODUÇÃO

A economia global manteve, ao longo do ano de 2022, um cenário desafiador. A pressão inflacionária na maior parte das regiões, o conflito entre a Ucrânia e a Rússia, as interrupções na cadeia de suprimentos, os remanescentes casos de covid-19 e a desaceleração nas principais economias do mundo, entre outros aspectos, contribuíram para a redução da taxa de crescimento global, de 6,0%, em 2021, para 3,2%, em 2022, conforme previsão do International Monetary Fund (2022).

A inflação mundial, particularmente de energia e de alimentos, está causando sérias dificuldades às famílias, sobretudo às mais pobres (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TRABALHO, 2022). A expectativa é de que a inflação global atinja o pico de 9,5% este ano, antes de desacelerar para 4,1% até 2024, segundo previsões do International Monetary Fund (2022). Diante do ambiente altamente inflacionário, os bancos centrais de vários



países movimentaram-se no sentido de conter esse processo com aperto monetário mais intenso, por meio da elevação das taxas básicas de juros. Essa medida já tem obtido sucesso em algumas economias, porém essa política deverá se manter mais restritiva nos países em que a taxa permaneça elevada e generalizada e traga grande vulnerabilidade financeira.

A guerra na Ucrânia ainda em curso, que desencadeou a crise energética e acentuou ainda mais a pressão inflacionária, aumentando o desafio das políticas monetárias, pode exacerbar ainda mais o cenário energético e inflacionário. Os maiores impactos econômicos ocorreram nos mercados de *commodities* (grãos, combustíveis e fertilizantes). Além do choque nos preços de *commodities*, o conflito na Europa também causou impacto negativo sobre a confiança e as condições financeiras, reduzindo o crescimento global.

Quanto aos gargalos de oferta, índices que medem a pressão nas cadeias de suprimento globais mostram alívio nesse aspecto. Porém o Índice de Pressão da Cadeia de Suprimentos Global (IPCSG), calculado pelo Banco Central de Nova York (FEDERAL RESERVE BANK OF NEW YORK, 2022), mostra que, embora as pressões globais sobre a cadeia de suprimentos tenham diminuído, elas permanecem em níveis historicamente altos. A tendência de normalização das cadeias vai depender dos desdobramentos do conflito na Ucrânia.

Por sua vez, embora a política de covid zero tenha obtido sucesso na China, atualmente alguns casos têm conduzido a *lockdown*, com efeito negativo para a atividade econômica, o que pode, também, intensificar os problemas globais da cadeia de suprimentos.

Outro aspecto diz respeito à desaceleração nas principais economias mundiais. Nos Estados Unidos, a inflação americana mantém-se em elevado patamar, sobretudo nos itens do setor de serviços, o que deixa a composição mais preocupante e uma inércia maior para o próximo ano. A inflação ao consumidor nos Estados Unidos atingiu 8,2% nos 12 meses até setembro. Diante da persistência da alta de preços, a reunião de setembro do Federal Open Market Committee (FOMC) do Federal Reserve (FED), fez um novo ajuste na trajetória da taxa básica de juros (*fed funds – FF*), pela quarta vez adicionou 0,75 ponto percentual aos juros básicos, elevando-os para a faixa de 3,75% a 4,0% (FEDERAL OPEN MARKET COMMITTEE, 2022). Contudo, a economia americana continua gerando emprego acima da média histórica, com consumo robusto, sinalizando mais aumento na taxa de juros.

A zona do euro, por estar mais próxima do conflito entre Rússia e Ucrânia, portanto, onde a crise energética causada pela guerra teve um forte impacto,

apresenta um ambiente mais inflacionário, o que se constitui em agravante para o crescimento da atividade local. A inflação ao consumidor da zona do euro atingiu o maior patamar da série histórica – 10,6% nos 12 meses até outubro, com pressões em alimentos *in natura* e energia. Mesmo com os estímulos fiscais para a recuperação da economia, após o momento mais crítico da pandemia, o banco central europeu elevou os juros básicos, em outubro, para 1,5%, a taxa mais alta desde 2009.

Na China, por sua vez, o enfraquecimento do setor imobiliário e os confinamentos constantes por conta do agravamento da pandemia mostraram-se como fatores limitantes ao crescimento mais forte daquele país ao longo do ano. Para tanto, o governo chinês adotou estímulos para a atividade econômica, por meio de concessões de crédito e reduções de taxas de juros.

Mesmo diante deste cenário instável, o Fundo Monetário Internacional (FMI) manteve em outubro a mesma projeção do boletim de julho, quando indicava crescimento de 3,2% para a taxa do PIB global em 2022. Para as economias avançadas, houve redução 0,1 p.p. na projeção e indica aumento 2,4%, com destaque para a significativa redução da taxa para os EUA, que passou de 2,3% para 1,6%. O indicador aumentou 0,5 p.p. e ficou em 3,1% na zona do euro. Para as economias emergentes, houve aumento de 0,1 p.p., passando para 3,7%. Neste grupo, destaca-se a taxa de crescimento da China (3,2%) - inferior 0,1 p.p. à taxa de julho - e o avanço de 1,1 p.p. para o Brasil, que ficou com taxa de 2,8% (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2022).

No Brasil, assim como no mundo, a economia também se encontra sob a pressão do processo inflacionário. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (2022) registrou variação de 4,09% nos primeiros nove meses de 2022 e avançou em outubro (0,59%), acumulando no ano taxa de 4,70%. Nos últimos 12 meses, a taxa acumulada até outubro foi de 6,47% menor do que até setembro (7,17%). O índice anualizado refletiu, principalmente, o aumento dos preços dos alimentos.

Neste sentido, como resposta ao cenário inflacionário, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu manter a taxa Selic em 13,75% a.a. na última reunião realizada em outubro. A decisão do Copom refletiu

Mesmo diante deste cenário instável, o Fundo Monetário Internacional (FMI) manteve em outubro a mesma projeção do boletim de julho, quando indicava crescimento de 3,2% para a taxa do PIB global em 2022

[...] a incerteza ao redor de seus cenários e um balanço de riscos com variância ainda maior do que a usual para a inflação prospectiva, é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante, que inclui os anos de 2023 e de 2024. (REUNIÃO DO

O volume de serviços não financeiros do país registrou expansão de 8,6% na taxa acumulada até setembro, com quatro das cinco atividades pesquisadas apontando taxas positivas, conforme dados apresentados pela Pesquisa Mensal de Serviços (2022)

COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022).

Ainda segundo o Comitê,

[...] irá perseverar até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas. O Comitê enfatiza que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados e não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso o processo de desinflação não transcorra como esperado. (REUNIÃO DO COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022).

Diante do cenário de desaceleração global, a economia brasileira, também, apresentou crescimento inferior ao observado no ano anterior. Com base nos indicadores por atividades econômicas, observa-se recuo da produção física da indústria, com taxa negativa de 1,1% no acumulado do ano até setembro na comparação com mesmo período do ano anterior, de acordo com a Pesquisa Mensal da Indústria. Entre as grandes categorias econômicas, a contribuição dos resultados para o período mostrou pior desempenho para bens de consumo duráveis (-5,3%), impulsionadas, em grande parte, pelas quedas observadas na fabricação de eletrodomésticos (-16,4%), especialmente os da “linha branca” (-20,3%). Os segmentos de bens intermediários (-1,0%), bens de capital (-0,5%) e de bens de consumo semi e não duráveis (-0,7%) também assinalaram recuo no período. A indústria brasileira sofreu com adversidades ao longo deste ano, sobretudo por causa do impacto da escassez de insumos e matérias-primas sobre a atividade industrial.

O volume de vendas do comércio varejista ampliado nacional registrou queda de 0,6% no acumulado do ano até setembro, conforme dados da Pesquisa Mensal do Comércio. As vendas de Veículos, motos, partes e peças acumularam variação de -1,4% no período. Quanto ao segmento de Material de construção, a variação para o volume de vendas foi de -8,1% nos nove primeiros meses. O Varejo, por sua vez, aumentou apenas 0,8% no período. O desempenho do Comércio foi influenciado principalmente pela perda do poder de compra dos consumidores devido ao crescente aumento dos preços dos bens e à elevação da taxa de juros, associados ao baixo rendimento médio e ao elevado endividamento das famílias.

O volume de serviços não financeiros do país registrou expansão de 8,6% na taxa acumulada até setembro, com quatro das cinco atividades pesquisadas apontando taxas positivas, conforme dados apresentados pela Pesquisa Mensal de Serviços (2022). Entre os setores, as contribuições positivas mais importantes

ficaram com serviços prestados às famílias (30,3%), transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (14,1%) e informação e comunicação (3,2%). O agregado especial de atividades turísticas mostrou expansão de 36,9% frente a igual período do ano passado, impulsionado, sobretudo, pelos aumentos nas receitas de empresas que pertencem aos ramos de transporte aéreo; hotéis; restaurantes; locação de automóveis; transporte rodoviário coletivo de passageiros e serviços de buffet. A retomada tardia, após o momento mais crítico da pandemia, explica as elevadas taxas de crescimento da atividade neste ano.

No setor agropecuário, espera-se que a safra de cereais, leguminosas e oleaginosas, estimada em 288,1 milhões de toneladas, tenha variação positiva de 3,8% em relação à safra de 2021, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2022) do mês de outubro. A produção agrícola está pautada no bom desempenho das culturas de milho (25,7%), algodão herbáceo (15,2%) e trigo (22,6%) e foi favorecida pelas boas condições climáticas: a ausência de chuvas, causada pelo fenômeno La Niña, impactou mais a região Sul e o Mato Grosso do Sul. Já Goiás e Mato Grosso não foram afetados por problemas climáticos.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego manteve a trajetória de queda e recuou para 9,3% no trimestre encerrado em setembro, após ter sido estimada em 11,1% no trimestre encerrado em junho, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2022) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No mercado formal, foram criados 2.147.600 postos de trabalho no acumulado de janeiro a setembro de 2022, destacando-se o saldo do setor de serviços de 1.160.702 postos de trabalho.

Com relação às expectativas quanto ao desempenho econômico do país, o mercado financeiro, após consecutivas reduções, voltou a elevar a projeção da taxa de crescimento do PIB nacional em 2022, passando a indicar aumento de 2,80% de acordo com o boletim Focus (2022) divulgado em 21 de novembro deste ano.

Todavia, a deterioração das perspectivas globais, a política fiscal mais rígida e os efeitos de taxas de juros mais altas indicam crescimento menor para 2023, apesar do avanço da previsão mais recente, que passou a sugerir uma taxa de 0,7% para o crescimento do PIB. Ainda segundo a mesma fonte, houve queda nas projeções para a inflação (com taxas de 5,88% em 2022 e de 5,01% em 2023) e estabilidade nas da taxa Selic (com taxas de 13,75% a.a. ao final de 2022 e de 11,50% a.a. ao término de 2023).

Enfim, após esse breve contexto macroeconômico em que se insere a economia baiana, nas próximas seções serão apresentados os principais

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego manteve a trajetória de queda e recuou para 9,3% no trimestre encerrado em setembro, após ter sido estimada em 11,1% no trimestre encerrado em junho

As duas safras anuais do milho devem somar 2,84 milhões de toneladas [...] Com relação à área plantada (700 mil hectares), o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2022) do IBGE aponta uma expansão de 4,5% em relação à safra anterior

resultados do desempenho da Bahia para o acumulado do ano até setembro de 2022 e seus prováveis desdobramentos para o último trimestre do ano.

ECONOMIA BAIANA

ATIVIDADE AGRÍCOLA

O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2022) estimou, em outubro deste ano, que a produção de cereais, oleaginosas e leguminosas¹ da Bahia deverá alcançar 11,4 milhões de toneladas (t), o que representa crescimento de 8,2% na comparação com a safra de 2021 – que foi, até então, o melhor resultado da série histórica do levantamento. A boa colheita, de um modo geral, está relacionada à distribuição de chuvas regular e às condições de mercado favoráveis, apesar do aumento dos custos de produção e de interferências climáticas pontuais negativas em algumas lavouras. A demanda aquecida e os preços atrativos estimularam os produtores a ampliarem a área de plantio, o que se verificou em todos os principais cultivos pesquisados (soja, milho, algodão e feijão).

O volume colhido da soja alcançou 7,2 milhões de toneladas, 6,0% acima do verificado em 2021. Dessa forma, a safra da oleaginosa atingiu safra recorde pelo terceiro ano consecutivo. A área plantada no estado ficou projetada em 1,8 milhão de hectares (7,2% superior ao observado em 2021). A produção de algodão (caroço e pluma) ficou estimada em 1,4 milhão de toneladas, que representou alta de 6,4% em relação a 2021. A área plantada com a fibra (290 mil hectares) superou em 8,3% a do ano passado, demonstrando que houve uma maior disposição de investimento dos produtores diante da melhoria nas condições de mercado.

As duas safras anuais do milho devem somar 2,84 milhões de toneladas, que representa crescimento de 13,6% na comparação anual. Com relação à área plantada (700 mil hectares), o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2022) do IBGE aponta uma expansão de 4,5% em relação à safra anterior. A estimativa da primeira safra do cereal é de 2,2 milhões de toneladas, sendo 15,3% superior à de 2021. A segunda safra de 650 mil toneladas aponta crescimento de 8,3% em relação à colheita passada. A perspectiva para o feijão é de que sua produção totalize 244 mil toneladas, o que representa avanço de 28,9% na comparação com a safra 2021. Área plantada de 417 mil hectares, a mesma observada no ano anterior. Estima-se que a

1 Algodão (caroço de algodão), amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale.

primeira safra da leguminosa (145,6 mil toneladas) seja 41,3% superior à de 2021, bem como a segunda safra (98,3 mil toneladas) tenha uma variação positiva de 14,1% na mesma base de comparação.

Tabela 1

Estimativa de produção física, áreas plantada e colhida e rendimentos dos principais produtos – Bahia – 2021/2022

Produtos/safras	Produção física (mil t)			Área plantada (mil ha)			Área colhida (mil ha)			Rendimento (kg/ha) ⁽³⁾		
	2021 ⁽¹⁾	2022 ⁽²⁾	Var. (%)	2021 ⁽¹⁾	2022 ⁽²⁾	Var. (%)	2021 ⁽¹⁾	2022 ⁽²⁾	Var. (%)	2021 ⁽¹⁾	2022 ⁽²⁾	Var. (%)
Mandioca	862	856	-0,6	123	123	0,0	109	109	0,0	7904	7856	-0,6
Cana-de-açúcar	5525	5600	1,4	78	80	2,6	78	80	2,6	70833	70000	-1,2
Cacau	145	126	-13,1	440	440	0,0	420	420	0,0	345	300	-13,1
Café	207	234	12,8	122	122	0,0	104	106	1,9	2000	2213	10,7
Grãos ⁽⁴⁾	10504	11362	8,2	3201	3379	5,5	3201	3379	5,5	3281	3363	2,5
Algodão	1268	1349	6,4	268	290	8,3	268	290	8,3	4731	4646	-1,8
Feijão	189	244	28,9	417	417	0,0	417	417	0,0	454	585	28,9
Milho	2500	2841	13,6	670	700	4,5	670	700	4,5	3731	4058	8,8
Soja	6834	7241	6,0	1700	1823	7,2	1700	1823	7,2	4020	3972	-1,2
Sorgo	142	135	-5,2	90	90	0,0	90	90	0,0	1577	1495	-5,2
Outros ⁽⁴⁾	65	78	20,2	56	58	3,6	56	58	3,6	1162	1347	16,0
Total	-	-	-	3964	4143	4,5	3912	4093	4,6	-	-	-

Fonte: IBGE—Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2022).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) LSPA/IBGE safra 2021.

(2) LSPA/IBGE previsão de safra (out. 2022).

(3) Rendimento = produção física/área colhida.

(4) Inclui também amendoim (1ª e 2ª safras), mamona e trigo.

Por sua vez, o Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos (2022) da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)² estimou que a produção baiana de grãos superou os 12 milhões de toneladas (t) na temporada 2021/2022, o que representou alta de 12,1% em relação ao ciclo 2020/2021. A produção de algodão alcançou 1,3 milhão de toneladas no ciclo 2021/2022, o que representou uma expansão de 2,7% na comparação com o ciclo anterior. A área plantada (308 mil hectares) superou em 15,2% a de 2020/2021. A Conab também sinalizou uma produção (7,3 milhões de toneladas) superior ao recorde observado na safra passada (6,8 milhões de toneladas), apontando um crescimento de 6,5% em relação ao período anterior. Quanto à área plantada, esta se expandiu (11,3%) ao totalizar 1,9 milhão de hectares.

O ciclo do milho 2021/2022 totalizou 3,3 milhões de toneladas, o que representa uma variação positiva de 22,5% com relação ao ciclo anterior. Foram estimados 814 mil hectares de área plantada. As principais contribuições vieram da primeira (2,09 milhões de toneladas) e da terceira safra (1,06 milhão de toneladas). Para o feijão, a temporada encerrou-se com volume estimado de 284 mil toneladas colhidas numa área de 408 mil hectares. Com isso, houve expansão de 29,3% do volume produzido na comparação com

2 Os dados referem-se ao décimo segundo levantamento divulgado pela Conab, cujo ano agrícola estende-se de outubro do ano anterior a setembro do ano corrente.

A safra do tipo arábica ficou projetada em 89 mil toneladas, com variação anual positiva de 20,3%; e a do tipo canéfora ou conilon teve previsão de 135 mil toneladas, alta de 1,5% na mesma base de comparação

o ciclo 2020/2021. As três safras anuais da leguminosa tiveram resultados positivos, com destaque para segunda safra, cujo volume somou 108 mil toneladas, 18% acima do ciclo anterior.

Com relação a outras culturas permanentes e temporárias relevantes no estado, destaque para a recuperação da lavoura o café. De acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2022), deve-se colher 224 mil toneladas em 2022, 8,2% acima do observado no ano anterior. A safra do tipo arábica ficou projetada em 89 mil toneladas, com variação anual positiva de 20,3%; e a do tipo canéfora ou conilon teve previsão de 135 mil toneladas, alta de 1,5% na mesma base de comparação. Para a lavoura da cana-de-açúcar, o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2022) estima produção de 5,6 milhões de toneladas, alta de 1,4% em relação à safra 2021. A estimativa da produção do cacau está projetada em 126,5 mil toneladas, o que representa uma queda de 12,8% na comparação com o ano anterior.

As estimativas para as lavouras de banana (911,3 mil toneladas), laranja (653,5 mil toneladas) e uva (60,8 mil toneladas), por sua vez, registraram, respectivamente, variações de 3,7%, 3,0% e -0,8%, em relação à safra anterior. O levantamento ainda indicou uma produção de 856,3 mil toneladas de mandioca, 0,6% inferior à de 2021. A produção de batata-inglesa, estimada em 354 mil toneladas, apresentou recuo de 8,5%, e a do tomate, estimada em 178 mil toneladas, aponta queda de 14,5% na comparação com o ano passado.

PECUÁRIA

De acordo com Estatística da Produção Pecuária (2022) do IBGE, coletados pelos sistemas de inspeção federal, estadual e municipal, para a Bahia, foram abatidos 253,1 mil cabeças de bovinos no segundo trimestre de 2022, que corresponde a uma alta de 12,6% na comparação com mesmo trimestre de 2021. No acumulado dos dois primeiros trimestres, houve crescimento de 10,3% do indicador na comparação com mesmo período de 2021. O abate de suínos (67,2 mil cabeças) também apresentou aumento na comparação anual (38,8%) e na do acumulado do primeiro semestre (51,7%).

Os frangos abatidos no período somaram 33,05 milhões de cabeças, o que representa recuo de 2,6% em relação ao segundo trimestre de 2021. No primeiro semestre, foram abatidas 68,9 milhões de cabeças, o que corresponde a 2,6% de aumento sobre a mesma base de comparação de 2021. A aquisição de leite, por sua vez, alcançou 130,7 mil litros no segundo

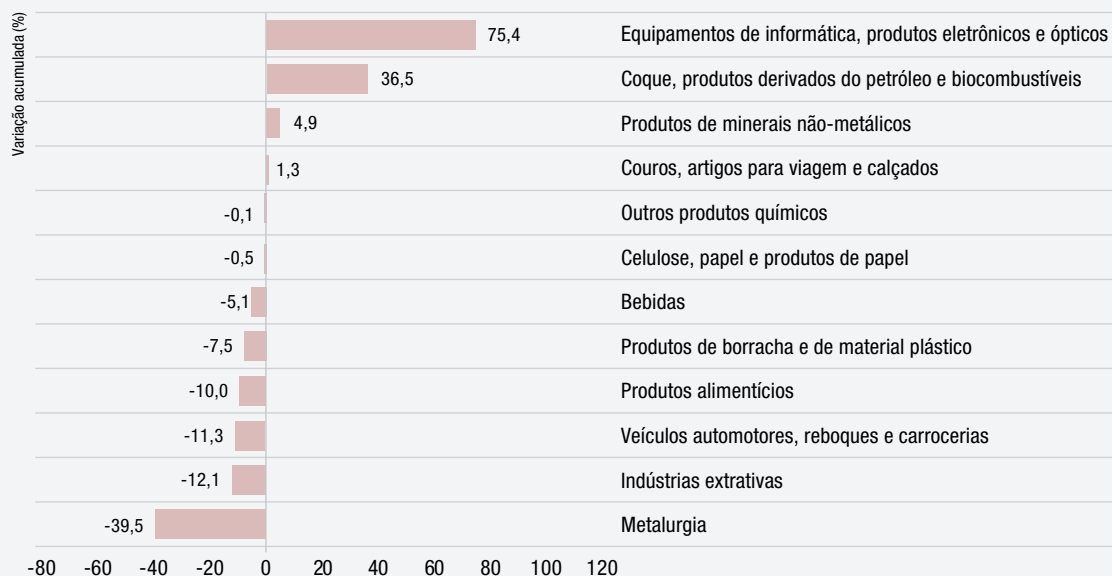
trimestre, queda de 13,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Na comparação semestral, houve recuo de 7,8%.

A análise da evolução da pecuária baiana, no terceiro trimestre do ano, ainda ressentida da divulgação dos indicadores regionais relativos ao abate de animais e à produção de leite até o momento do fechamento desse cenário.

ATIVIDADE INDUSTRIAL

Na análise dos segmentos da indústria baiana, no período de janeiro a setembro, em comparação com o mesmo período do ano anterior, apesar da maioria dos segmentos da indústria de transformação baiana apresentar taxas negativas, conforme dados ilustrados no Gráfico 1, houve aumento da produção industrial de transformação do estado no período, com taxa de 5,6%, pois o segmento de derivados de petróleo, o qual apresentou a maior contribuição para a taxa no acumulado do ano, registrou significativo aumento e tem importante participação (25,9%) no valor da transformação industrial (PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL, 2020).

Gráfico 1
Produção física da indústria por setores de atividade (%) – Bahia – Jan.-set. 2022



Fonte: IBGE–Pesquisa Industrial Mensal (2022).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Considerando-se os segmentos que mais influenciaram o resultado positivo da indústria de transformação baiana, tem-se, inicialmente, o setor derivados de petróleo. No período de janeiro a setembro, a produção expandiu

A principal contribuição negativa para o período veio do setor Metalúrgico, impactado, sobretudo na transformação do cobre com queda na produção de barras, perfis e vergalhões de cobre e de ligas de cobre

36,5%, com aumento no processamento de óleo diesel, óleo combustível, nafta para petroquímica, gasolina e parafina.

A produção de Minerais não metálicos acumula no ano até setembro aumento de 4,9%. No período, houve aumento, principalmente, na fabricação de cimentos “Portland”, massa de concreto e elementos pré-fabricados para construção civil. O bom desempenho da atividade se dá mesmo diante de um cenário desafiador com forte pressão dos custos dos insumos utilizados.

O setor de Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e óticos, por sua vez, registrou aumento de 75,4%, principalmente atribuído ao crescimento na produção de computadores pessoais de mesa e portáteis.

Na indústria calçadista, o avanço do setor deu-se especialmente pelo crescimento na produção de calçados, influenciado pelo aumento da demanda por esses produtos, decorrente da ampliação do emprego e da massa de rendimentos no período.

A principal contribuição negativa para o período veio do setor Metalúrgico, impactado, sobretudo na transformação do cobre com queda na produção de barras, perfis e vergalhões de cobre e de ligas de cobre.

A queda na indústria de Alimentos foi atribuída, em especial, à menor produção de açúcar cristal, farinha de trigo e cacau ou achocolatado em pó. O recuo na produção desse setor reflete o impacto da inflação em alimentos, especialmente os da cesta básica, como também a alta nos custos de matérias-primas, insumos e energia.

Por sua vez, o segmento de Borracha e material plástico, com queda de 7,5% no período, teve o desempenho influenciado, principalmente pela queda na produção de embalagens plásticas e de pneus novos para automóveis. No caso de Celulose e papel, a queda observada no período foi atribuída principalmente ao recuo na produção de pasta química de madeira e de caixas de papelão, mesmo diante de cenário de preços de mercado preservados em patamares elevados.

A indústria de Bebidas recuou em 5,1% no acumulado do ano até setembro, comparada ao mesmo período do ano anterior, impactada pela redução na produção de cervejas e chopes.

O setor de Veículos registrou queda de 11,3% no período, atribuído, principalmente, ao declínio na produção de peças e acessórios para sistema de direção e suspensão para veículos e bancos de metal.

A indústria de produtos químicos, que recuou apenas 0,1% no período, foi prejudicada pela menor produção de bens químicos de uso industrial e fertilizantes (NPK).

Por fim, a indústria Extrativa, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal (2022) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), caiu 12,1% no acumulado do ano até setembro, principalmente em decorrência do recuo na produção de óleos brutos de petróleo e gás natural.

Portanto, para o último trimestre do ano, a expectativa é de que a taxa de crescimento da produção industrial baiana tenda a arrefecer, em parte por conta de paralisações programadas para algumas atividades e, por outra, pelas incertezas do mercado com relação à nova política econômica sobre o cenário macroeconômico nacional.

Há, também, um cenário desafiador no ambiente internacional, uma vez que a demanda externa possa esfriar diante das expectativas de desaceleração das principais economias do mundo. A inflação mundial, o conflito no Leste Europeu e o desaquecimento de grandes economias mundiais, caso dos Estados Unidos e Zona do Euro, devem ser determinantes para a menor dinâmica de crescimento para o setor. Contudo, a manutenção dos preços elevados das commodities assegura o crescimento das exportações do setor produtivo local nos últimos meses do ano.

COMÉRCIO EXTERIOR

A balança comercial baiana registrou superávit de US\$ 1,955 bilhão no período de janeiro a outubro de 2022, de acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia, analisados no Boletim de Comércio Exterior da Bahia (2022), da SEI. As exportações alcançaram US\$ 11,702 bilhões e ficaram 41,3% acima do total registrado em igual período de 2021, enquanto as importações somaram US\$ 9,747 bilhões – maiores em 58,9% se comparadas com a soma do mesmo período do ano anterior. A corrente do comércio exterior do estado alcançou US\$ 21.449 bilhões, avançando 48,8% em relação ao resultado de igual período de 2021.

Considerando-se os segmentos da Agropecuária, destacam-se os aumentos nas vendas de Soja e derivados, com alta de 36,0% no período e de Algodão e seus subprodutos, com crescimento de 20,3%, conforme ilustrado no Gráfico 2.

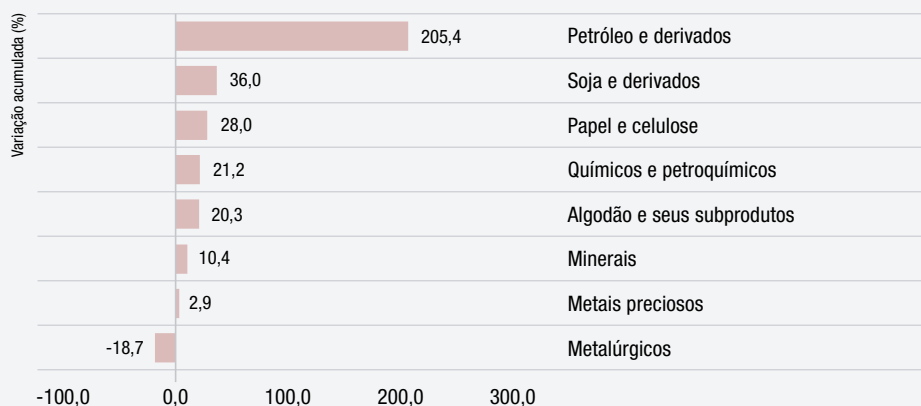
Entre os segmentos da Indústria de transformação, destacaram-se os aumentos em Petróleo e derivados (205,4%), Papel e celulose (28,0%) e

A balança comercial
baiana registrou
superávit de US\$
1,955 bilhão no
período de janeiro a
outubro de 2022, de
acordo com dados
da Secretaria de
Comércio Exterior
(Secex) do Ministério
da Economia

Químicos e petroquímicos (21,2%). Em sentido contrário, o principal recuo foi destacado em Metalúrgicos (-18,7%). Considerando-se as vendas da Indústria extrativa, houve crescimento no segmento de Minerais (10,4%) e em Metais preciosos (2,9%).

Gráfico 2

Exportações baianas (%) – Principais segmentos – Jan.-out. 2022



Fonte: Boletim de Comércio Exterior da Bahia (2022).

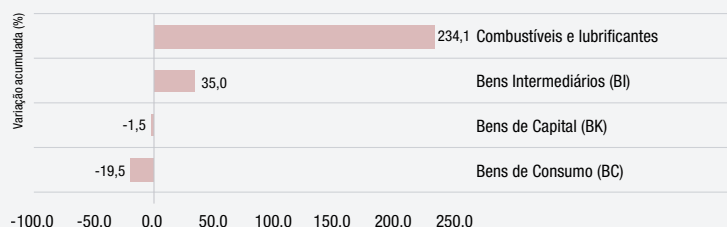
Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: Dados coletados em 03/11/2022.

O aumento das compras externas no período deveu-se, essencialmente, ao aumento na categoria de uso de combustíveis e lubrificantes (234,1%) e bens intermediários (35,0%). As demais categorias tiveram recuo no período: bens de consumo (-19,5%) e bens de capital (-1,5%) (Gráfico 3).

Gráfico 3

Importações baianas por categoria de uso (%) – Jan.-out. 2022



Fonte: Boletim de Comércio Exterior da Bahia (2022).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: Dados coletados em 03/11/2022.

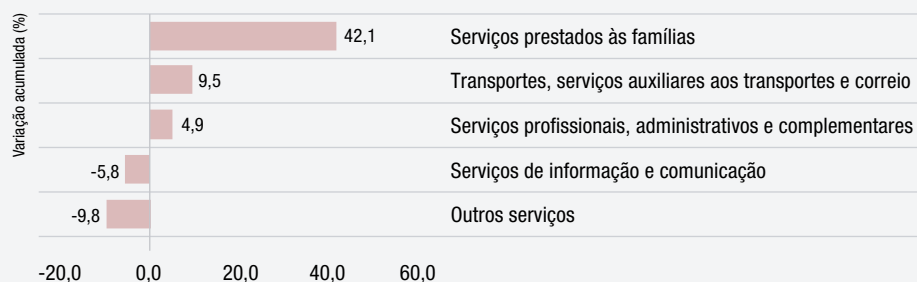
Portanto, no acumulado do ano até outubro, as vendas externas baianas tiveram crescimento superior à média do Brasil (19,0%), refletindo, especialmente, as altas exportações do segmento de Petróleo e derivados (205,4%). O aumento das importações baianas no mesmo período também foi maior

do que o observado na média do país (29,3%), refletindo o crescimento da indústria de transformação local, uma vez que os produtos importados foram basicamente de insumos industriais, a exemplo de nafta petroquímica, GNL, óleo bruto de petróleo, entre outros.

ATIVIDADE DE SERVIÇOS

A reabertura econômica, após a passagem do momento mais crítico da crise sanitária, permitiu a forte retomada do setor de Serviços baiano. Com base na Pesquisa Mensal de Serviços (2022) do IBGE, houve aumento de 8,2% no volume de Serviços no acumulado do ano até setembro em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal resultado está atribuído ao aumento em três das cinco atividades do setor, com exceção de Serviços de informação e comunicação e Outros serviços, que no período recuaram, respectivamente, 5,8% e 9,8%, como ilustrado no Gráfico 4. Assim, tiveram crescimento as seguintes atividades: Serviços prestados às famílias (42,1%), Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (9,5%) e Serviços profissionais, administrativos e complementares (4,9%).

Gráfico 4
Volume de Serviços (%) – Bahia – Jan.-set. 2022



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Serviços (2022).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Ressalte-se que segmentos como alojamento e alimentação e atividades artísticas e culturais têm sido beneficiadas pela recuperação da mobilidade, favorecendo fortemente o ritmo crescente das atividades do setor.

COMÉRCIO VAREJISTA

As vendas do comércio varejista na Bahia ainda não alcançaram uma trajetória de crescimento em 2022. Ao longo dos últimos nove meses, com exceção do mês de março (5,7%), o setor registrou taxas negativas. Esse

comportamento resultou na retração de 4,6% das vendas para o acumulado do ano. Ao passo que no país houve um suave crescimento de 0,8%.

Nesse período, a queda foi influenciada pelos segmentos de Móveis e eletrodomésticos (-27,4%), Outros artigos de uso pessoal e doméstico (-6,2%), Combustíveis e lubrificantes (-5,1%) e Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-2,4%) (Tabela 2). As principais razões para o comportamento negativo na trajetória desses segmentos é que, apesar do estímulo proveniente ao Auxílio Brasil nas faixas de renda mais baixas e a percepção mais favorável sobre o mercado de trabalho, o comprometimento maior da renda, endividamento alto das famílias e elevadas taxas de juros prejudicaram a sensação de um cenário mais otimista para as vendas no varejo.

Tabela 2

Estimativa de produção física, áreas plantada e colhida e rendimentos dos principais produtos – Bahia – 2021/2022

Atividade	Ano
Comércio Varejista	-4,6
1 - Combustíveis e lubrificantes	-5,1
2 - Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-2,4
2.1 - Hipermercados e supermercados	-1,1
3 - Tecidos, vestuário e calçados	7,4
4 - Móveis e eletrodomésticos	-27,4
4.1 - Móveis	-31,7
4.2 - Eletrodomésticos	-26,4
5 - Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	11,2
6 - Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação	0,3
7 - Livros, jornais, revistas e papelaria	10,2
8 - Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-6,2
Comércio Varejista Ampliado (2)	-5,9
9 - Veículos, motos, partes e peças	-9,4
10 - Material de construção	-4,9

Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio (2022).

Notas: (1) Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.

(2) O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 10.

No caso de Móveis e eletrodomésticos, os resultados negativos vêm se repetindo mensalmente de forma sequenciada desde julho de 2021. Atividade bastante influenciada pela disponibilidade de crédito teve seus principais entraves na adoção de uma política monetária restritiva com alta de juros, ocorrência de inflação elevada, endividamento das famílias e comprometimento da renda dos consumidores.

Outros artigos de uso pessoal e doméstico também se destacou no acumulado em função dos recuos mensais apresentados desde abril. Tradicionalmente responsável por comercializar bens de menor valor agregado, e bastante influenciado pelo comprometimento da renda do consumidor, esse segmento

encontra no elevado endividamento um entrave para o seu negócio, pois nessas condições são “cortados os gastos com os bens considerados supérfluos”.

As vendas de Combustíveis e lubrificantes também foram influenciadas pelo cenário de incerteza na atividade econômica. Apesar de ser considerado um bem inelástico, as constantes elevações nos preços do produto levaram os consumidores a utilizarem os seus veículos de forma mais otimizada, implicando sucessivas taxas negativas nas suas vendas desde o mês de agosto de 2021. Assim, o resultado apresentado para o acumulado do ano é proveniente a esse quadro, apesar de, no mês de agosto e de setembro, ter ocorrido expansão nos negócios, dada a deflação verificada nesses meses.

Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo se constitui no segmento de maior peso para o indicador de volume de vendas do comércio varejista e que, por comercializar bens de primeira necessidade, tem na inflação e no comprometimento da renda os maiores empecilhos para o aquecimento dos negócios. A perda de poder de compra interfere na estratégia utilizada pelo consumidor de realizar o processo de substituição de bens, passando a efetivar a redução de produtos nas cestas adquiridas.

Por outro lado, entre as contribuições positivas no acumulado do ano, destaca-se o segmento de Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (11,2%), Livros, jornais, revistas e papelaria (10,2%) e Tecidos, vestuário e calçados (7,4%). Esses segmentos tiveram suas vendas influenciadas por aspectos conjunturais. O primeiro foi estimulado pela busca constante de produtos que elevassem a imunidade do consumidor, dadas as frequentes ocorrências de surtos virais, bem como a presença, ainda, do vírus da covid-19 no país. O segundo teve no retorno das atividades escolares presenciais de forma mais efetiva a sua principal explicação. Em março, essa atividade chegou a registrar a expansão de 42,0%. Para o terceiro, foi determinante a retomada das atividades presenciais, bem como a realização de eventos e liberalização das atividades de serviços. No mês de março, essa atividade registrou uma expansão de 140,3% nas vendas.

No varejo ampliado, que inclui o varejo e mais as atividades de Veículos, motos, partes e peças e de Material de construção, as vendas na Bahia recuaram 5,9%, no acumulado do ano. Essa taxa é resultado do comportamento negativo do primeiro cujas vendas recuaram em 9,4% no período e também do segundo com a taxa negativa em 4,9%. No país as taxas também foram negativas em 0,6% para o ampliado, 1,4% e 8,1%, para Veículos, motos, partes e peças e de Material de construção, respectivamente.

Portanto, no último trimestre do ano, apesar da previsão de que a comemoração do Dia das Crianças, a realização da Copa do Mundo, a Black Friday,

Entre as contribuições positivas no acumulado do ano, destaca-se o segmento de Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (11,2%), Livros, jornais, revistas e papelaria (10,2%) e Tecidos, vestuário e calçados (7,4%)

a antecipação de parcelas do décimo terceiro e as comemorações natalinas estimulem as vendas, o elevado nível de endividamento dos consumidores conduz a incertezas quanto ao comportamento do setor. Em setembro, de acordo com os dados do Serasa Experian, foi registrado um nível recorde de 68,4 milhões de pessoas inadimplentes.

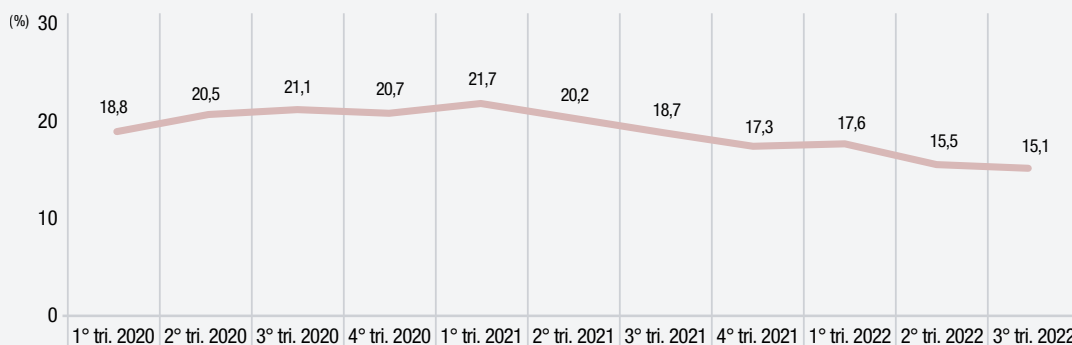
Assim sendo, as expectativas para o comércio varejista baiano no ano de 2023 continua dependendo do comportamento de algumas variáveis, como a inflação, a taxa de juros, e o endividamento das famílias.

MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho baiano manteve-se com resultados positivos no terceiro trimestre do ano, principalmente após o retorno à normalidade das atividades de serviços prestados às famílias. Os indicadores de emprego podem ser verificados a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2022), do IBGE, e do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), do Ministério do Trabalho e Previdência (BRASIL, 2022).

A taxa de desocupação para a Bahia, apurada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2022), declinou de 18,7%, no terceiro trimestre de 2021 para 15,1% no terceiro trimestre de 2022, registrando decréscimo de 3,6 pontos percentuais entre os períodos. Ao mesmo tempo, ocorreu redução de 0,4 ponto percentual entre o segundo trimestre (15,5%) e o terceiro trimestre deste ano. A trajetória do índice de desocupação a partir de 2020 está ilustrada no Gráfico 5.

Gráfico 5
Taxa de desocupação (%)⁽¹⁾ – Bahia – 1º tri. 2020–3º tri. 2022



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2022).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: (1) Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência.

A população ocupada na Bahia aumentou 3,7% no terceiro trimestre de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto, na média nacional, houve crescimento de 6,8% na mesma base de comparação. No que diz respeito à distribuição setorial da população ocupada no estado, os resultados destacam, no confronto entre o terceiro trimestre de 2022 e o de 2021, aumento da ocupação em seis dos dez segmentos: Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (9,6%), Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (13,8%), Indústria geral (9,6%), Transporte, armazenagem e correio (3,0%), Serviços domésticos (8,5%) e Outros serviços (23,0%). Em sentido contrário, os grupamentos Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (-3,6%), de Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (-2,4%), Construção (-1,4%) e Alojamento e alimentação (-2,3%) apresentaram recuos da população ocupada nessa base de comparação.

Na análise da população ocupada assalariada quanto à posição na ocupação no estado, verificou-se que os empregados do setor privado com carteira assinada (exclusive domésticos) tiveram acréscimo de 15,7% no terceiro trimestre de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior. Ao mesmo tempo, os empregados do setor privado sem carteira assinada (exclusive domésticos) aumentaram em 13,5%. Contudo houve queda da população ocupada como Conta própria (-10,1%).

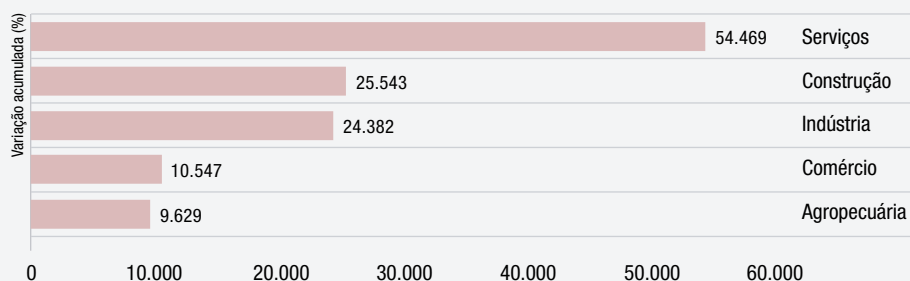
O rendimento habitual médio real (de todos os trabalhos) recuou 0,9% para os ocupados, na comparação entre o terceiro trimestre de 2022 e o mesmo período de 2021. Na mesma comparação, a massa de rendimento real (de todos os trabalhos) aumentou em 3,8%.

Quanto ao emprego formal, no período de janeiro a setembro de 2022, na Bahia, foram gerados 124.770 postos de trabalho, de acordo com os dados do Novo Caged (BRASIL, 2022). Isso corresponde a uma variação percentual do estoque de emprego de 6,94%, portanto acima da média nacional (5,28%) e nordestina (5,45%). No país, houve um saldo positivo de 2.147.600 postos e, no Nordeste, de 361.973 postos.

Considerando-se os dados desagregados setorialmente para o estado, todos os setores de atividade apresentaram saldos positivos destacando-se o setor de Serviços, com 54.469 postos, seguido pelos setores de Construção, com 25.543 vagas, de Indústria, com 24.382 postos, Comércio, com 10.547 postos e de Agropecuária, com 9.629 postos de trabalho, como ilustrado no Gráfico 6.

Gráfico 6

Saldo de empregos celetistas, por setor de atividade econômica – Bahia – Jan.-set. 2022



Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência – Novo Caged (2022).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) Saldo líquido = admitidos menos desligados. Todos os setores incluídos.

(2) Inclusive informações fora do prazo até março de 2022.

(3) Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes (2022).

(4) Dados com o ajuste da nova metodologia adotada pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

(5) Dados divulgados em outubro de 2022.

Os indicadores analisados apontaram um quadro de recuperação do mercado de trabalho baiano nos primeiros nove meses de 2022, principalmente com importante criação dos empregos formais, porém o nível de ocupação ainda tem sido liderado pelo trabalho informal. Importante ressaltar também a ainda elevada taxa de desemprego com queda nos rendimentos do trabalho no acumulado deste ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário econômico apresentado nas seções anteriores, as expectativas para o ano de 2023, segundo projeções elaboradas pela SEI, são de que a economia da Bahia terá desempenho positivo, embora com um ritmo menos intenso do que o observado em 2022, diante das incertezas tanto no cenário nacional como no externo.

Neste sentido, o setor de Serviços deve continuar com um ritmo positivo de crescimento, respondendo ao mercado de trabalho mais aquecido. A retomada das atividades turísticas será determinante para o aumento da ocupação e da renda em 2023. Porém o Comércio varejista, também beneficiado pela reabertura das lojas físicas, pode continuar a ser prejudicado pela perda de poder de compra por parte dos consumidores devido ao aumento da inflação e pelo maior custo do crédito. No mercado de trabalho, o número de ocupações deve continuar a crescer em praticamente todos os grandes setores, especialmente o de Serviços, porém observa-se queda na média dos rendimentos.

A Agropecuária deve repetir o resultado positivo de 2022, com safra superior a 12 milhões de toneladas, de acordo com as estimativas da Conab. O setor

industrial também deve apresentar resultados positivos, principalmente ancorado pela demanda externa, essencialmente por produtos agrícolas, combustíveis, celulose e outras commodities. As vendas externas serão beneficiadas pelos preços das commodities, que, apesar de estarem em queda, ainda se encontram em níveis elevados. As importações, por outro lado, não devem registrar crescimento significativo, devido ao baixo nível da demanda doméstica e dos investimentos, porém serão influenciadas pelo aumento das compras de combustíveis e fertilizantes.

Contudo, alguns riscos podem comprometer o cenário esperado de crescimento econômico baiano no próximo ano. Do lado externo, o conflito entre Rússia e Ucrânia, a inflação mundial e a desaceleração das principais economias globais, especialmente, aquelas que demandam produtos da pauta baiana podem trazer transtornos ao comércio externo brasileiro, o que, por sua vez, se refletiria no baiano. Do lado interno, a pressão inflacionária e a elevação das taxas de juros podem reduzir o nível de atividade no estado, na medida em que dificultem a produção e o consumo de bens e serviços.

Por fim, a melhora na confiança do empresário evidenciada no Índice de Confiança do Empresariado Baiano (2022) pode significar expectativa da retomada dos investimentos, principalmente, em infraestrutura, o que deve contribuir para o crescimento da indústria e da economia baiana nos próximos anos. Neste sentido, destacam-se empreendimentos como a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), a ponte Salvador-Itaparica, o Tramo III da linha do metrô em Salvador e a construção da nova rodoviária de Salvador, como também as obras de saneamento básico.

Do lado dos investimentos com o setor privado, estão os relativos ao setor de energia renovável – eólica e solar e de hidrogênio verde; refino de petróleo; químico; automotivo; mineração; entre outros. Todos esses são investimentos importantes para o crescimento do emprego, da renda e da produtividade a médio e longo prazo no estado.

REFERÊNCIAS

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BAIANA: produção de grão na Bahia atinge 11,4 milhões de toneladas e cresce 8,2% em 2022. Salvador: SEI, nov. 2022. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/indicadores_especiais/pdf/safras/safras_nov_2022.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA DE GRÃOS: safra 2021/22. Brasília: CONAB, v. 9, n. 12, set. 2022. Décimo segundo levantamento. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos>. Acesso em: 15 out. 2022.

BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA: desempenho do comércio exterior baiano. Salvador: SEI, out. 2022. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_out_2022.pdf. Acesso em: 22 nov. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. *Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados*: estatísticas mensais do mercado de trabalho formal. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>. Acesso em: 25 nov. 2022.

ESTATÍSTICA DA PRODUÇÃO PECUÁRIA. Rio de Janeiro: IBGE, abr./jun. 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2380/epp_2022_2tri.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.

FEDERAL OPEN MARKET COMMITTEE, 2022, Washington, DC. *Proceedings* [...]. Washington, DC: FOMC, 1-2 nov. 2022. Disponível em: <https://www.federalreserve.gov/monetarypolicy/fomcminutes20221102.htm>. Acesso em: 25 nov. 2022.

FEDERAL RESERVE BANK OF NEW YORK. *Global Supply Chain Pressure Index*. Disponível em: <https://www.newyorkfed.org/research/policy/gscpi#/overview>. Acesso em: 25 nov. 2022.

FOCUS: relatório de mercado. Brasília: BCB, 21 nov. 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>. Acesso em: 25 nov. 2022.

ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESARIADO BAIANO. Salvador: SEI, out. 2022. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/iceb/rel_ICEB_out22.pdf. Acesso em: 26 nov. 2022.

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca>. Acesso em: 20 nov. 2021.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Countering the cost-of-living crisis*. Washington, DC: IMF, Oct. 2022. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2022/10/11/world-economic-outlook-october-2022>. Acesso em: 10 nov. 2022.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, nov. 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/lspa/bahia>. Acesso em: 20 nov. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TRABALHO. *Relatório global sobre salários*: aumento da inflação provoca queda drástica nos salários reais, diz relatório da OIT. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_862908/lang--pt/index.htm. Acesso em: 30 nov. 2022.

PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL: empresa. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1849#resultado>. Acesso em: 15 maio 2022.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: produção física regional. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/229/pim_pfr_2022_set.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/230/pmc_2022_set.pdf. Acesso em: 9 nov. 2022.

PESQUISA MENSAL DE SERVIÇOS. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2419/pms_2022_set.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA. Rio de Janeiro: IBGE, 3. tri. 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2022_3tri.pdf. Acesso em: 25 nov. 2022.

REUNIÃO DO COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, 250., 2022, Brasília. Ata [...]. Brasília: Bacen, 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascom>. Acesso em: 13 nov. 2022.

SARAIVA, Alessandra. Confiança do comércio em setembro registrou pior patamar em mais de dois anos, diz CNC. *Valor econômico*, São Paulo, 27 set. 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/09/27/confiana-do-comrcio-em-setembro-registrou-pior-patamar-em-mais-de-dois-anos-diz-cnc.ghtml>. Acesso em: 27 set. 2022.

SCHYMURA, Luiz Guilherme. Alto endividamento das famílias, com destaque para os mais pobres, é desafio para o próximo governo. *Carta do Ibre*, Rio de Janeiro, nov. 2022. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2022-11/11ce2022-carta-do-ibre.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2022

SONDAGEM DO CONSUMIDOR: *Índice de Confiança do Consumidor*. Rio de Janeiro, set. 2022. Disponível em: https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2022-09/sondagem-do-consumidor-fgv_press-release_set22_0.pdf. Acesso em: 26 set. 2022.



Paulo Fábio Dantas Neto

NOVA CONFIGURAÇÃO POLÍTICA DO BRASIL PÓS- ELEIÇÕES DE 2022

Possui bacharelado em Ciências Econômicas e mestrado em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutorado em Ciências Humanas/Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj). É Professor Associado da UFBA (Departamento de Ciência Política), membro permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFBA) e pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades (CRH), da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da mesma universidade. Tem experiência na área de pesquisa em Ciência Política, com ênfase em Elites Políticas, Instituições Políticas e Política Brasileira, trabalhando em temas como elites subnacionais, elites e partidos e competição eleitoral na Bahia. Atualmente dedica-se à pesquisa em torno de temas inseridos no campo do Pensamento Político Brasileiro, ao ensino de Teoria Política Contemporânea, Elites Políticas, Partidos e Pensamento Político no Brasil, bem como à produção regular de análises de conjuntura, através de artigos na imprensa sobre política baiana e brasileira.



SEI – NA SUA AVALIAÇÃO, O RESULTADO DA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL
MUITO POLARIZADO PODE DIFICULTAR UM NOVO GOVERNO DE COALIZÃO
CARACTERÍSTICA DOS ÚLTIMOS MANDATOS PRESIDENCIAIS?

Paulo Fábio Dantas Neto – Um mês após a posse do novo governo, já se vê que o nível da relação com o Congresso não depende tanto dele vir a ser, efetivamente, um governo de coalizão, isto é, um governo compartilhado pragmática e programaticamente com partidos, de acordo com o peso parlamentar de cada qual e com afinidades nas agendas de políticas públicas. A aprovação da PEC da transição já mostrou que é possível ao Executivo fazer acordos com as cúpulas do Legislativo e com parlamentares individualmente sem necessariamente cumprir os trâmites políticos próprios de uma coalizão estável e partidariamente situada. Isso decorre de alguns fatores, dentre os quais o caráter plebiscitário da eleição presidencial, que reduz o contencioso político a uma lógica binária e a equivalente concentração de poder, no Legislativo, nas mãos dos presidentes das Casas, diminuindo a influência de instâncias intermediárias entre eles e o plenário, como colégios de líderes, por exemplo. Essa situação pode garantir governabilidade, ao menos temporariamente, mas tem como riscos inerentes a fugacidade das alianças (em geral pontuais), a perda de controle da qualidade das políticas públicas aprovadas no Legislativo e das práticas de gestão no Executivo. Um último aspecto deve ser considerado. Rigorosamente só houve governo de coalizão estável enquanto durou um compartilhamento de poder e de programa entre PSDB e PFL e lá se vão já mais de 20 anos. Em seguida houve governos de partido (o PT) celebrando alianças *ad hoc* para viabilizar suas pautas, padrão que funcionou até o primeiro mandato de Dilma Rousseff. A partir de 2013/2014, tornou-se disfuncional e temos vivido até aqui forte instabilidade. O novo governo mostra que procura restaurar o padrão de alianças *ad hoc*.

SEI – CONSIDERANDO OS QUATRO TIPOS DE POLÍTICAS DE INTERESSE PÚBLICO, QUAIS SEJAM DISTRIBUTIVA, REDISTRIBUTIVA, REGULATÓRIA E CONSTITUTIVA, E LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO QUE VIVEMOS NUMA REPÚBLICA FEDERATIVA PRESIDENCIALISTA DE CARÁTER DEMOCRÁTICO, EXISTE NA OPINIÃO DO SENHOR ALGUMA DESSAS POLÍTICAS QUE DEVA SE SOBREPOR ÀS OUTRAS? EM CASO AFIRMATIVO, QUAL?

Paulo Fábio Dantas Neto – Não me sinto seguro para responder a essa pergunta de modo assertivo, com o sentido prescritivo que ela sugere. Isso se deve ao meu escasso trato profissional com a subárea de políticas públicas. Prefiro não responder à base do improvisado. Mas apenas de um ângulo narrativo, sem recurso a paradigmas ou a juízos de valor, suponho que essa definição dependerá mais de uma equação da política do que de argumentos de cunho

científico, ou técnico. Arrisco dizer que a política profissional, cotidiana, se deixada ao livre agir, tende a privilegiar as distributivas. Talvez segmentos mais consistentes advoguem algumas regulatórias e o governo, no intuito de maior centralização, pode tentar criar situações em que a lógica de conflito e negociação torne o ambiente apto a redistributivas. Não sei se é viável.

SEI – A BANDEIRA DO COMBATE À FOME E À DESIGUALDADE SOCIAL ESTÃO SENDO LEVANTADAS PELO PARTIDO QUE SAIU VITORIOSO NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES. NA OPINIÃO DO SENHOR, QUAIS SERIAM OS CAMINHOS PARA SE ATINGIR UM CENÁRIO DE COMBATE À POBREZA COM CRESCIMENTO ECONÔMICO?

Paulo Fábio Dantas Neto – A meu ver, o combate à fome e a outros problemas constituintes de um quadro agudo de pobreza aguda, exclusão e mesmo miséria social, foi uma bandeira levantada por variados agrupamentos políticos e foi, talvez (ao lado da questão democrática), uma das mais fortes soldas da aliança de oposição que acabou se formando no segundo turno das eleições, vencendo-as. O contexto da pandemia veio consolidar, não apenas no Brasil, a percepção, que já antes incidia – inclusive em áreas ligadas ao liberalismo e ao *establishment* econômico mundial –, de que o assim chamado livre mercado da competição econômica não é instituição própria para enfrentar, por si mesma, tais problemas – ainda que sem um mercado forte as instituições apropriadas (do estado e da sociedade civil) tenham suas possibilidades de atuação muito restringidas. Desse modo, vejo que há amplo espaço de convergência, no mundo atual, para que diferentes países e agências com perspectivas teóricas e políticas distintas cooperem na busca de soluções. Conjuguar isso com crescimento econômico é um ponto mais pacificado, pelo que posso compreender, tendo, como tenho, pouca intimidade com esse debate. O problema maior reside no tipo de crescimento que se busca em sua conexão com as variáveis ambiental e fiscal. Mesmo aí vejo espaço para uma convergência positiva, desde que sejam devidamente evitados os caminhos polares dos populismos (democracia sem admissão de pluralismo de interesses e valores) seja o de sentido mercadofóbico, seja o de sentido estadofóbico. Aquela equação de equilíbrio entre responsabilidades social, fiscal e ambiental segue como o enigma mais importante a decifrar. Ponto seguro parece-me ser que não se trata de missão politicamente exequível para um partido, seja ele qual for. É questão social de dimensão nacional, que requer coesão interna e cooperação internacional. Já a desigualdade, suponho ser tema para mais outros quinhentos. Passa por compromisso político (também nacional e cosmopolita) ainda mais abrangente – projetado para escala de tempo mais larga – e por estratégia de operação política ainda mais complexa e plural. Está em pauta, sim, porque a situação é séria, mas só estará mesmo na ordem do dia da política, para

além da retórica, se for reenquadrada estrategicamente por muitos atores políticos, esquerda incluída.

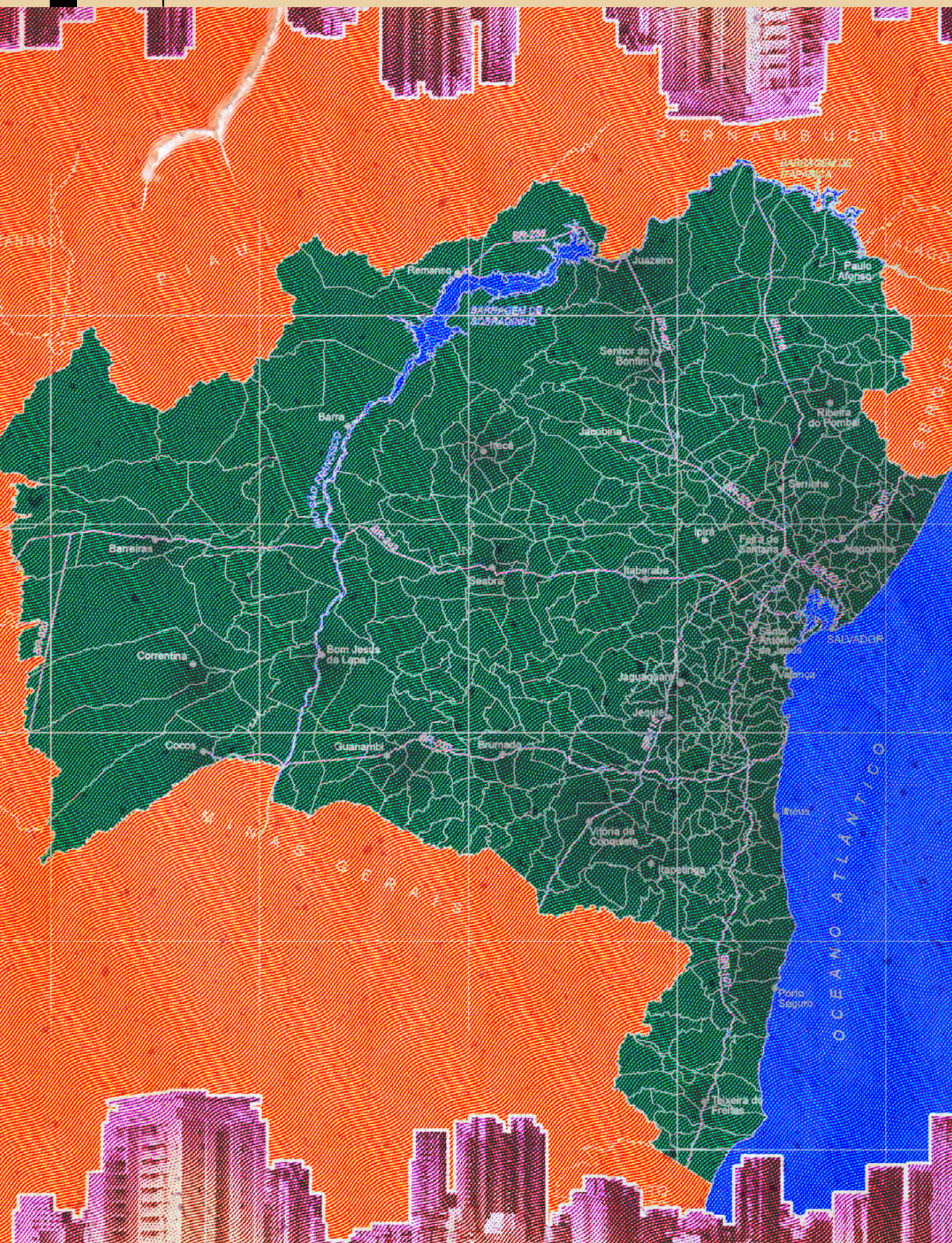
SEI – QUAL O PAPEL DA ELITE BRASILEIRA NESSA NOVA CONFIGURAÇÃO
POLÍTICA QUE FOI INSTITUÍDA NAS ELEIÇÕES DE 2022?

Paulo Fábio Dantas Neto – Não sei em que sentido o termo “elite” está sendo colocado na pergunta. Se se trata de elite política, componente plural imprescindível em sistemas democráticos, creio que o momento é de agregação e retomada do controle do processo político, que lhe cabe dirigir. Essa condição está gravemente comprometida, a meu ver, desde 2013 (embora elementos que levaram à perda datem de bem antes), quando seus variados segmentos (inclusive e principalmente o que se achava então no governo) não foram capazes de dar resposta clara e positiva ao que se reclamava em fortes manifestações. A realidade delas, em si mesma, indica que algo não ia bem e esse algo foi explicitamente posto na rua como qualidade e extensão de políticas públicas, ou seja, era um protesto relativo aos softwares que os operadores do sistema político acoplavam ao hardware institucional virtuoso legado pela Carta de 88. Em vez de responder a isso, a elite política tergiversou e tentou transferir a responsabilidade para o próprio hardware, difundindo o mantra da “reforma política”, que seria “a mãe de todas as reformas”. Escapismo que foi um tiro no pé, flanco aberto através do qual a ética antipolítica (e não apenas antipetista) da operação Lava-jato operou sua missão destrutiva. O tema do combate à corrupção (sério e realista) foi colocado na contramão da política e o que se viu foi a quase dizimação da elite que teria que conduzir o processo. Pagou alto preço pela leniência e pela falta de coesão institucional. Começou a reagir já em 2017 (primeira data de mudanças incrementais no sistema político). Mas foi preciso que viesse um aventureiro de extrema-direita deixando um rastro de desagregação e tragédia para que se começasse a medir o estrago a buscar retomar as rédeas. Novo processo que está em curso, com todas as contradições que o distinguem de um passado.

SEI – OS PODERES DA REPÚBLICA, CONFORME A CONSTITUIÇÃO ESTÃO
REALMENTE EQUILIBRADOS E HARMÔNICOS NA CONJUNTURA ATUAL?

Paulo Fábio Dantas Neto – Já há, sem dúvida, uma situação muito melhor do que a anterior à eleição. As tentativas de desestabilização, ocorridas de lá para cá, acentuaram ainda mais a percepção de que é necessária uma intensa e contínua cooperação entre os poderes para enfrentar a situação, distensionar o ambiente político e consolidar a estabilidade institucional. Nota-se um esforço no sentido de recuperar, principalmente, duas condições de

normalidade: o necessário diálogo entre os poderes e a autocontenção de cada um. Mas ainda estamos longe do melhor subótimo possível. O Judiciário segue sendo alvo de tentativas de desestabilização e encontra-se ainda em transição para um modo de operar mais coletivo, que vem sendo buscado pela ministra Rosa Weber no sentido de evitar ao máximo decisões monocráticas; no Executivo houve clara e positiva mudança de atitude em relação ao mandato anterior, mas restam indefinições programáticas de governo que mantêm alto o clima de incerteza (embora não mais de conflito) assim como certa dificuldade de autocontenção retórica do presidente que, por vezes, dificulta o trabalho agregador de parte importante do ministério. E, no Legislativo, a vitória acachapante do deputado Artur Lira na sua reeleição para a presidência da Câmara joga incertezas no ar. A quase unanimidade, tal como se deu, sinaliza mais poder pessoal do que concertação política, o que, em certo sentido, é o avesso de saúde parlamentar. Esse pode ser, a médio prazo, problema maior para a democracia – ou ao menos mais difícil de resolver – do que a cunha que o bolsonarismo tentou colocar no Senado, ameaça não consumada na prática. A governabilidade fortaleceu-se nas duas casas do Congresso, mas não há anticorpos relevantes à vista contra a naturalização de práticas patrimonialistas e/ou de políticas demagógicas na Câmara. Há risco de que ela funcione como usina de processamento de populismos de vários tipos. No Senado, é mais possível o primado da política republicana, a boa via para a desejável autocontenção. Assinale-se ainda que, aos poucos, a PGR dá sinais de recuperação da letargia que a comprometeu com o clima de anormalidade dos últimos quatro anos. Mas também não é processo isento de riscos. No outro extremo da letargia, há sinais de retorno da lógica voluntarista dos tempos de faxina comandada pela Operação Lava-Jato. Em suma, a coisa anda no sentido do equilíbrio (plena “harmonia” já é outra conversa), mas há ciladas no caminho.



DESIGUALDADES REGIONAIS NA BAHIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ESTUDO DA REDE URBANA

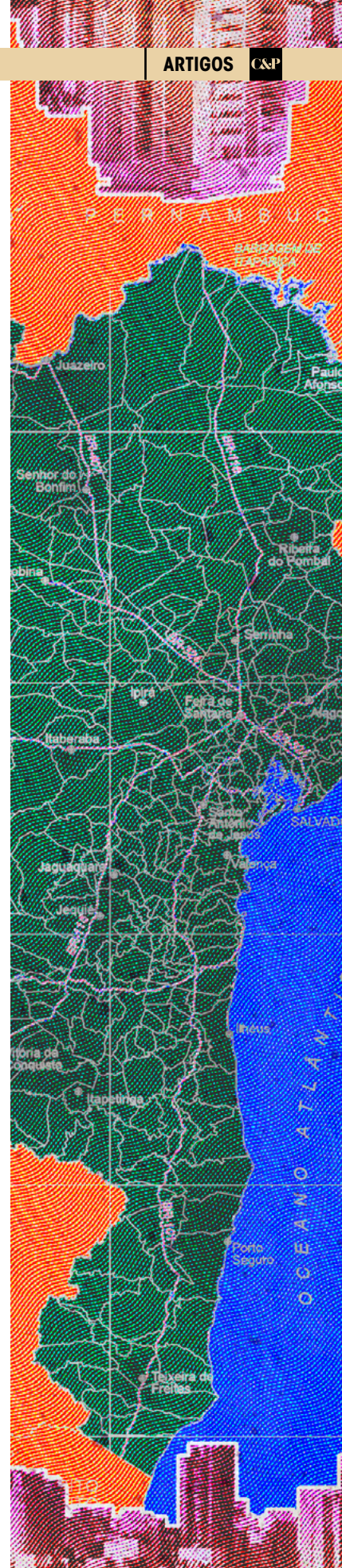
Patricia Chame Dias
Doutora e mestra em Geografia
e graduada em Psicologia pela
Universidade Federal da Bahia
(UFBA). Pesquisadora associada ao
grupo Espaço Livre de Pesquisa-
Ação (UFBA), integrante da Rede
Cidades Médias e Pequenas da
Bahia (Rede CMP), servidora pública
da Secretaria de Planejamento
do Estado da Bahia (Seplan).
patricia.dias@seplan.ba.gov.br

Lobba Mattos Nunes Costa
Graduanda do curso de
Bacharelado em Urbanismo pela
Universidade do Estado da Bahia
(Uneb). Estagiária da Secretaria
de Desenvolvimento Urbano
do Estado da Bahia (Sedur).
lobba.costa@sedur.ba.gov.br

Laiz Silva da Cunha
Especialista em Geotecnologias
pelo Instituto de Qualificação
Profissional (Iquali) e Escola de
Engenharia Eletromecânica da
Bahia (Eeemba), bacharela em
Urbanismo pela Universidade
do Estado da Bahia (Uneb).
Servidora pública da Secretaria
de Desenvolvimento Urbano do
Estado da Bahia (Sedur). laiz.
cunha@sedur.ba.gov.br

doi.org/10.56839/cp.11203.2

A **HIERARQUIA** urbana tem sido objeto de estudo desde a segunda metade do século XX. No Brasil, ainda nos anos 1960, essa temática passa a aparecer em documentos e textos elaborados no âmbito do aparato estatal e, nos anos 1970, é publicada a primeira edição do estudo *Regiões de Influência das Cidades* (Regic). Esse estudo, acompanhando as mudanças da sociedade, foi sendo aperfeiçoado nas décadas seguintes e as edições elaboradas em 1987, 1993, 2007 e 2018 permitiram acompanhar as mudanças nas lógicas de ocupação territorial do país. São exatamente as duas últimas edições desse trabalho que estimulam e subsidiam o *Estudo da Rede Urbana do Estado da Bahia*, elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Sedur), no ano de 2011, e sua revisão, em 2022. Seguindo os objetivos do Regic, esse documento trata da identificação e caracterização das centralidades baianas, constituindo-se, pois, numa referência necessária para compreender os padrões de distribuição da população, economia e infraestruturas e serviços no estado e para a definição de agendas para projetos de desenvolvimento e de planejamento urbano e urbano-regional.



Desde a segunda
metade do século XX
[...] estudos relativos
à hierarquia urbana,
aos usos e funções
dos seus centros
aparecem como
objeto de atenção
das instâncias
governamentais
e órgãos oficiais
brasileiros

Nessa perspectiva, a proposta deste texto é refletir sobre as desigualdades socioespaciais na Bahia, considerando os resultados do Estudo da Rede Urbana do Estado da Bahia (BAHIA, 2011, 2022a). Para tanto, inicialmente, é elaborado um apontamento teórico sobre o significado e os processos que resultam na configuração das redes urbanas, indicando sua articulação com as dinâmicas capitalistas e com os avanços do meio técnico-científico-informacional, tal como discutido, principalmente por Roberto Lobato Corrêa e Milton Santos, respectivamente. Em seguida, se discorre, brevemente, sobre as duas versões do mencionado estudo (a de 2011 e a de 2022), seus pressupostos metodológicos e alguns de seus resultados, especialmente, os que contribuem para identificar elementos concernentes ao objetivo deste trabalho. Por fim, elaboram-se ponderações sobre o perfil da rede urbana da Bahia e sua correlação com a permanência das desigualdades e propõem-se debates sobre as interfaces desses processos.

APONTAMENTO TEÓRICO SOBRE REDES URBANAS

Desde a segunda metade do século XX, no intuito de compreender ou intervir nas formas de ocupação e de potencializar a socioeconomia e a articulação do território nacional, estudos relativos à hierarquia urbana, aos usos e funções dos seus centros aparecem como objeto de atenção das instâncias governamentais e órgãos oficiais brasileiros. No âmbito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, nos anos 1960, elaboram-se os trabalhos *Esboço preliminar da divisão do Brasil em espaços homogêneos e espaços polarizados* e *Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas*, levados a público, respectivamente, em 1967 e 1972 (MOURA; NAGAMINE; FERREIRA, 2021). Ainda nesse período, em revista editada por essa instituição, são também publicados os textos: *Contribuição ao estudo do papel dirigente das metrópoles brasileiras*, em 1968, e *Estudo das relações entre cidade e região*, de 1969, ambos de Roberto Lobato Corrêa, então técnico do IBGE, e indubitavelmente, uma referência fundamental nos estudos sobre tema.

Nos anos 1980, sob coordenação desse autor, é publicada a primeira edição do Regic (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1987), trabalho fundamentado numa leitura crítica da Teoria das Localidades Centrais¹ e na avaliação das condições econômicas e sociais da época.

1 A Teoria das Localidades Centrais, formulada na década de 1930 por Walter Christaller, “[...] considera o conjunto de centros urbanos de uma região ou país [...] em seu papel de distribuição varejista e de prestação de serviços para uma população neles residentes. Estes centros são denominados localidades centrais e a centralidade de que dispõem é derivada de seu papel como centros distribuidores de bens e serviços, ou seja, da função central que desempenham. Na teoria da centralidade, a demanda de bens e serviços por parte da população traduz-se em uma localização diferenciada de sua oferta. Esta diferenciação se deve ao fato de a demanda estar, entre outros aspectos, estruturada de acordo com a frequência de compra de bens e de utilização dos serviços” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1987, p. 11).

Desde então, se colocava em perspectiva que o arranjo dos centros urbanos é influenciado pela forma de distribuição espacial da produção e da população, o que representa a maneira pela qual as condições naturais são e foram utilizadas pela sociedade (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1987).

Em reflexões posteriores, Corrêa (1997, 2006) afirma que a rede formada pelas localidades centrais é uma estrutura territorial que revela como o capitalismo se realiza no espaço. Para o autor, é-lhe próprio adentrar nos territórios de modo desigual e, em consequência, seus subespaços adquirem características e densidades de população, de capitais, de renda e de padrões culturais diferenciados. Por essa vertente, a rede urbana é um “[...] produto social, historicamente contextualizado, cujo papel crucial é o de, através das interações sociais espacializadas, articular toda a sociedade numa dada porção do território, garantindo sua reprodução” (CORRÊA, 1997, p. 93). É, simultaneamente, “[...] um reflexo *da* e uma condição *para* a divisão territorial do trabalho, historicamente a forma mais avançada de divisão social do trabalho” (CORRÊA, 2006, p. 26).

Dessa maneira, as redes geográficas (ou urbanas) possuem um caráter dinâmico e uma estrutura representada pela articulação de centros urbanos com centralidades e hierarquias diferenciadas, o que, inequivocamente, resulta de intencionalidades socialmente produzidas. Essa visão é aprofundada por Santos (2008), quando explica que, embora sejam uma realidade material, as redes são também compostas por elementos sociais e políticos, por pessoas, mensagens e valores. “Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração” (SANTOS, 2008, p. 262).

Por isso, para entender as redes urbanas, é preciso compreender sua história. Se é lícito o levantar estatísticas, quantidades e especificidades dos elementos e estruturas que estão nas suas várias localizações (ou pontos) do território, mais importante é explicar como, quando e por que eles foram postos aqui ou acolá, o que havia antes de sua “chegada”, o que destroem e os conteúdos que levam a tais lugares. Mais ainda, é necessário avaliar as relações que os vários elementos das redes estabelecem com a vida social, nos seus múltiplos aspectos, ou, em outras palavras, como, para que e por quem são usados no cotidiano (SANTOS, 2008). Com isso, a partir de Roberto Lobato Corrêa e Milton Santos, entende-se que as redes são realidades que distinguem os subespaços e que seu aproveitamento é socialmente desigual².

As redes geográficas
(ou urbanas) possuem
um caráter dinâmico
e uma estrutura
representada pela
articulação de
centros urbanos
com centralidades
e hierarquias
diferenciadas

2 Tem-se ciência de Roberto Lobato Corrêa e Milton Santos não adotam os mesmos pressupostos teórico-metodológicos ou perspectivas de análise das redes geográficas. No entanto, há pontos de conexão em suas interpretações sobre o assunto.

Cabe acrescentar que, para analisar os processos socioterritoriais contemporâneos, é fundamental refletir sobre o meio técnico-científico-informacional visto que sua consolidação permite que o fenômeno das redes se torne absoluto. No que tange à estruturação das redes urbanas, a partir da consolidação desse meio, a fluidez e as articulações reticulares ganham relevância – fluxos diversos e contínuos, apoiados na técnica, incidem e conectam os lugares independentemente da contiguidade espacial (SANTOS, 2008). Por isso, cidades de determinada rede urbana, mesmo pequenas, podem ter relações com cidades de outras redes, sem a intermediação de centros em posição hierárquica superior, com os quais se articula por contiguidade, algo impossível há décadas (SPOSITO, 2010)³. Desse modo, a apreciação das centralidades, hierarquias e articulações urbanas implica a compreensão de aspectos referentes à aceleração espaço-tempo, à ampliação e diversificação dos modos e meios de circulação, de comunicação e de difusão de informações (de ideias e ideologias, crescente-se).

E, além disso, tratar dos pontos de densidade técnica *vis a vis* àqueles em que ela é escassa ou ausente (SANTOS, 2019).

Por conseguinte, para compreender as redes de cidades há que se enfrentar também o desafio teórico e empírico de tratar das interconexões entre as dinâmicas da contiguidade e da conectividade, bem como rever, considerando a complexidade que as constituem, as análises sobre hierarquias e tipologias de cidades apoiadas principalmente em critérios quantitativos (CORRÊA, 1997; SANTOS, 2019). Além disso, como Sposito (2010) observa, é preciso atentar para as articulações inter e intraescalares e multidirecionais entre os espaços e para a multiplicidade e diversidades de redes que incidem em cada lugar. Nas suas palavras, quando se fala de rede urbana, se fala de um conjunto de cidades que possui relação entre si. “Um conjunto de cidades em que entre elas há uma divisão interurbana de trabalho, tão forte, tão significativa, que o grau de dependência se estabelece de tal forma que cada uma das cidades não poderia viver por si” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, 2017).

Considerando que essa complexa realidade tem expressão própria na Bahia, no intuito de conhecê-la e de colher subsídios para a Política Estadual de Desenvolvimento Urbano, foi desenvolvido o Estudo da Rede Urbana do Estado da Bahia (BAHIA, 2011, 2022a), o qual será apresentado e comentado nas seções seguintes.

3 Evidentemente, esse processo é funcional às recentes estratégias de realização da reprodução capitalista e sua forma de realização da produção e de uso do espaço. Para maiores esclarecimentos ver Santos (2008) e Sposito (2010).

APONTAMENTOS SOBRE O ESTUDO DA REDE URBANA DA BAHIA⁴

A elaboração do Estudo da Rede Urbana do Estado da Bahia, de 2011, e sua revisão, publicada em 2022[...] possuem como base fundamental os Regic de 2007 e de 2018, respectivamente

A elaboração do Estudo da Rede Urbana do Estado da Bahia, de 2011, e sua revisão, publicada em 2022, como já mencionado, possuem como base fundamental os Regic de 2007 e de 2018, respectivamente (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008, 2020). Por isso, sem a intenção de detalhar a densa e apurada metodologia do trabalho do IBGE, que associa dados secundários e alguma pesquisa direta, para entender o que seus resultados revelam sobre a Bahia, é importante fazer alguns destaques.

Em relação ao Regic 2007, tem-se que: (a) foi definido que coexistem dois tipos de relação na rede urbana nacional - as de comando e controle (referidas à gestão pública e à empresarial), que configuram redes hierárquicas, e as de complementaridade, que se estabelecem por articulações horizontais e resultam em redes não hierárquicas; (b) o nível de centralidade dos centros urbanos foi associado, fundamentalmente, à função de gestão do território (gestão pública federal e gestão empresarial e à presença de equipamentos e serviços⁵); (c) as regiões de influência foram estabelecidas a partir da análise da combinação dos fluxos estabelecidos entre as cidades (seus volumes e direcionamentos, sempre observando o movimento do centro de menor hierarquia em direção ao de posição superior); e (d) as cidades brasileiras foram hierarquizadas considerando seu nível de centralidade em metrópoles (subdividida em cinco grupos hierárquicos: Metrópole [grande metrópole nacional (A), metrópole nacional (B) e metrópole(C)]); capital regional (subdividida nas categorias A, B e C); centro sub-regional (subdividido em A e B); centro de zona (subdividido em A e B); e centro local (cidades cuja centralidade alcançava, no máximo, seus limites municipais). De forma geral, pois, “A hierarquia dos centros urbanos [...] levou em conta a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro, bem como as diferenciações regionais” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008, p. 11).

No trabalho referente a 2018, do ponto de vista metodológico, poucas foram as alterações comparativamente ao Regic 2007. Destaca-se que os arranjos populacionais⁶ ou concentrações urbanas ou municípios isolados foram

4 As autoras agradecem a colaboração de Cristianderson Lima de Luna no debate sobre a metodologia e resultados apresentados nas seções 2 e 3 deste artigo e isenta-o de equívocos porventura aqui cometidos.

5 Trabalhou-se com quantidade e características dos seguintes equipamentos e serviços: comércio e serviços, em geral, instituições financeiras, ensino superior, saúde, internet, redes de televisão aberta, conexões aéreas.

6 Arranjos populacionais são “[...] unidades territoriais compostas por mais de um Município, que apresentam integração significativa em razão da contiguidade das áreas urbanizadas ou da presença de deslocamentos frequentes dos habitantes para trabalhar ou estudar” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020, p. 72).

adotados como unidades de análise territoriais, superando a concepção tradicional de vários dos trabalhos do próprio IBGE, que usam município isolado ou sede municipal como referência. Houve também a possibilidade de aproveitar informações de outras pesquisas realizadas pelo órgão, como as que tratavam dos arranjos populacionais e de ligações rodoviárias e hidroviárias entre centros. Para Moura, Nagamine e Ferreira (2021), no Regic 2018 manteve-se a ênfase na gestão do território, porém, houve um processo de qualificação das centralidades, com a agregação de informações sobre ligações de longa distância ou reticulares, que em muito se devem à presença de empresas de atuação internacional. Outra inovação se refere à observação dos municípios da fronteira terrestre brasileira e de suas ligações internacionais para acesso a bens e serviços.

No que tange aos resultados da Bahia, por certo, entre 2007 e 2018, houve mudanças nas dinâmicas internacionais, nacionais e intraestaduais que os influenciaram. No entanto, os citados ajustes metodológicos muito possivelmente também neles repercutiram.

O fato é que, entre esses anos, houve retração da área ou da quantidade de municípios sob influência do Arranjo Populacional de Salvador, bem como redução do número de capitais regionais que lhe eram tributárias. Ao mesmo tempo, parte de seus centros locais e centros de zona alçaram nível hierárquico superior e a centralidade de Salvador passou a envolver municípios próximos a seus limites territoriais, os quais, antes, eram polarizados por outras capitais. Manteve-se, porém, o padrão de dispersão territorial e de reduzida quantidade de centros de maior posição hierárquica, algo próprio a economias pouco dinâmicas.

Tendo em perspectiva a metodologia e os resultados dos Regics de 2007 e de 2018, para elaborar e revisar o Estudo da Rede Urbana do Estado da Bahia foi realizado um detalhamento de suas bases de dados, bem como, junto a órgãos e instituições governamentais, foram levantadas e organizadas novas informações sobre a distribuição de suas estruturas e serviços. Além disso, houve a análise de dados, documentos e pesquisas sobre as dinâmicas socioeconômicas em curso e a respeito de questões ambientais do estado.

SOBRE O DOCUMENTO PUBLICADO EM 2011: METODOLOGIA, ALGUNS RESULTADOS E COMENTÁRIOS

A edição original do Estudo da Rede Urbana da Bahia contou com um grande e detalhado relatório e um documento síntese. Este último, uma das bases de informações para este artigo, contém um apanhado geral da

discussão sobre o conceito de rede urbana que orientou a apreciação dos dados, uma leitura resumida do diagnóstico e comentários sobre as espacialidades delimitadas para a Bahia. Tais espacialidades foram definidas a partir de determinadas características dos municípios e da observação das áreas de influência das principais centralidades baianas. Apresenta, ainda, orientações para políticas públicas de caráter regional e subsídios para a Política de Desenvolvimento Urbano da Bahia.

Em relação à estratégia adotada para analisar os centros urbanos quanto à suas especificidades funcionais, no Estudo foram levantadas e combinadas as seguintes variáveis: comércio raro; serviço raro; saúde (observando-se dados sobre: equipamentos, médicos especialistas e especialidades médicas); ensino superior (considerando instituições de ensino superior, cursos de graduação e de pós-graduação – mestrado e doutorado); órgãos estaduais de gestão; e bancos (agências bancárias e volume de ativos financeiros). A partir disso, classificaram-se as 417 cidades baianas em sete níveis conforme apresentassem maior ou menor concentração dessas variáveis, o que informava sobre as diferenciações relativas à quantidade dos produtos e serviços ofertados. Nos seis níveis superiores, estavam 43 delas, as demais estavam no nível sete, ou seja, possuíam um mínimo de funções, conforme os critérios acima citados, e atendiam, sobretudo, às demandas básicas dos moradores de seus municípios.

Numa segunda etapa, procedeu-se um ajuste nessa primeira hierarquização, dessa vez levando em conta a relevância da participação da população urbana de cada centro no total urbano estadual e a expressividade de sua centralidade, captada pelo levantamento das relações entre os polos e áreas polarizadas.

Feita essa abordagem e considerando que a região de influência de cada cidade “[...] é delimitada a partir da abrangência espacial dos fluxos que para a mesma se destinam. É o território polarizado por um determinado centro urbano (cidade polo), devido à sua relevância na oferta de serviços e produtos” (BAHIA, 2011, p. 4), foram estabelecidos sete níveis hierárquicos: (i) metrópole (classificação própria a um centro urbano); (ii) polo estadual (igualmente representada por um centro urbano); (iii) polo regional (composta por cinco unidades); (iv) polo sub-regional (10 unidades); (v) polo local (11); (vi) centro local (15); e (vii) núcleo (374 centros urbanos). Analisando tal hierarquização, observou-se que (a) a rede urbana da Bahia era composta por 21 regiões de influência (RI) no interior do seu território; (b) algumas dessas regiões contavam com sub-regiões comandadas por centros com menor capacidade de centralização; (c) Aracaju, capital de Sergipe, e sua região de influência, era tributária rede urbana capitaneada por Salvador.

Classificaram-se
as 417 cidades
baianas em sete
níveis conforme
apresentassem
maior ou menor
concentração dessas
variáveis, o que
informava sobre
as diferenciações
relativas à quantidade
dos produtos e
serviços ofertados

Já no que concerne ao levantamento do nível de concentração de funções, mensurado por meio das variáveis citadas acima, apenas a capital baiana, Salvador, foi classificada no nível 1, visto ser o único centro a alcançar a concentração máxima em todos os quesitos pesquisados. Feira de Santana, onde as variáveis indicaram alta ou máxima concentração de funções, atingiu o nível 2. Em seguida, por ordem decrescente, no nível 3, posicionaram-se Vitória da Conquista, Barreiras, Lauro de Freitas, Ilhéus e Itabuna, que oscilavam entre média e alta concentração das estruturas e serviços pesquisados. Com nível 4, estavam dez centros urbanos; 11 deles no nível 5; e 15 registraram nível 6. Esses últimos níveis, 5 e 6, são compostos por unidades onde a presença das funções selecionadas tende a ser baixa ou mínima, o que aponta para a sua fragilidade frente ao conjunto da rede urbana. Todas as demais 374 cidades baianas obtiveram nível de concentração de funções inferior a esses limites (BAHIA, 2011).

Superadas as etapas de definição da hierarquia e de identificação dos níveis de concentração de funções de cada centro urbano, foram agregados dados referentes ao volume da população urbana e sobre os fluxos entre as cidades. Desse modo, chegou-se ao delineamento das RIs⁷ da Bahia (Quadro 1).

Como resultado, viu-se que a histórica predominância de Salvador e de sua RI frente às demais cidades e regiões baianas é reafirmada, afinal, essa capital: (a) polariza, diretamente, 48 municípios; (b) parte dos centros com maior nível de centralidade (Lauro de Freitas, Camaçari, Candeias e Dias d'Ávila) participa de sua região; (c) e, ainda, várias outros polos de RIs estão diretamente subordinados a ela, a exemplo da de Feira de Santana, que atrai fluxos de 54 municípios e de Santo Antônio de Jesus, que polariza 14. No fundamental, a centralidade de Salvador avança com intensidade razoável em direção ao centro do estado e na sua direção Sul e Nordeste, alcançando, inclusive, o estado de Sergipe (BAHIA, 2011).

Tamanha capilaridade, num contexto em que, metodológica e empiricamente, a contiguidade predomina nos traçados das redes urbanas, revela a inexistência de centros de caráter intermediário mais bem distribuídos no território baiano. A própria quantidade de capitais regionais e de centros sub-regionais, registrada no Regic 2007, já é indicativa de tal situação. Além disso, o estudo revela que apenas nas áreas de densidade

7 Nessa ocasião e com base no Regic 2007 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008), viu-se que algumas parcelas do território baiano eram polarizadas, total ou parcialmente, por RIs de situadas em outros estados: a RI comandada por Barreiras, no Oeste, era polarizada tanto por Salvador como por Brasília, a capital federal; a RI de Correntina, também no Oeste, era tributária da de Goiânia, sede do governo de Goiás; e a RI de Teixeira de Freitas, no extremo Sul, vinculada à RI Vitória, capital do Espírito Santo. Tais conclusões foram ratificadas pelo Estudo conduzido pela Sedur (BAHIA, 2011).

populacional mais antiga, especialmente na zona litorânea, e nas localizações mais próximas e centralizadas por processos comandados por Salvador encontrava-se maior aglomeração de polos significativos (Figura 1). Consequentemente, em vastas porções do estado, a distância entre um centro menor e seu polo superava 150 km, nessas áreas, por óbvio, havia uma baixa densidade de centros (BAHIA, 2011). Em outras palavras, na Bahia, há poucas cidades qualificadas em termos da capacidade de responder às demandas socioeconômicas da população que polariza, o que em si denota a fragilidade da rede urbana, e sua distribuição no território é desigual.

Quadro 1

Dados gerais sobre as Regiões de Influência de Salvador – Bahia – 2007

Regiões de influência (RI)	Classificação hierárquica do centro urbano principal(1)	Nível de concentração de variáveis do centro urbano principal(2)	Nº de municípios
Salvador	Metrópole	1	48
Feira de Santana	Polo estadual	2	54
Vitória da Conquista	Polo regional	3	36
Ilhéus- Itabuna	Polo regional	3(4)	32
Barreiras	Polo regional	3	21
Petrolina (PE)-Juazeiro	Polo regional(3)	9	9
Paulo Afonso	Polo sub-regional	4	9
Jequié	Polo sub-regional	4	22
Eunápolis	Polo sub-regional	4	8
Teixeira de Freitas	Polo sub-regional	4	13
Santo Antônio de Jesus	Polo sub-regional	4	14
Irecê	Polo sub-regional	4	23
Guanambi	Polo local	5	38
Brumado	Polo local	5	11
Jacobina	Polo local	5	15
Senhor do Bonfim	Polo local	5	9
Valença	Polo local	5	13
Seabra	Polo local	6	10
Itaberaba	Centro local	6	10
Ribeira do Pombal	Centro local	6	14

Fonte: Bahia (2011).

Notas: (1) Classificação de acordo com a metodologia e nomenclatura do Estudo da Rede Urbana da Bahia

(2) As variáveis utilizadas foram sobre os seguintes itens: comércio raro; serviço raro; saúde; ensino superior; órgãos estaduais de gestão; e bancos.

(3) A classificação polo regional se refere a Juazeiro. No Regic 2007, Petrolina(PE)-Juazeiro foram tratados como Área de concentração urbana.

(4) Na avaliação do resultado das variáveis pelo Estudo da Rede Urbana do Estado da Bahia, tanto Itabuna, como Ilhéus registraram nível 3. No Regic 2007 e no Estudo, foram tratados como Área de concentração de população.

Nessas circunstâncias, centralidades menores (polo local e centro local) e que dispunham de mínima concentração de funções (classificados nos níveis 5 e 6) são alçadas à condição núcleos de RIs (Quadro 1). Em outros termos, frente à distância de centros com maior potencial de atender a demandas por infraestruturas e serviços, cidades com menor número e qualidade no desempenho de funções urbanas têm seu grau de polarização potencializado e, fato associado, sua relevância na rede urbana é “artificialmente” ampliada.

A hierarquia estabelecida para os centros urbanos considera o tamanho demográfico, porém, como informação complementar a um levantamento sobre a capacidade das cidades de responder por determinadas funções urbanas

Em síntese, a hierarquia estabelecida para os centros urbanos considera o tamanho demográfico, porém, como informação complementar a um levantamento sobre a capacidade das cidades de responder por determinadas funções urbanas. É tal capacidade, articulada à localização de cada centro, que demonstra seu grau de polarização ou o raio de influência de sua centralidade. Portanto, o que se registra no Quadro 1, decorre de uma combinação de dados que, por um lado, informam sobre ações de ordem pública e privada na ocupação e uso do território, ou melhor, sobre os pontos do território privilegiados para suas intervenções. Por outro e em decorrência, revelam aquelas poucas centralidades que desempenham funções urbanas fundamentais em nível adequado ou razoável. Já na Figura 1, identifica-se que é nas áreas em que predominam reduzidos agrupamentos de centros urbanos funcionalmente mais relevantes que se encontram as regiões de baixa inclusão territorial. Melhor dizendo, aquelas em que se registrou grande número centros com altos índices de fragilidade social⁸.

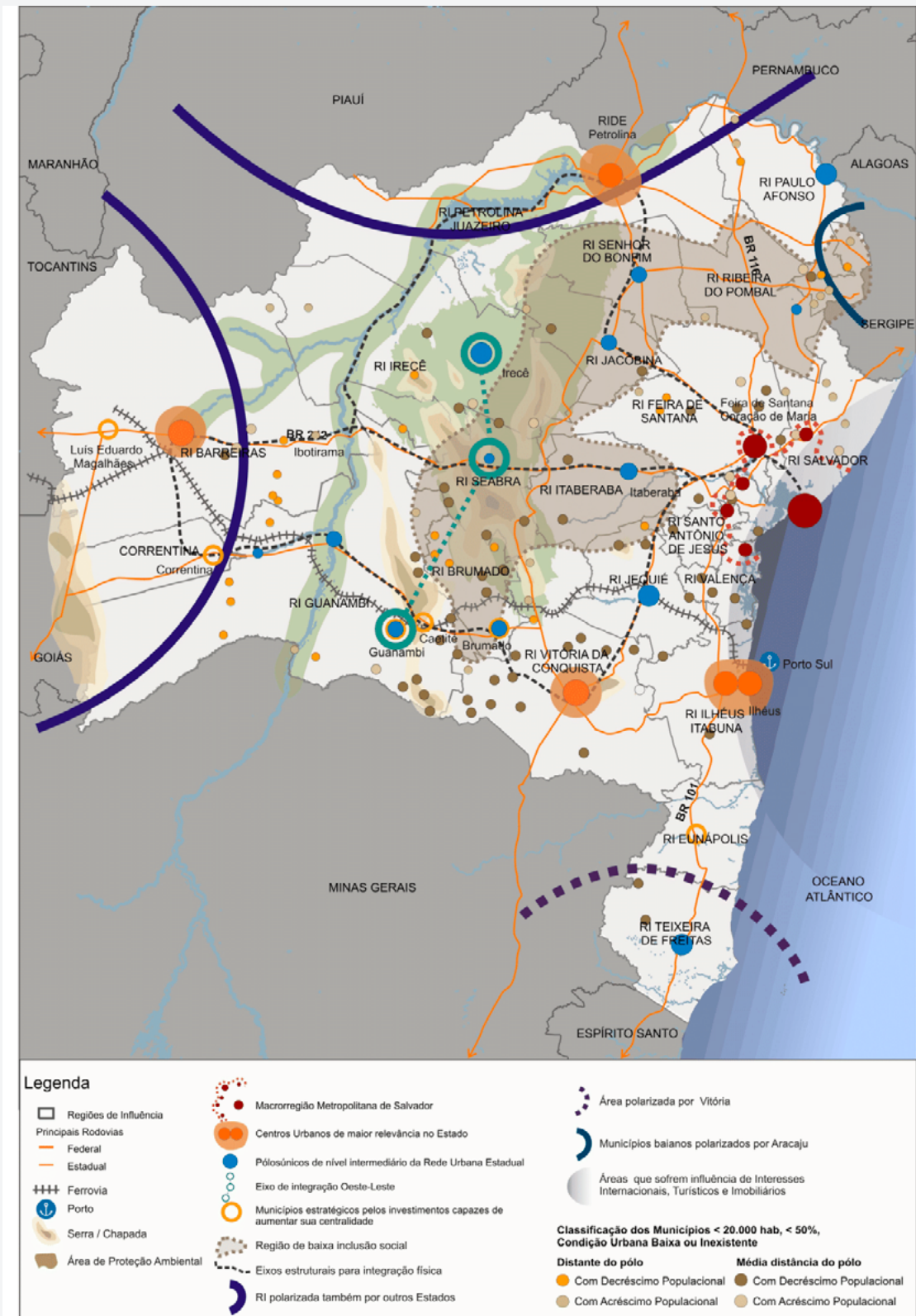
Mais um aspecto a colocar em realce e que, não por acaso, reafirma os resultados acima, é o da condição urbana, aquela referida à disponibilidade daquilo que as pessoas necessitam, no seu cotidiano, para que possam manter e reproduzir a vida urbana ou às próprias condições de desenvolvimento urbano⁹ (BAHIA, 2011, p. 23). A espacialidade em que a condição urbana foi classificada como mais adequada coincide com aquela em que se encontram alta ou média densidade de polos. Entre elas, ressaem-se as cidades do entorno das RIs de Salvador e de Ilhéus-Itabuna, onde a condição urbana foi classificada como elevada. Paralelamente, nas RIs de Barreiras, Guanambi, Irecê e Vitória da Conquista e em algumas cidades ao longo do Rio São Francisco, prevaleceu condição urbana em grau médio.

Em contrapartida, num grupo maior de centros que se distribuíam em todas as regiões do estado, a condição urbana era baixa. Destacam-se, como aglomerados de cidades nessa condição, aquelas das RIs de Irecê, Brumado, Seabra e Itaberaba, inseridas no domínio da caatinga, além de outros a Oeste do rio São Francisco, no cerrado, e no extremo sul do estado (BAHIA, 2011).

8 A fragilidade social foi mensurada pela combinação de variáveis sobre a dependência do município ao, então vigente, Programa Bolsa Família. Avaliava-se a importância relativa desse recurso em relação ao total de rendimentos gerados pelo mercado de trabalho por entender que esse indicador possuía um caráter de síntese dada interface com outros indicadores econômicos e sociais. Pode-se fazer uma crítica a essa escolha, que trata a fragilidade apenas pelo viés da renda, no entanto, sem dúvida, ela é fundamental no âmbito de sociedades capitalistas, tanto mais as periféricas.

9 Pela proposta no Estudo, a condição urbana resulta da “[...] conjugação de uma série de variáveis que em função de sua disponibilidade e oferta repercutem em melhores ou piores condições de vida para a população que habita as cidades” (BAHIA, 2011, p. 23). Trabalhou-se com os seguintes indicadores: grau de urbanização igual ou superior a 50%; densidade demográfica igual ou superior a 8.000 hab./km²; cobertura elétrica, de água e de esgoto de, no mínimo, 50% para cada item; participação do PIB de serviços ou da indústria igual ou superior a 50% ou a soma desses dois igual ou superior a 50% do total.

Figura 1
Principais núcleos urbanos, regiões de influência das cidades e espacialidades da rede urbana da Bahia – 2011



No que concerne à metodologia, comparando-se o Estudo da Rede Urbana da Bahia de 2022 ao de 2011, pode-se notar uma série de ajustes, os quais representaram uma qualificação no que tange à coleta e tratamento dos dados

SOBRE O DOCUMENTO PUBLICADO EM 2022: METODOLOGIA, ALGUNS RESULTADOS E COMENTÁRIOS

O trabalho de revisão do Estudo da Rede Urbana do Estado da Bahia comportou três produtos. No primeiro, o foco foi a hierarquia, classificação e regiões de influência da rede urbana baiana; no segundo, foram abordadas suas interfaces internacional, interestadual e intraestadual, e, no terceiro, encontram-se uma sistematização ou uma síntese dos principais resultados dos documentos anteriores e recomendações de diretrizes para políticas públicas. É esse último documento o principal objeto de atenção deste trabalho. Nele, fundamentado nos levantamentos e análises dos volumes anteriores, há uma breve sistematização e análise da hierarquia e classificação dos centros e de suas regiões de influência. Tal análise assentada no estudo de 2011 foi ajustada a partir dos resultados do Regic 2018¹⁰ e à luz de (a) dados referentes às intervenções públicas e privadas ocorridas na Bahia a partir de 2007, (b) estudos setoriais e perspectivas de investimentos elaborados no âmbito dos governos estadual e federal, e (c) pesquisas, estudos e bases de dados oficiais que agregassem informações sobre as dinâmicas social, econômica e ambiental do estado. Nesse documento constam, ainda, reflexões sobre as articulações multiescalares da rede urbana baiana e a respeito de sua evolução e alterações recentes. Essas informações e análises orientaram propostas de políticas públicas elencadas no final desse volume.

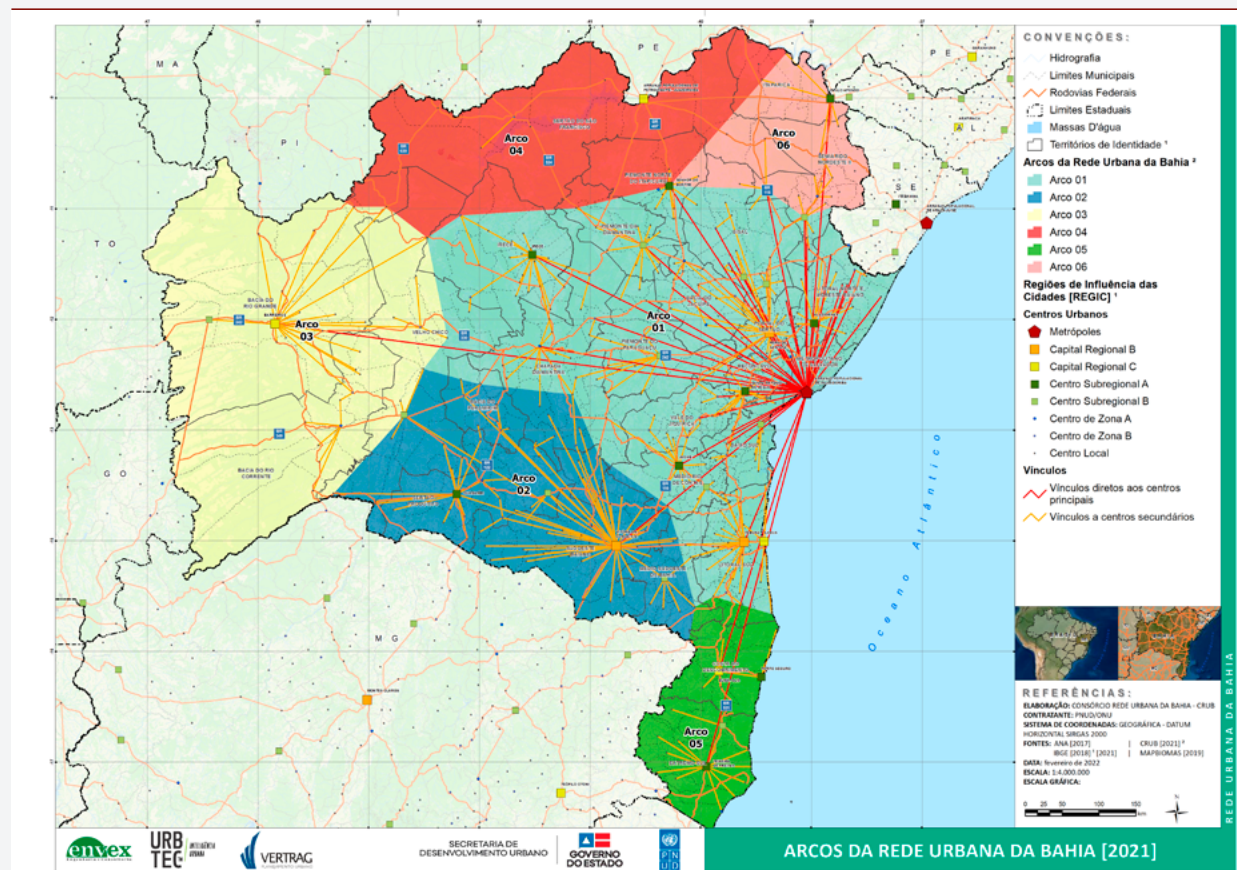
No que concerne à metodologia, comparando-se o Estudo da Rede Urbana da Bahia de 2022 ao de 2011, pode-se notar uma série de ajustes, os quais representaram uma qualificação no que tange à coleta e tratamento dos dados. Noutros termos, foram identificadas redundâncias na hierarquização feita no primeiro trabalho, visto que agregação de novos dados à primeira classificação, que reportava à capacidade funcional dos centros (ver seção 2.1), pouco contribuía para melhor precisar os resultados até então obtidos, não obstante contribuíssem para a análise da hierarquia identificada. Ademais, ao adotar os critérios e a classificações do Regic 2018 como base, outras interpretações foram elaboradas e, igualmente, foi possível realizar comparações com outros estados e abrir perspectivas para novos estudos, mais aderentes às dinâmicas contemporâneas.

Com relação às conclusões do Estudo publicado em 2022, uma delas diz respeito à constatação de similaridades nas dinâmicas de regiões de influência próximas ou contíguas, assim como a ampla extensão da centralidade

10 Note-se que o adiamento do censo demográfico, previsto para 2020, para 2022 impossibilitou determinadas revisões ou avaliações na hierarquia das centralidades e regionalizações apresentadas nos documentos mencionados.

de alguns polos. Desse modo, fez-se uma nova categorização do território baiano – estabeleceram-se os Arcos da Rede Urbana. Entende-se por Arco uma “[...] representação gráfica e regionalizada do retrato atual da rede, resultante de sua evolução recente, capaz de indicar tendências e a necessidade de políticas e programas” (BAHIA, 2022a, p. 49). Nesse sentido foram identificados e caracterizados seis arcos: Arco 1, com polo em Salvador, se estende por sua região de influência imediata até os Territórios de Identidade (TI) Chapada Diamantina e Irecê; Arco 2, cujo polo é Vitória da Conquista, compreende os TI Sudoeste Baiano, Sertão Produtivo e Bacia do Paramirim; Arco 3, polo em Barreiras, percorre os TI Bacia do Rio Grande e Bacia do Rio Corrente; Arco 4, cujo polo é o Arranjo Populacional Petrolina-Juazeiro, engloba trechos do Norte do estado; Arco 5, polo em Teixeira de Freitas, engloba Extremo Sul baiano; e Arco 6, polo em Paulo Afonso, envolve o Nordeste do estado (Figura 2)¹¹.

Figura 2
Arcos da Rede Urbana da Bahia – 2022



Fonte: Bahia (2022a).

11 Territórios de Identidade compreendem “[...] a unidade de planejamento de políticas públicas, constituído por agrupamentos identitários municipais, geralmente contíguos, formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertencem, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial, conforme disposto no Plano Plurianual” (BAHIA, 2022b).

Comparando-se os resultados de 2007 aos de 2018, observa-se um adensamento nas cidades dos níveis hierárquicos superiores e o surgimento de novas centralidades

Essa proposta de interpretação da rede urbana baiana se fez possível porque os dados disponibilizados pelo Regic mais recente revelam alterações na rede urbana baiana. Essas vinculam-se ao próprio movimento da economia e sociedade e suas repercussões na dinâmica espacial, o que foi impactado por múltiplos fatores, a exemplo das tendências de implantação de grandes investimentos estratégicos voltados à infraestrutura; ao desenvolvimento dos arranjos produtivos locais e das rotas de integração; à ampliação da conectividade e da cobertura de redes de telefonia móvel; à intensidade de fluxos demográficos com destino a instituições de ensino superior, entre outros. Nesse sentido, cabe destacar que, ao entrecruzar as informações disponíveis no Regic 2018 com as do documento Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE)¹², os autores do Estudo apontaram que a atração de investimentos capazes de transformar as potencialidades locais em oportunidades de desenvolvimento repercutiu em duas tendências principais: (a) a consolidação de centros urbanos mais estruturados, com consequente atração de fluxos populacionais de núcleos e centros locais próximos, com baixa oferta de infraestrutura; e (b) de irradiação das oportunidades para municípios circunvizinhos, desde que munidos de condições favoráveis para a expansão do recurso explorado (BAHIA, 2022a).

No fundamental, comparando-se os resultados de 2007 aos de 2018, observa-se um adensamento nas cidades dos níveis hierárquicos superiores e o surgimento de novas centralidades, processo que parece se vincular à infraestrutura logística existente e em implantação em cidades maiores. Detalhando tal comparação, veja-se que 19 das cidades classificadas como centros locais em 2007 ascenderam para níveis superiores no último Regic 2018. Em contrapartida, 11 cidades decresceram na hierarquia urbana, com destaque para Ilhéus, que, anteriormente classificada como Capital Regional B, tornou-se uma Capital Regional C. Se essas mudanças precisam ser analisadas com maior atenção de modo a se verificar suas repercussões em âmbito intramunicipal e regional, as permanências igualmente carecem de ser estudadas. Afinal, como já dito, houve ampliação da capacidade das centralidades já consolidadas e, ao mesmo tempo, continuam prevalecentes os centros de pequeno porte e de restrito nível centralidade (333 de um total de 417), que se encontram dispersos no território, e o pequeno número de centros intermediários, esses irregularmente distribuídos na Bahia (Figura 2). Tais resultados revelam que persistem e são reforçadas as relações de subordinação entre pequenos municípios para com polos de maior posição hierárquica (BAHIA, 2022a).

12 O ZEE é instrumento técnico e político de planejamento que estabelece diretrizes de ordenamento e de gestão do território, considerando as características ambientais e a dinâmica socioeconômica de diferentes regiões do estado.

Em vista disso, afirmam-se a manutenção dos saltos hierárquicos¹³ e a diferença de densidade dos centros da rede urbana. Conforme a Figura 3, há (a) concentração de densidades altas e médias nas proximidades de Salvador; (b) médias densidades no eixo Norte-Sul na região central do estado; (c) concentração de densidade compartilhada entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, de forma isolada do resto do estado; (d) vazios de centralidades na porção Oeste do estado; e (e) persistência de “vazios” intercalando áreas com concentrações de centros mais densos. Desse modo, parte das condições apresentadas pelo estudo de 2011 (Figura 1) se reproduzem na conjuntura mais recente (Figura 2), o que demonstra a existência de processos e ações que concorrem para a reprodução de padrões de desigualdade socioespacial no estado.

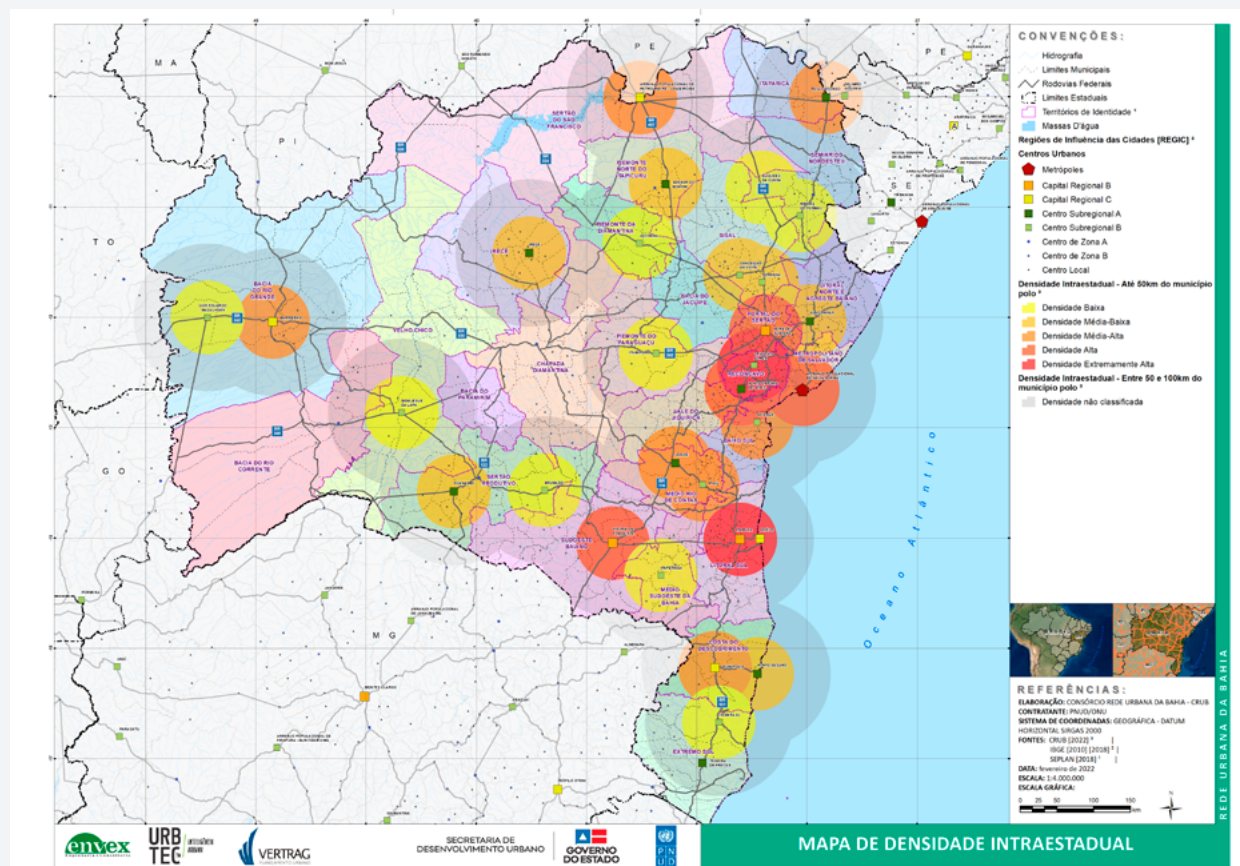
Em escala nacional, a Bahia se encontra no 5º lugar na hierarquia das redes estaduais, o que diverge de sua posição projetada, 14º lugar (BAHIA, 2022a). Essa ampla disparidade, registrada somente em mais cinco outros estados brasileiros¹⁴, é atribuída à influência do município de Luís Eduardo Guimarães e seu complexo produtivo agroexportador nas conexões internacionais e interestaduais, o que, de acordo com a metodologia do Regic 2018, lhe confere maior importância na hierárquica urbana.

Outras conclusões podem ser extraídas do Estudo de 2022. É possível afirmar que a polarização exercida por Salvador é, novamente, confirmada, mesmo que sua centralidade tenha diminuído quando se comparam os dados dos Regics de 2007 aos de 2018 (BAHIA, 2022a). Essa capital possui influência direta sobre muitos dos centros urbanos baianos e, indiretamente, sobre alguns situados em Minas Gerais (Figura 2). Pode-se asseverar também que houve perdas territoriais e o crescimento do compartilhamento de influência entre a rede urbana baiana e a de estados vizinhos, o que decorre da insuficiência de polos em posições hierárquicas intermediárias e de como eles se encontram dispostos no território. E, no que concerne à Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento (RIDE) do Polo Petrolina – Juazeiro, seus centros principais são fortemente polarizados por Recife, situação de difícil reversão para Salvador. Essa é uma área que merece atenção no âmbito do planejamento, o Arranjo Populacional consubstanciado por esses centros pode influenciar a mudança da configuração da rede urbana baiana atual, pois seu desenvolvimento pode gerar retração das relações entre seus centros urbanos e Salvador (BAHIA, 2022a).

13 Entende-se por saltos hierárquicos “[...] a falta de níveis de centralidade intermediários entre um centro de menor hierarquia e um de hierarquia superior” (BAHIA, 2011, p. 92).

14 Esses estados são: Alagoas, Sergipe, Paraíba, Minas Gerais e Mato Grosso, sendo que os três primeiros ocuparam lugares inferiores e, os dois últimos, lugares superiores em relação ao projetado.

Figura 3
Densidade dos centros urbanos da Bahia – 2022



Fonte: Bahia (2022a).

REDE URBANA E A EVIDÊNCIA DAS DESIGUALDADES REGIONAIS: CONCLUSÕES POSSÍVEIS E QUESTÕES PARA PRÓXIMOS TRABALHOS

O Estudo da Rede Urbana do Estado da Bahia, indubitavelmente, tem uma base teórico-metodológica orientada para identificar as hierarquias e articulações fundamentadas principalmente na lógica quantitativa. Aborda, dentro dessa proposta, um conjunto de variáveis mais afeitas às necessidades de reprodução econômica do que propriamente aquelas que qualificam o movimento da vida social em seu sentido mais amplo, e se orienta pelo estabelecimento do nível das centralidades e definição de hierarquias dos centros urbanos. Se é possível, e mesmo deve-se, criticar algumas das escolhas feitas, isso não invalida seus resultados ou as possibilidades de apropriá-lo para discutir as desigualdades e orientar estudos e ações públicas no sentido de minimizá-las. O que foi posto nas seções anteriores deste texto permite analisar, por exemplo, as desigualdades regionais a

partir dos desníveis das centralidades das RIs, a concentração espacial dos poucos e principais centros *vis a vis* a dispersão dos vários com densidade mínima de funções, a insuficiente distribuição de determinadas estruturas e serviços no território e o quanto da população tem efetiva acessibilidade aos mesmos.

Analisar o aspecto material da rede permite ainda verificar a dinâmica de evolução das centralidades baianas e notar a permanência da grande primazia de Salvador na organização dos fluxos no e do território, bem como evidenciar que Feira de Santana e Vitória da Conquista lhe sucedem no que diz respeito à capacidade de polarização regional. É digno de nota que essa situação não é recente, ao contrário, a partir da década de 1980, a atual hierarquia da rede urbana se encontrava em (re)produção.

Nas últimas duas décadas do século XX, em verdade, a Bahia experimenta uma intensificação do ritmo de urbanização nos seus mais diversos municípios, em particular naqueles que já possuíam papel de articulação regional consolidado, como os citados Vitória da Conquista e Feira de Santana. Do mesmo modo, houve um acentuado do crescimento demográfico e urbanização em municípios que foram objeto de importantes intervenções públicas e privadas e que, atualmente, figuram entre os mais proeminentes do estado, caso de Juazeiro, Barreiras e Teixeira de Freitas¹⁵ (DIAS; ARAÚJO; VIDAL, 2011). Conforme Santos (2019), nesse período e nas primeiras do século XXI, a difusão de objetos técnicos em diferentes áreas urbanas da Bahia resultou em modificações na divisão técnica, territorial e social do trabalho e da acumulação do capital. Essa situação tanto permitiu o deslocamento espacial do capital produtivo (sobretudo, industrial e agrário) das áreas tradicionais para outras regiões baianas como difundiu lógicas que contribuíram para a atração dos capitais financeiro, comercial e imobiliário a municípios de médio e até de pequeno porte.

Esse raciocínio faz retornar às proposições de Milton Santos. Estudar a rede não se reduz a listar as coisas e quantidades, afinal o espaço, entendido como um sistema de objetos e sistemas de ações em constante movimento e interação, precisa ser lido a partir dos objetos e pela vida que o animam. Como a rede urbana é uma construção social, logo, resultado de intencionalidades, seu aspecto material decorre das ações do Estado e do capital – principais agentes estruturadores do território (CORRÊA, 1997), porém as redes acontecem a partir de seu uso, são as pessoas que as constroem e reconstroem por meio de suas práticas (SANTOS, 2008).

Estudar a rede
não se reduz a
listar as coisas e
quantidades, afinal
o espaço, [...] precisa
ser lido a partir dos
objetos e pela vida
que o animam

15 Teixeira de Freitas foi emancipada em 1985.

Nesses termos, se as observações anteriores possibilitam retomar, consolidar ou rever conhecimentos estabelecidos sobre as diferentes e desiguais espacialidades baianas, para ampliar as possibilidades interpretativas dos conteúdos que o Estudo da Rede Urbana do Estado da Bahia apresenta e fomentar reflexões sobre as possibilidades de tratar das desigualdades, outras perspectivas precisam ser abertas. Logo, sem a pretensão de esgotar ou de trazer um conhecimento inédito e tendo em referência que estudar as redes exige considerar seus aspectos técnicos e sociais como um conjunto em movimento indissociável (FERRAZ, 2022), colocam-se alguns argumentos adicionais que visam provocar o movimento do pensamento e as estruturas de planejamento em relação às articulações entre a rede urbana e as desigualdades na Bahia:

- Reflexões sobre a rede urbana obrigam a diferenciação e a articulação dos conceitos *desequilíbrios* e *desigualdades*. O primeiro evoca a lógica da distribuição quantitativa das estruturas e vincula-se à “[...] existência de vantagens, sobretudo econômicas, comparativamente mais favoráveis a determinadas regiões como decorrência de fatores locais e de interação, associados a questões econômicas, políticas, sociais e culturais” (SILVA; SILVA; COELHO, 2008). O segundo remete à interação entre aspectos econômicos e sociais ou naquilo que o movimento econômico repercute na diminuição das iniquidades. Assim, o maior equilíbrio da rede urbana ou a diminuição do desnível entre as centralidades, a depender das ações que as promovam, pode não repercutir, necessariamente, na redução das desigualdades. Como alerta Santos (2008), se a existência das redes é inseparável da questão do poder e na divisão territorial do trabalho e há agentes com papel privilegiado na estruturação do espaço, é preciso estar atento ao que não é visível, às decisões e disputas que orientam seu movimento. Cabe, ademais, rigor analítico no trato da dialética quantidade-qualidade. Em outros termos, a questão não está em desprezar as quantidades ou a presença de determinado objeto no território, mas abordá-las, teórica e empiricamente, com a preocupação de entender os conteúdos e interesses que eles portam e em que medida as mudanças de ordem quantitativas repercutem em melhorias qualitativas nas condições de produção e de reprodução social de grandes parcelas da população.
- Com incomuns exceções, os níveis de centralidade das redes urbanas são revelados pela densidade, pelo acúmulo de pessoas, de objetos, estruturas e de capitais e pelos fluxos que atraem. Portanto, no âmbito das políticas públicas, ações voltadas à descontração territorial se orientam para a criação e dispersão de novas centralidades

ou para policentralidade, e, em geral, se baseiam na redistribuição de estruturas produtivas, equipamentos e serviços, o que não deixa de repercutir no mercado de trabalho e na vida social em várias de suas dimensões. Exatamente por isso, a válida preocupação em dinamizar distintos pontos do território deve ser fundada nas situações sociais concretas, nas necessidades e potencialidades dos lugares. Nesses termos, a seleção de funções a serem fortalecidas em cada centro deve ser orientada pelas suas situações particulares, o que inclui entender os processos do lugar e as relações que esse lugar estabelece com seu entorno, seus vínculos regionais, e suas conexões interescares. Esse encaminhamento coloca em pauta, além das quantidades, as qualidades e as diversidades de funções e de modos de vida como elemento de análise, o que tende a minimizar a força do grande capital e promover o acontecer complementar em âmbito regional.

- As relações e estruturas das redes urbanas são determinantes para os fluxos de bens e pessoas no território, tendo impactos significativos em políticas em escala municipal, e sendo por estas impactadas. Um planejamento municipal que não tome em consideração a escala regional tende a subestimar significativamente a dimensão e a capacidade de seus equipamentos. Em contraponto, um planejamento regional que não consiga se articular com atores políticos municipais tende a se distanciar das demandas reais e cotidianas das populações mais diretamente afetadas por suas políticas e intervenções, reduzindo, dessa forma, sua efetividade no que tange a melhorias nas condições de vida da sociedade. Reconhecer esta relação dialética entre o planejamento municipal e o regional é fundamental para definir políticas e planos capazes de sanar as fragilidades das redes e concretizar suas potências, contribuindo, dessa forma, para a redução das desigualdades identificadas pelo estudo.
- A Região Metropolitana de Salvador é espaço de múltiplos e complexos processos, dentre os quais dois chamam particular atenção. No primeiro, historicamente, pessoas de municípios baianos menos dinâmicos migram para a região, em busca de trabalho e melhor acesso a serviços e bens, sejam nas suas cidades periféricas, sejam na metrópole. No segundo, parte desses emigrantes dirigem-se especificamente para a capital e passam a residir em suas periferias, com frequência, em condições em que experimentam sobreposição de vulnerabilidades. Em ambas as situações, pode-se notar o papel do Estado na reprodução dos espaços da precariedade, algo vinculado à desigual distribuição dos investimentos nas diferentes áreas das cidades, tendendo a priorizar os espaços habitados pela população

de maior escolaridade, renda e inserida de modo mais adequado no mercado de trabalho. Ou seja, as intervenções públicas mais qualificadas e que contam com orçamento mais vultoso são praticadas nos espaços de maior centralidade. Tal cenário apresenta paralelos ao observado no âmbito da rede urbana do estado, revelando a possibilidade de reprodução das desigualdades em diferentes escalas.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Urbano. *Estudo da rede urbana da Bahia*: relatório síntese. Salvador: Sedur, 2011.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Urbano. *Sistematização da rede urbana atual da Bahia*: evolução e recomendação de diretrizes e políticas gerais. Salvador: Sedur, 2022a.

BAHIA. Secretaria do Planejamento. *Política territorial*. Disponível em: <https://www.seplan.ba.gov.br/politica-territorial/>. Acesso em: 28 jul. 2022b.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1997.

DIAS, Patricia Chame; ARAÚJO, Mayara Mychelle Sena; VIDAL, Francisco Baqueiro. Principais municípios da Bahia: considerações sobre sua dinâmica populacional. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 21, n. 2, p. 351-370, abr./jun. 2011.

FERRAZ, Maria Emília Quadros. O movimento do espaço: rede geográfica como categoria de análise. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS TERRITORIAIS, 3., 2022, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: PROET/UNEB, 11 jul. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AnRa0XE4D68>. Acesso em: 11 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Regiões de influência das cidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv19139.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Regiões de influência das cidades*: 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Regiões de influência das cidades*: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>. Acesso em: 5 jun. 2022.

MOURA, Rosa; NAGAMINE, Líria; FERREIRA, Gustavo. *REGIC*: trajetória, variações e hierarquia urbana em 2018. Brasília: Ipea, 2021. (Texto para discussão, 2666). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2666.pdf. Acesso em: 11 jun. 2022.

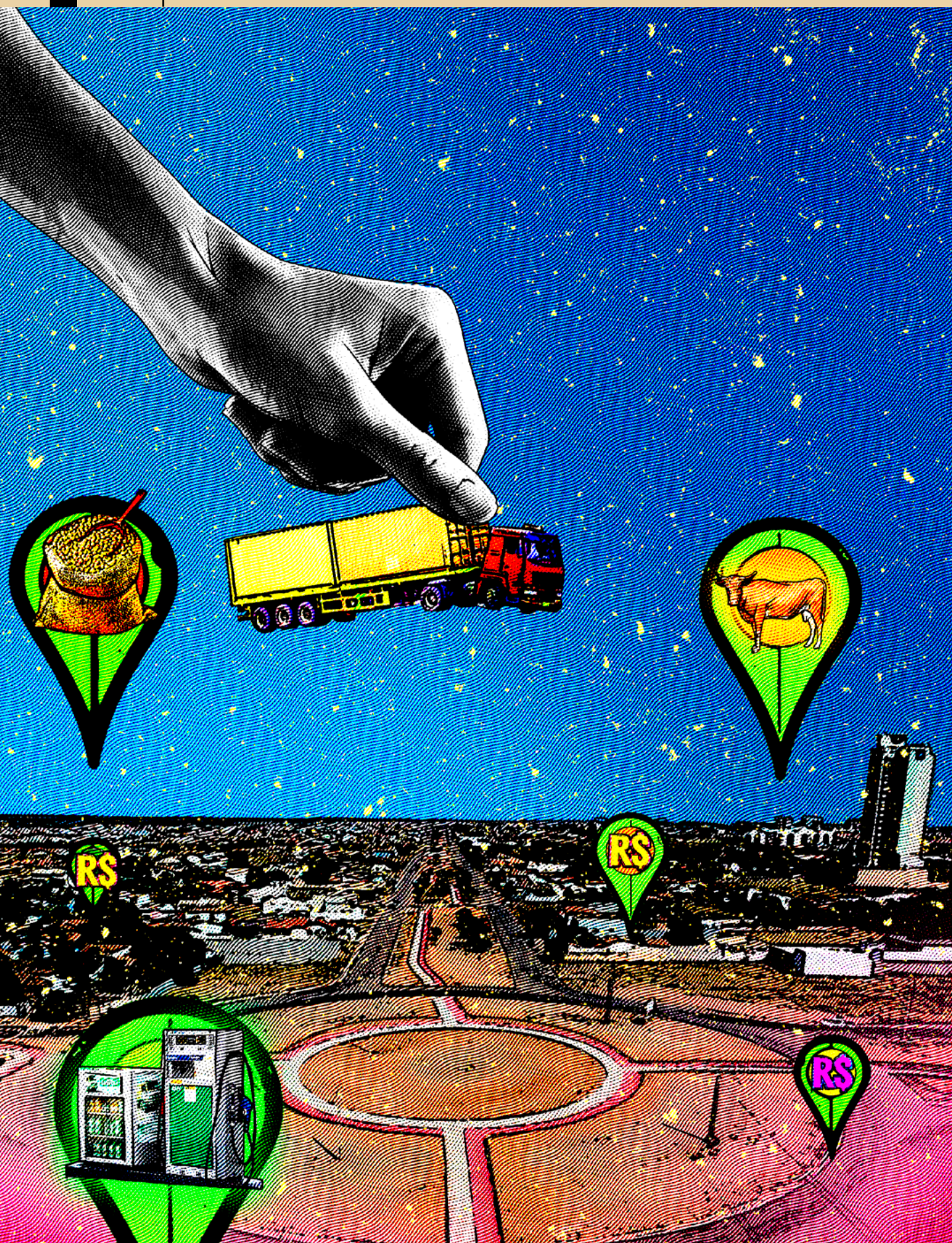
SANTOS, Janio. *(Re)pensar a rede de cidades na Bahia*: urbanização e interações dos/ nos espaços interurbanos. Feira de Santana: UEFS, 2019. (Texto para promoção na carreira para Professor Pleno).

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, Sylvio B. de Mello e; SILVA, Barbara-Christine N.; COELHO, Aroari Silva. *Desequilíbrios e desigualdades regionais no Brasil e nos estados brasileiros*. João Pessoa: Grafset, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. *Geografia*, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 51-62, jan./abr. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. *Maria Encarnação Sposito fala sobre redes urbanas e cidades médias em Chapecó*. Chapecó, 6 fev. 2017. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/chapeco/noticias/entrevista-maria-encarnacao-sposito-fala-sobre-redes-urbanas-e-cidades-medias-em-chapeco>. Acesso em: 25 jun. 2022.



NOVO OESTE: UMA ANÁLISE DO PROCESSO MIGRATÓRIO DA CIDADE DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES (BA)

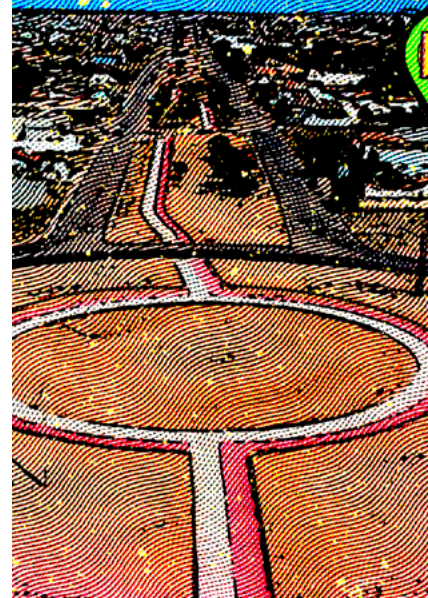
Márcia Maria Couto Mello
Doutora e mestra em
Arquitetura e Urbanismo pela
Universidade Federal da Bahia
(UFBA), graduada em Desenho
pela Universidade Católica de
Salvador (UCSal). Professora e
pesquisadora da Universidade
Salvador (Unifacs).
mellomarcia@uol.com.br

Ana Licks Almeida Silva
Doutora em Saúde Pública,
mestra em Sociologia e
graduada em Arquitetura
e Urbanismo pela
Universidade Federal da
Bahia (UFBA). Professora e
pesquisadora da Universidade
Salvador (Unifacs).
aalmeida.ssa@gmail.com

Valério Almeida de
Carvalho Vilela
MMestre em Desenvolvimento
Regional e Urbano pela
Universidade Salvador
(Unifacs), especialista em
Administração, Marketing e
Comunicação Integrada e
graduado em Comunicação
Social / Publicidade e
Propaganda pela Faculdade
São Francisco de Barreiras
(Unifacs). Professor da Unifacs.
valeriovilela@hotmail.com

doi.org/10.56839/cp.li203.3

A PARTIR da década de 1980, se percebe, nos municípios do extremo Oeste da Bahia, o início de um grande fluxo migratório, principalmente nas cidades de Barreiras, Mimoso do Oeste (atual Luís Eduardo Magalhães), Formosa do Rio Preto e São Desidério, alterando significativamente a dinâmica espacial destes municípios e provocando interferências significativas nas esferas sociais, econômicas, ambientais e culturais. De acordo com Almeida (2005), na cidade de Barreiras e em Luís Eduardo Magalhães, em especial, desde então a economia centrou-se na agricultura, destacando-se nacionalmente na produção de grãos como soja, milho, arroz e algodão.



No município de Barreiras, ocorria o início de uma ocupação urbana por imigrantes oriundos de outras regiões do país que se juntavam aos baianos ali residentes. O mesmo acontecia no distrito de Mimoso do Oeste, que teve início a partir de uma pequena aglomeração de casas ao redor de um posto de combustível, à beira de uma rodovia federal. Em poucos anos, o insignificante povoado progrediu graças aos imigrantes gaúchos, catarienses, paranaenses, goianos e paulistas, que ali se instalaram e plantaram suas lavouras, impulsionando o crescimento da região. Assim, o distrito de Mimoso do Oeste teve a sua emancipação decretada em 30 de março de 2000, quando o então município passou a se chamar Luís Eduardo Magalhães (LEM)¹.

Mais conhecido como LEM, rapidamente aquele território se transformou num pujante município, conhecido como a “A Capital do Agronegócio”, atraindo investimentos de grandes indústrias para a cidade, que atualmente expressa na sua formação sociocultural a influência dos hábitos e traços sulistas, a despeito de uma significativa concentração de imigrantes que ali chegaram com a esperança de crescer e vencer.

Com uma população estimada de 92.671 pessoas em 2021 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2022), o município de Luís Eduardo Magalhães está localizado no entroncamento entre as rodovias BR-020 (Barreiras-Brasília) e BR-242 (Barreiras -Salvador), que ligam a Região Oeste à capital do país e à capital do estado, respectivamente. Distante 540 km de Brasília e 995 km de Salvador, sua localização geográfica foi o que potencializou o seu surgimento e desempenho econômico, tornando-se o principal alvo do fluxo migratório da região. Localizada a 720 metros de altitude, é considerada uma das cidades mais altas da Bahia e faz parte da Microrregião de Barreiras, na Mesorregião do Extremo Oeste Baiano, com área total de 4.018,778 km², o que representa quase 10% do total do estado.

Situado na zona de abrangência de tropical semiúmido, as temperaturas em LEM variam de 18 graus no inverno a 34 graus nos meses entre agosto a outubro, com umidade relativa do ar que pode chegar a 13% – considerado estado de emergência pela Organização Mundial de Saúde – OMS, (BOLETIM DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - EMBRAPA, 2010). A vegetação dominante é o bioma cerrado, mas também pode-se encontrar a Floresta de Galeria, a Floresta Estacional Semidecidual Montana, além

1 A criação do mais novo município baiano, decretada pelo então governador Antônio Carlos Magalhães, em homenagem ao seu filho, foi alvo de muitas críticas, como a que afirmava ser a lei estadual baiana 7619/00 inconstitucional, sendo também o referendo que autorizou a criação do município, tendencioso e parcial, já que não foram consultados todos os moradores envolvidos. Em 2007 o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade da criação do município, dando ao legislador federal prazo de 2 anos para legalizar a situação. Mediante Emenda constitucional, o Congresso avalizou a criação do município.

da Caatinga compondo a paisagem SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2019).

Embora LEM, em 2010, apresentasse um IDHM de 720, índice considerado alto, e salário médio mensal de pessoal ocupado de 2,1 salários mínimos em 2020, a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 30,2%, o que revela uma concentração de renda que impacta diretamente na qualidade de vida da população, revelando desigualdades socioeconômicas. Essa distribuição de renda desigual aparece refletida na configuração urbana da cidade, representada simbolicamente pela rodovia BR-242, que corta o município e acaba por estabelecer uma divisão socioeconômica e cultural (IBGE, 2022).

Além da desigualdade econômica, em face ao acentuado fluxo migratório, as características socioculturais do município estão pautadas numa diversidade de tradições, hábitos e costumes centrados em uma só localidade, cujo processo de formação, ainda em curso, busca pelo seu traço de identidade cultural (HAESBAERT, 2002). O que fica evidente na cidade, como efeitos da migração, é uma forte disseminação da cultura sulista entre seus habitantes que vai além do sotaque e das expressões linguísticas, quando diariamente se reúnem nas praças para as rodas de chimarrão. Inclusive, cabe ressaltar a preservação de tradições gaúchas em eventos culturais e folclóricos, presentes no calendário festivo oficial da cidade.

Em face a esse cenário inquietante, buscou-se identificar, analisar e compreender as principais alterações nas práticas culturais reveladas pelos hábitos e costumes cotidianos dos seus habitantes. Para adentrar nesse universo, em processo de aculturação, que acentua desigualdades entre os atuais moradores, foi necessária a identificação de informantes-chaves que pudesse representar o coletivo a partir de segmentos específicos, inseridos em um grande espaço populacional. Identificam-se esses sujeitos como detentores da história e de conhecimento sobre os processos sociais de seus grupos e modificações ocorridas no território, uma vez que nenhum estudo sobre o tema foi encontrado. Como o município tem pouco mais de 40 anos de história, as informações permeiam-se basicamente na tradição oral e nas pesquisas de campo, que serão aqui as principais fontes de informação.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Adotou-se a pesquisa qualitativa por reconhecer como legítimo o levantamento de informações pela história oral, a partir de indivíduos que detém

Elaborado especificamente para a pesquisa inicial desenvolvida por Vilela (2018), o roteiro das entrevistas foi dividido em três blocos principais, que se desdobram em questões abertas e fechadas para melhor compreensão e análise das informações

um certo poder simbólico nos grupos que representam. Definiu-se que para a produção de dados seria utilizada a técnica das entrevistas semiestruturadas, cujos informantes-chaves foram selecionados entre habitantes que se destacam na construção da história, da sociabilidade, da política e da economia daquele território.

Elaborado especificamente para a pesquisa inicial desenvolvida por Vilela (2018), o roteiro das entrevistas foi dividido em três blocos principais, que se desdobram em questões abertas e fechadas para melhor compreensão e análise das informações. O primeiro bloco foi composto por perguntas generalizadas a respeito dos dados demográficos dos entrevistados, a exemplo de gênero, escolaridade, renda, profissão e naturalidade. Os dados arrolados que definem o perfil dos entrevistados podem ser visualizados na Tabela 1:

Tabela 1
Caracterização Socioeconômica e Educacional dos Entrevistados

Entrevistado	Gênero	Faixa Etária	Escolaridade	Renda Mensal	Naturalidade
A	Feminino	75- 80 anos	Especialização	10 salários	Barreiras-BA
B	Feminino	45 – 50 anos	Especialização	15 salários	Ponta Grossa - PR
C	Masculino	45 – 50 anos	Especialização	20 salários	Galiléia – MG
D	Feminino	80 – 85 anos	Fundamental	20 salários	Soledade – RS
E	Masculino	80 – 85 anos	Pós Doutorado	30 salários	Tangará - SC
F	Masculino	65 – 70 anos	Especialização	10 Salários	Ibirubá – RS
G	Feminino	55 – 60 anos	Graduação	8 salários	Campo Novo - RS

Fonte: Vilela (2018).

Observa-se que, entre os entrevistados, apenas um é oriundo da região e a maioria migrou do sul do país. Também cabe ressaltar a faixa etária, a renda mensal e a escolaridade dos entrevistados, para compreender as características dos imigrantes pioneiros do município de LEM.

No segundo bloco, os itens da entrevista foram orientados para cada indivíduo entrevistado, de acordo com as questões voltadas às políticas públicas e ao processo de migração, fazendo referências ao campo de atuação/domínio de cada um dos participantes. Já no terceiro e último bloco, os questionamentos abordam itens como: identidade cultural; hábitos e costumes; além da percepção destes sujeitos em relação aos aspectos sociais da cidade de Luís Eduardo Magalhães, revelando singularidades a respeito de movimentos culturais que também são discutidos no decorrer deste estudo.

Os dados obtidos foram classificados, descritos e discutidos à luz da análise de conteúdo conforme Bardin (1977). Assim, dentro da análise temática, foi possível encontrar o núcleo dos sentidos, a partir da frequência de aparição

de palavras (temas) que traduziram as narrativas discutidas neste artigo. Com o auxílio da plataforma digital *Word Couter*², foi possível também encontrar as ideias-chaves a partir das categorias que emergiram nos discursos dos entrevistados, por meio da recorrência de palavras – técnica defendida por Freitas e Janissek-Muniz (2006).

Ao se analisar os dados compilados na Tabela 2, é possível verificar as palavras e as ideias-chaves contidas nas narrativas dos entrevistados, de acordo com a frequência com que são usadas nos seus discursos:

Tabela 2
Frequência de palavras recorrentes em discurso

Palavra	Frequência
Desbravador	45
Terras	44
Cultura	42
Sulista	40
Chimarrão	33
Gaúcho	31
Segregação	18
Afetuosidade	15
Tradição	15
Políticas Públicas	12
Festas Populares	10
Violência	10
Cultura	09
Infraestrutura	08
Isolamento	05
Integração	04
Parentes	04
Associação	03
Conflitos	02
Desenvolvimento	02
Expulsão	02

Fonte: Vilela (2018).

As palavras e ideias-chaves encontradas a partir da recorrência de palavras nos discursos dos entrevistados induziram à análise e fizeram emergir as seguintes categorias: busca por terras; continuidade das tradições sulistas; festas populares; segregação; problemas sociais e afetuosidade.

2 *Word Couter* é um site (disponível no link <https://wordcounttools.com/>, acessado em 03/04/23) contador de palavras que fornece uma extensa estatística sobre a contagem de palavras, contagem de caracteres, o número de caracteres sem espaços. Informa ainda o número de sílabas, palavras monossílabas, polissílabas, frases, parágrafos, palavras únicas curtas e longas. Inclui recursos, como legibilidade, densidade de palavras-chave para maximizar sua produtividade de escrita, além de formação de representações imagéticas com as palavras recorrentes.

Os movimentos
migratórios
acompanham o
homem desde os
tempos primitivos,
alargando as
fronteiras geográficas
e a expansão do
conhecimento
cultural de
determinados
grupos sociais

A CULTURA E SUAS RELAÇÕES TERRITORIAIS: PROCESSOS MIGRATÓRIOS COMO FATORES DE DIFUSÃO E EXPANSÃO CULTURAL

Para compreender os processos que se estabelecem territorialmente a partir de práticas culturais, é importante fazer um resgate de diversas abordagens do tema para que assim seja compreendida a sua relação com outros campos do saber, principalmente com as ciências sociais, possibilitando comparar as concepções adotadas no sentido de uma interpretação mais ampla. Esse diálogo interdisciplinar permite identificar uma gama de características e códigos norteadores que serão responsáveis pela análise dos grupos sociais em estudo.

As principais contribuições teóricas acerca dos conceitos engendrados sobre a cultura tiveram seu desenvolvimento principalmente na Europa e na América do Norte – em destaque na Alemanha, na França e nos Estados Unidos da América, com o intuito de estabelecer as relações que o homem reconhece em seu meio e a sua interação com a organização territorial. Desde então, a cultura tornou-se um conjunto de práticas comuns a um grupo social, composta de aspectos materiais e imateriais, sendo transmitida através de gerações (COSGROVE, 1998).

No âmbito da geografia, o termo cultura foi revisto na Alemanha, quando Friedrich Ratzel introduziu o conceito de “geografia cultural”, no ano de 1880, através da obra intitulada *Culturgeographie der vereinigten staaten von nord-amerika unter besondere berücksichtigung der wirtschaftlichen verhältnisse*, cuja temática centra-se na migração chinesa na Califórnia (CLAVAL, 2007). Posteriormente, o autor propôs discutir a “Antropogeografia”, onde ele estabeleceu as causas geográficas da distribuição do homem em seus territórios e a influência da natureza sobre esses grupos, ideia que será discutida ao longo do trabalho na perspectiva das causas e efeitos do processo de migração.

Os movimentos migratórios acompanham o homem desde os tempos primitivos, alargando as fronteiras geográficas e a expansão do conhecimento cultural de determinados grupos sociais. Considerando o significado da própria palavra “migrar”, entende-se como um movimento de mudança de territórios, ou seja, um processo que impulsiona a des-re-territorialização, pois assim implica movimentos de saída – perda de territórios e de chegada – construção de “novos” territórios (BRUM NETO, 2012).

A migração se constitui como um fator de difusão cultural na medida em que se percebe a presença de culturas semelhantes em espaços diferentes ou, também, culturas distintas num espaço homogêneo. Ainda na concepção

de Brum Neto (2012), se a migração for considerada como movimento de saída e de chegada, reporta-se também à des-reterritorialização, à transformação, à dinâmica da cultura sobre o espaço e à difusão de culturas e identidades sobre o globo. Ao migrarem, os grupos sociais levam seus costumes e valores, como uma herança, guardando semelhanças e inserindo transformações nos seus *patterns* culturais.

No contexto inerente ao processo de reterritorialização resgata-se a linha de raciocínio de Claval (2007, p. 159), quando afirma que “[...] os materiais mudam de um lugar para outro”. Assim, mediante a necessidade de adaptação, os códigos transformam-se, principalmente aqueles que são reproduzidos com maiores dificuldades. O “novo” espaço requer ajustes culturais para que o grupo possa se re-territorializar.

Do ponto de vista da cultura, o processo de migração permite transpor os códigos culturais em determinado espaço e, desta maneira, materializá-los em outro, distinto do espaço de origem, tornando-o diversificado e plural na perspectiva das interações culturais. De acordo com Claval (2007), a cultura tem que ser marcante o suficiente para suplantar a transposição no espaço e manter-se “viva”. Caso contrário, tende a se diluir e assumir outra. O processo de transformação cultural é percebido mediante as dificuldades com o surgimento de inovações como instrumento para a readaptação ao ambiente. Essas condições externas impostas pela migração aceleram o caráter evolutivo da cultura, modificando alguns códigos locais para que ocorra a adaptação.

Entende-se, portanto, que a migração faz parte do processo de transição e difusão cultural, sendo responsável pela (re)construção de territórios, organizando esse espaço através de agrupamentos sociais e, desta maneira, propagando novas culturas e formando novos modelos de sociedades, baseados em distintos códigos culturais.

O PROCESSO DE FORMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO SOCIOCULTURAL DA CIDADE DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

A paisagem do Oeste Baiano começa a ser modificada com o mito do progresso, que vem substituir o “atraso” da região, pois a pecuária e as culturas tradicionais dificilmente promoveriam a desejada modernização (VILELA, 2018). Iniciaram-se, portanto, com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A. (EBDA) os primeiros estudos da viabilidade do plantio de soja na região, excepcionalmente por volta de 1975 a 1978.

Do ponto de vista da cultura, o processo de migração permite transpor os códigos culturais em determinado espaço e, desta maneira, materializá-los em outro, distinto do espaço de origem, tornando-o diversificado e plural na perspectiva das interações culturais

Segundo Ilário (2011), um fator de grande importância nesse período de modernização da região foi a migração de moradores de diversas áreas do Brasil, mas principalmente do sul e sudeste, para Barreiras, Mimoso do Oeste e entorno, atraídos pela presença de terras com baixos preços para agricultura na região

Sobre o processo de crescimento da região Oeste da Bahia, a historiadora Ignez Pitta (informação verbal)³ relatou que os cerrados baianos entre os anos de 1870 a 1978 eram terras não cultiváveis, por possuírem uma grande concentração de alumínio. Este fator fazia com que o solo, muito ácido, dificultasse o nascimento das plantas e o desenvolvimento da agricultura. Posteriormente, estudos científicos foram desenvolvidos em laboratórios para tentar corrigir o solo, já que o cerrado baiano se caracterizava como uma terra plana, rica em nascentes e diversidade de espécies de plantas, porém, não agriculturável.

No final dos anos de 1970, um projeto denominado Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal (PAD – DF), foi desenvolvido em Brasília e coordenado por um professor universitário sulista, cujo intuito era de analisar o pó do calcário, para corrigir e neutralizar a acidez do solo do cerrado baiano (SANTOS FILHO, 1989). Estudos realizados por agrônomos, estabeleceram como técnica adequada o uso do calcário dolomítico e do pó de gesso para fertilização do solo e, conseqüentemente, início do processo de produção agrícola na região.

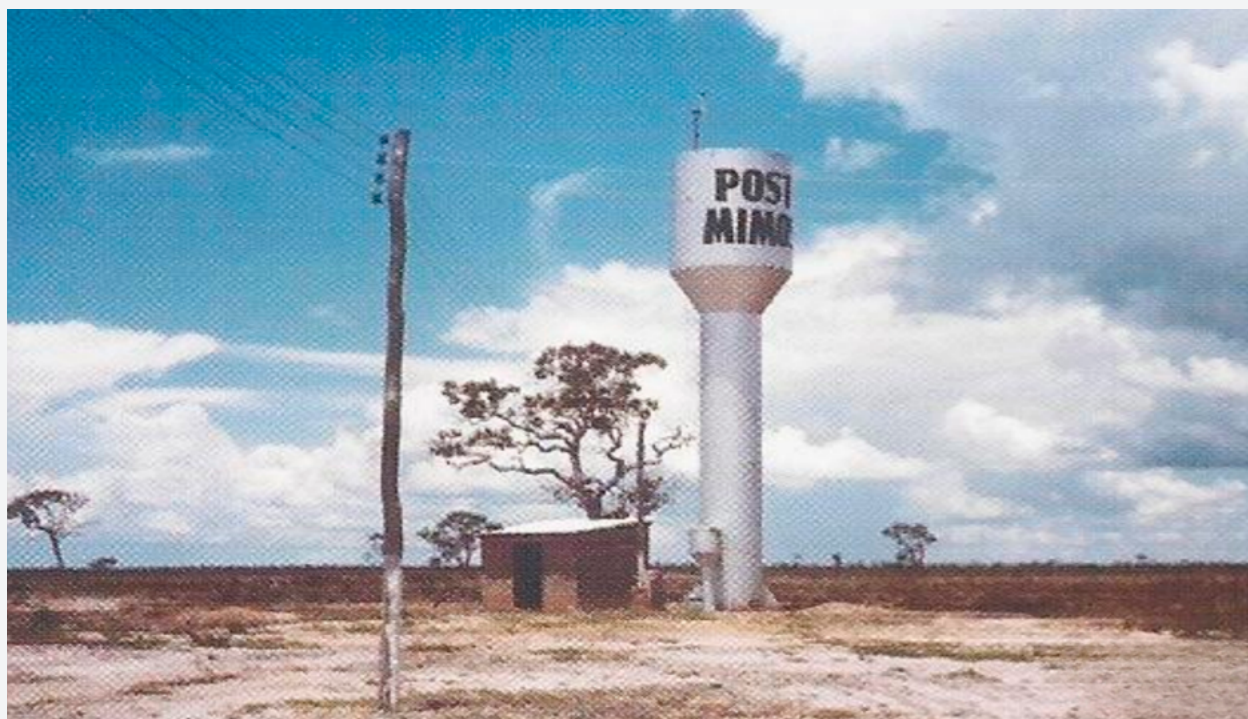
Segundo Ilário (2011), um fator de grande importância nesse período de modernização da região foi a migração de moradores de diversas áreas do Brasil, mas principalmente do sul e sudeste, para Barreiras, Mimoso do Oeste e entorno, atraídos pela presença de terras com baixos preços para agricultura na região. A capitalização dos migrantes sulistas, com domínio das técnicas de uma agricultura moderna, tornou ainda mais atraente a oferta de terras na região para esse grupo imigrante, que encontrou ali formas distintas de ocupação da terra, o que gerou um conflito fundiário entre os novos moradores e os antigos camponeses.

Na visão de Schlosser (2014), o evento que proporcionou a origem da cidade de LEM foi a instalação do posto de gasolina Mimoso, em 1982 (Fig. 1). No quilômetro 90 da BR 020, Arnaldo Horácio Ferreira (pecuarista goiano) adquiriu, em agosto de 1979, a área de terra que ia da nascente do Rio Cabeceira de Pedras até o então Posto Sertanejo, atual Posto Porto Brasil, onde estava localizada a Fazenda Mimosa, fazendo referência à distância do posto de gasolina a Barreiras.

Como em outras localidades do país, a segregação socioespacial que ocorre em Luís Eduardo Magalhães, assim como a distribuição e o acesso à riqueza produzida pelo agronegócio, é seletiva e atinge apenas parte da população

3 Ignez Pitta é pesquisadora e historiadora dos municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. Os dados e as informações aqui apresentados foram coletados em entrevista gentilmente cedida, especificamente para o desenvolvimento desta pesquisa, em Barreiras, 19 de julho de 2017.

Figura 1
Posto Mimoso, marco inicial de LEM (1982)



Fonte: Schlosser (2014).

dos municípios que o abrigam. Sobre estes fatores, Ilario (2011) afirma que a pobreza nessa região é um problema da estrutura da sociedade que se manifesta no território brasileiro. Está presente em todos os municípios da região, não apenas em LEM, devido, principalmente, ao grande contingente de migrantes que se descola para o oeste baiano em busca de trabalho nas lavouras. Ao mesmo tempo, essas atividades agrícolas apresentam elevado grau de mecanização e necessidade de pequeno contingente de mão de obra – em grande parte mão de obra especializada – não absorvendo, assim, esse contingente de trabalhadores que ali se instala.

Tomando por base as entrevistas efetuadas exclusivamente para este estudo, as temáticas apresentadas a seguir revelam singularidades da cidade de LEM, em uma tentativa de compreender os principais impactos socioculturais causados em decorrência das políticas públicas implementadas no Oeste da Bahia, assim como os efeitos do processo migratório que estimularam a vinda de diversas pessoas do Sul do Brasil, interferindo diretamente no cotidiano da cidade. A construção das narrativas versa sobre as seguintes categorias: busca por terras; continuidade das tradições sulistas; festas populares; segregação / problemas sociais e afetuosidade.

BUSCA POR TERRAS

A partir dos depoimentos, verificam-se os termos-chave de compreensão dessa categoria, os quais se relacionam ao fluxo migratório para a cidade de LEM, em especial de sulistas, que saíram de suas terras de origem em busca de oportunidades de melhorias em solos baianos. Assim, é possível verificar que a escassez de terras no território do Sul do Brasil também impulsionou a vinda destes migrantes para a cidade, o que revela algumas particularidades do município em relação a tradições, manifestações culturais e problemas sociais, corroborando com as ideias anteriormente mencionadas de Claval (2007) e Brum (2012).

Segundo o entrevistado E, o capital exerceu uma forte influência para este tipo de grupo social, uma vez que a possibilidade de ganhar dinheiro com a cultura agrícola e o investimento em tecnologias fez com que os sulistas se desprendessem de seu território com muita facilidade, conforme a afirmação abaixo, constante em Vilela (2018):

Eu diria, que eles (sulistas) tem assim essa importância de possuir terra na cultura de origem europeia, dos imigrantes de origem europeia. A terra para eles é onde se pisa, a terra é muito importante. E aí, vêm terras e terras, quais são as terras melhores? Então eles vão sempre em busca das terras melhores. (informação verbal)⁴.

Fica perceptível que o conhecimento das práticas agrícolas por grande parte dos sulistas que migraram para diversas regiões do país os fez detentores de técnicas que ainda não eram utilizadas nas cidades para qual migraram. A maioria dos entrevistados e dos empresários que trabalham no ramo do agronegócio na cidade de LEM admitem que, ao chegar à cidade, os nativos não tinham conhecimento de técnicas que pudessem melhorar a agricultura local, até então de subsistência, para começar a ganhar dinheiro com o potencial que a região poderia oferecer. O uso de pivôs agrícolas e fertilizantes nos solos da região levantaram questões acerca dos impactos que o agronegócio vem causando, principalmente quando se refere aos problemas ambientais. O que se observa é que não há políticas ou técnicas firmadas para minimizar os efeitos que a utilização destas tecnologias provoca no meio ambiente. Os pivôs de irrigação em grandes fazendas de soja e arroz ao longo das rodovias que ligam Barreiras e Luís Eduardo interferem diretamente nas baixas vazões dos rios, em especial o Rio de Ondas e o Rio

4 Informação fornecida pelo entrevistado E, no município de Luís Eduardo Magalhães, Bahia, em dezembro de 2017. Vilela (2018).

Grande⁵ que abastecem o Oeste da Bahia com o fornecimento de água potável e é um atrativo para o turismo local.

No depoimento do entrevistado C (VILELA 2018), fica reforçado o espírito aventureiro destes sulistas que saíram de suas regiões em busca de terras, sobretudo, com o intuito de ganhar dinheiro: “A característica que eles têm que é peculiar é: serem realmente desbravadores, de ir à frente, de não olhar adversidade; mas olhar oportunidade: isso é tipicamente do sulista” (informação verbal)⁶.

Observa-se que a maior parte dos sulistas que residem em LEM ou em Barreiras atribui o crescimento da região Oeste ao aspecto do agronegócio, em decorrência do empreendedorismo deles mesmos. Nos registros do material obtido com a pesquisa de campo, é possível identificar que o discurso destes grupos permeia a ideia de que, se não fossem os sulistas para trazer as técnicas do cultivo da agricultura, apoiado nas políticas públicas estabelecidas pelo governo, a região continuaria invisível dentro do estado da Bahia. Para eles, os baianos que compõem aquele Território de Identidade possuíam vocação para o comércio e não para a agricultura, o que reforça a questão de que, mesmo com o desenvolvimento do agronegócio nas cidades de Barreiras, São Desidério e Luís Eduardo Magalhães, a maioria dos agricultores é de fora ou do sul do Brasil, confirmando que poucos baianos da região Oeste entraram no segmento agrícola.

CONTINUIDADE DAS TRADIÇÕES SULISTAS

O curioso entrelaçamento entre duas culturas distintas que se complementam em diversos elementos constituintes destes modos de vida, em LEM está presente no cotidiano da cidade; na arquitetura das residências; nas expressões idiomáticas como “guri”, “bah” e “tchê”; nas rodas de chimarrão em praças públicas; na gastronomia e nas festividades do Centro de Tradições Gaúchas (CGT), que reforçam a identidade naquele município como uma maneira de preservar sua cultura e, ao mesmo tempo, expandi-la, o que, conforme Claval (2007), seriam os ajustes culturais necessários ao processo de re-territorialização dos imigrantes.

O depoimento do entrevistado E, relata o motivo pelo qual, em LEM, há uma prevalência da cultura de origem dos primeiros migrantes (VILELA, 2018):

Observa-se que a maior parte dos sulistas que residem em LEM ou em Barreiras atribui o crescimento da região Oeste ao aspecto do agronegócio, em decorrência do empreendedorismo deles mesmos

5 O Rio Grande é o principal afluente da margem esquerda do Rio São Francisco que banha o Oeste da Bahia.

6 Informação fornecida pelo entrevistado C, no município de Luís Eduardo Magalhães, Bahia, em dezembro de 2017. Vilela (2018).

É interessante à ligação com a origem. Percebe-se que é muito mais forte a cultura de origem dos territórios destes grupos sociais. Aí que vem então às novas gerações, que vão dar outra conotação a isso, mas essas que são os primeiros migrantes, eles vão ficar com a influência da origem, e isso fica muito bem estabelecido (informação verbal)⁷.

FESTAS POPULARES

As festividades organizadas pelo CTG ou outras entidades ligadas ao agro-negócio reforçam a presença de vários eventos consolidados no calendário festivo de LEM. O mês de setembro é um dos mais emblemáticos para os sulistas que ali vivem, pelo fato de comemorarem a tradicional Semana Farroupilha. De acordo o entrevistado F (VILELA, 2018), a representatividade que esta festa possui para esse grupo é equiparada à das festividades do Dois de Julho, no Estado da Bahia:

A gente faz um desfile até em 7 de setembro. A Prefeitura convida o CTG, e aí uma turma vai a cavalo e a outra vai em um carro alegórico, decorado com as características do Rio Grande do Sul. A partir do dia 13 de setembro até o dia 20, que é considerado o dia do gaúcho. É como se fosse o 02 de julho para os baianos (informação verbal)⁸.

O enfraquecimento das tradicionais manifestações culturais nas cidades que compõem o Território da Bacia do Rio Grande ficou visível principalmente com as alterações do espaço ocorridas no tecido urbano daquele território, o que gerou produtos resultantes dos complicados cruzamentos e misturas culturais, que são cada vez mais comuns em um mundo globalizado. Na visão do entrevistado A (VILELA, 2018), as manifestações culturais tradicionais da Bahia e do Nordeste que ainda possuem força na região são as ligadas à religião: “As festas propriamente religiosas é que ainda consegue manter a tradição e o acesso à cultura, exceto na cidade de LEM” (informação verbal)⁹.

Fica explícita a necessidade dos imigrantes de LEM em manter viva a cultura sulista, sentimento consequente de fluxos migratórios, explicado por Claval (2007) e Haesbaert (2002), quando detectam nos imigrantes a busca pelo

7 Informação fornecida pelo entrevistado E, no município de Luís Eduardo Magalhães, Bahia, em dezembro de 2017. Vilela (2018).

8 Informação fornecida pelo entrevistado F, no município de Luís Eduardo Magalhães, Bahia, em dezembro de 2017. Vilela (2018).

9 Informação fornecida pelo entrevistado A, no município de Luís Eduardo Magalhães, Bahia, em dezembro de 2017. Vilela (2018).

traço de identidade cultural. Todavia, cabe ressaltar que as raízes das expressões folclóricas mais fortes em LEM são as ligadas às culturas sulistas ou a eventos voltados ao agronegócio, proporcionando maior visibilidade ao município nas relações de poder e capital, substrato chave para a permanência da cidade no eixo do domínio da cultura de grãos. Expressões folclóricas típicas do Território de Identidade da Bacia do Rio Grande, como Nazaro, Festa do Divino Espírito Santo, Folia de Reis, Vaquejadas e Carnaval não se destacam e sequer aparecem no calendário festivo da cidade. Constata-se, portanto, que naquele território se implantou uma identidade cultural voltada a outras tradições totalmente diferentes das demais 13 cidades que compõem o Território de Identidade da Bacia do Rio Grande.

SEGREGAÇÃO E PROBLEMAS SOCIAIS

A transformação do espaço social advinda do processo de migração, como efeito das políticas públicas governamentais impostas para atender à lógica do capital, dentro do cerrado baiano e, em especial, na região Oeste da Bahia, revela uma face perversa que acompanha todos os processos de modernização que foram implantados com o crescimento populacional. Na cidade de LEM, é possível perceber de forma clara que a segregação socioespacial se apresenta, e é bem definida, com uma delimitação de espaços e costumes muito diferentes do que se observa em outras cidades que compõem o mesmo Território de Identidade.

Os problemas sociais de LEM vão se configurando na medida em que há uma evidente separação de grupos de migrantes, segregados pelos seus locais de origem, conforme colocou o entrevistado E (VILELA, 2018):

Eles [os migrantes do Nordeste] se auto segregaram em relação à cultura local. Isso por que você tem uma cidade que lhe obriga a se auto segregar de acordo com a sua classe social. Geralmente os migrantes que chegam para trabalhar aqui são da própria Bahia, o que chamamos de reserva migratória. A Bahia já está vocacionada pra migrar (informação verbal)¹⁰.

Este retrato das desigualdades sociais presentes em LEM revela que a segregação espacial e social é provocada pela pobreza dos agrupamentos de migrantes, muitos deles nordestinos, que chegaram à cidade para trabalhar na lavoura e em atividades ligadas também à construção civil. O que se percebe na cidade é que, de fato, há uma cultura da indiferença com a

¹⁰ Informação fornecida pelo entrevistado E, no município de Luis Eduardo Magalhães, Bahia, em dezembro de 2017. Vilela (2018).

pobreza, a partir de várias representações desiguais e excludentes nos mais diversos contextos. Sulistas e empresas multinacionais assumem as posições de empregadores, enquanto a reserva migratória do Nordeste chega de diversas partes do país para ocupar as posições de trabalhos subalternos.

AFETUOSIDADE

As relações do cotidiano e as formas de interação entre os indivíduos apresentam particularidades inerentes à constituição de hábitos e costumes enraizados, que vão se desterritorializando à medida em que os novos lugares proporcionam a subjetividade e o intercâmbio entre esses sujeitos, o que, segundo Claval (2007), pode ser entendido como um rebatimento da natureza do lugar sobre o grupo. No discurso do entrevistado E (VILELA, 2018), os nativos da região Oeste da Bahia possuem uma característica muito forte relacionada com os aspectos da generosidade, afetuosidade e solidariedade. Segundo o entrevistado, “esta característica é peculiar à cultura ribeirinha, que apresentam um modo singular de se relacionar com o ambiente em que vivem, produzindo e reproduzindo suas necessidades e partilhando-as com todos que estão em sua volta” (informação verbal)¹¹.

Esta relação entre sulistas e nativos ou nordestinos, na cidade de LEM, é vista como parte destas minudências. Segundo o entrevistado E (VILELA, 2018):

O fulcro das características do povo daqui para mim é a afetuosidade da cultura ribeirinha. Essa característica de compartilhar, dividir, dar atenção e se preocupar com o próximo, é algo particular destas cidades próximas a regiões que enfrentaram dificuldades como a pobreza, isolamento e abandono (informação verbal)¹².

Laços afetivos com a cidade, principalmente por parte dos migrantes que se instalaram no município, manifestam-se no desejo de continuar residindo em LEM. A adaptação com o novo território e a decisão de dar continuidade aos projetos no campo profissional e familiar foram unânimes no discurso dos entrevistados. Ao questionar o entrevistado G (VILELA, 2018) sobre a possibilidade de voltar para a sua terra natal, no Rio Grande do Sul, o mesmo foi enfático ao dizer que a terra dele agora é a Bahia: “Não voltaria de jeito nenhum. Minha Terra é aqui, minha família é aqui e não pretendo voltar” (informação verbal)¹³.

11 Informação fornecida pelo entrevistado E, no município de Luís Eduardo Magalhães, Bahia, em dezembro de 2017. Vilela (2018).

12 Informação fornecida pelo entrevistado E, no município de Luís Eduardo Magalhães, Bahia, em dezembro de 2017. Vilela (2018).

13 Informação fornecida pelo entrevistado G, no município de Luís Eduardo Magalhães, Bahia, em dezembro de 2017. Vilela (2018).

A partir da análise dos discursos transcritos, é possível compreender o sentimento de admiração que os sulistas atribuem em relação a algumas características dos nordestinos que residem em LEM. Por mais que alguns entrevistados tenham revelado que aprenderam muito com as relações de afeto dos nordestinos, se percebe ainda certo distanciamento e uma resistência entre os sulistas em incorporar estas características em seus hábitos de vida. Neste sentido, Cuche (2002) afirma que a identidade etnocultural usa a cultura, mas raramente toda a cultura. Chega-se à conclusão que as pessoas até podem se introduzir em culturas diferentes das suas de raiz, porém nunca deixarão aquela cultura arraigada da sua origem, dos seus costumes tradicionais e das suas crenças.

CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS

Nas últimas décadas do século passado, um fluxo migratório para a região Oeste da Bahia provocou um expressivo crescimento populacional, devido a grupos de agricultores brasileiros que vislumbraram em solos baianos a possibilidade de adquirir terras mais baratas para iniciar uma nova vida, com a oportunidade de um rápido crescimento econômico pela possibilidade de aplicar a tecnologia agrícola no novo território.

Nas análises apresentadas ao decorrer deste estudo, considerando as categorias anteriormente descritas, foi possível verificar que a escassez de terras no sul do Brasil, assim como o uso das pesquisas avançadas de correção do solo e a vocação agrícola de grupos sulistas para empreender e trabalhar no cultivo agrário, favoreceu uma migração em massa desses grupos para o cerrado baiano, de forma rápida e, ao mesmo tempo, conflituosa. Os principais impactos socioculturais do processo migratório na cidade de Luís Eduardo Magalhães revelaram particularidades nas formas de sociabilidades entre nordestinos e sulistas.

Enquanto os sulistas mantiveram hábitos e costumes característicos da sua região de origem em busca de um sentimento de re-territorialização, os moradores da região e os demais nordestinos que ali chegaram em busca de trabalho tiveram a sua cultura regional dizimada, o que de certa forma os desterritorializa. A pesquisa evidenciou que as influências da cultura sulista, sutilmente, são impostas na cidade de LEM pelos grupos detentores do poder. Afinal, sobre esta relação, constatou-se a prevalência dos hábitos e costumes dos grupos sulistas na cidade.

A incorporação dos hábitos tipicamente sulistas no cotidiano de uma cidade nordestina aponta para uma tentativa de hibridismo cultural, no que tange

Segundo Ilário (2011), um fator de grande importância nesse período de modernização da região foi a migração de moradores de diversas áreas do Brasil, mas principalmente do sul e sudeste, para Barreiras, Mimoso do Oeste e entorno, atraídos pela presença de terras com baixos preços para agricultura na região

a essas interlocuções dos modos de viver que são visíveis naquele lugar. Inclusive, o simbolismo desse processo de aculturação e valorização da cultura sulista também está presente nas manifestações festivas e folclóricas que fazem parte da agenda oficial do município. Caberia a implantação de políticas públicas que visassem preservar o patrimônio cultural imaterial da região, valorizando as tradições regionais.

Contudo, as diferenças e interferências não se limitam aos aspectos culturais. Em LEM existe um abismo socioeconômico, acentuado pela divisão espacial entre migrantes nordestinos e sulistas – perceptível pelos locais das suas moradias, padrões de residências e ofertas de serviços públicos. A desigualdade é pontuada até pela separação geográfica que ficou explícita desde o momento em que a cidade ainda era distrito do município de Barreiras e, desta forma, havia uma divisão inicial dos bairros dos migrantes nordestinos e do bairro dos migrantes sulistas. A pobreza, a violência e as formas de comportamento e interação entre estes dois grupos no espaço geográfico de LEM reafirmam a segregação em certos estereótipos de comportamentos que promovem a cultura sulista como superior, enquanto subentendem a nordestina como inferior. Alguns depoimentos dos entrevistados reforçavam um preconceito que ainda existe na cidade, a partir de características do imaginário popular presentes no próprio discurso do grupo sulista.

Apesar deste estudo revelar que existem desigualdades e segregação naquele território, também foi constatado que o grupo dos sulistas reconhece particularidades positivas em relação ao povo nordestino / baiano – observadas nas boas relações de convívio e admiração pelo jeito caloroso e humano com que estes nativos tratam os imigrantes. Independente de qual localidade eles venham, os moradores locais buscam estabelecer laços de amizade e afetuosidade, o que é uma característica peculiar dos nordestinos. Porém se faz necessário, para as próximas pesquisas acerca do tema, ouvir a população com o objetivo de avaliar a percepção da comunidade local em relação ao pensamento crítico sobre determinados hábitos e modos de vida que não são originalmente locais, mas já estão instituídos no cotidiano dos moradores de Luís Eduardo Magalhães.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ignez Pitta de. *Barreiras, uma história de sucesso*. Barreiras: Cangraf, 2005. v. 1. (Documentos barreirenses – Coleção do Professor).

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOLETIM DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO, EMBRAPA, 2010. Disponível no site: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/891209/1/bolpd288.pdf>. Acesso em 04 abr. 2023.

BRUM NETO, Helena. *Os territórios de imigração alemã e italiana do Rio Grande do Sul*. 2012. 318 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de São Paulo, Presidente Prudente, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/105015> Acesso em: 03 abr. 2023.

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. 3. ed. Tradução: Luiz Fugazzola Pimenta, Margareth Afeche Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

CUCHE, Denys. *La noción de cultura em las ciencias sociales*. Tradução: Paula Mahler. Buenos Aires: Nueva Vision, 2002.

FREITAS, Henrique Melo Rodrigues de; JANISSEK-MUNIZ, Raquel. Uma proposta de plataforma para inteligência estratégica. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO E INTELIGÊNCIA COMPETITIVA, 1., 2006, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: CIETEP, 2006. 1 CD-ROM.

HAESBAERT, Rogério. “Gaúchos” e baianos no “novo” Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ILÁRIO, Clayton Gomes. *Região agrícola competitiva e logística no oeste baiano*. 2011. 120 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Análise Ambiental e Dinâmica Territorial) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

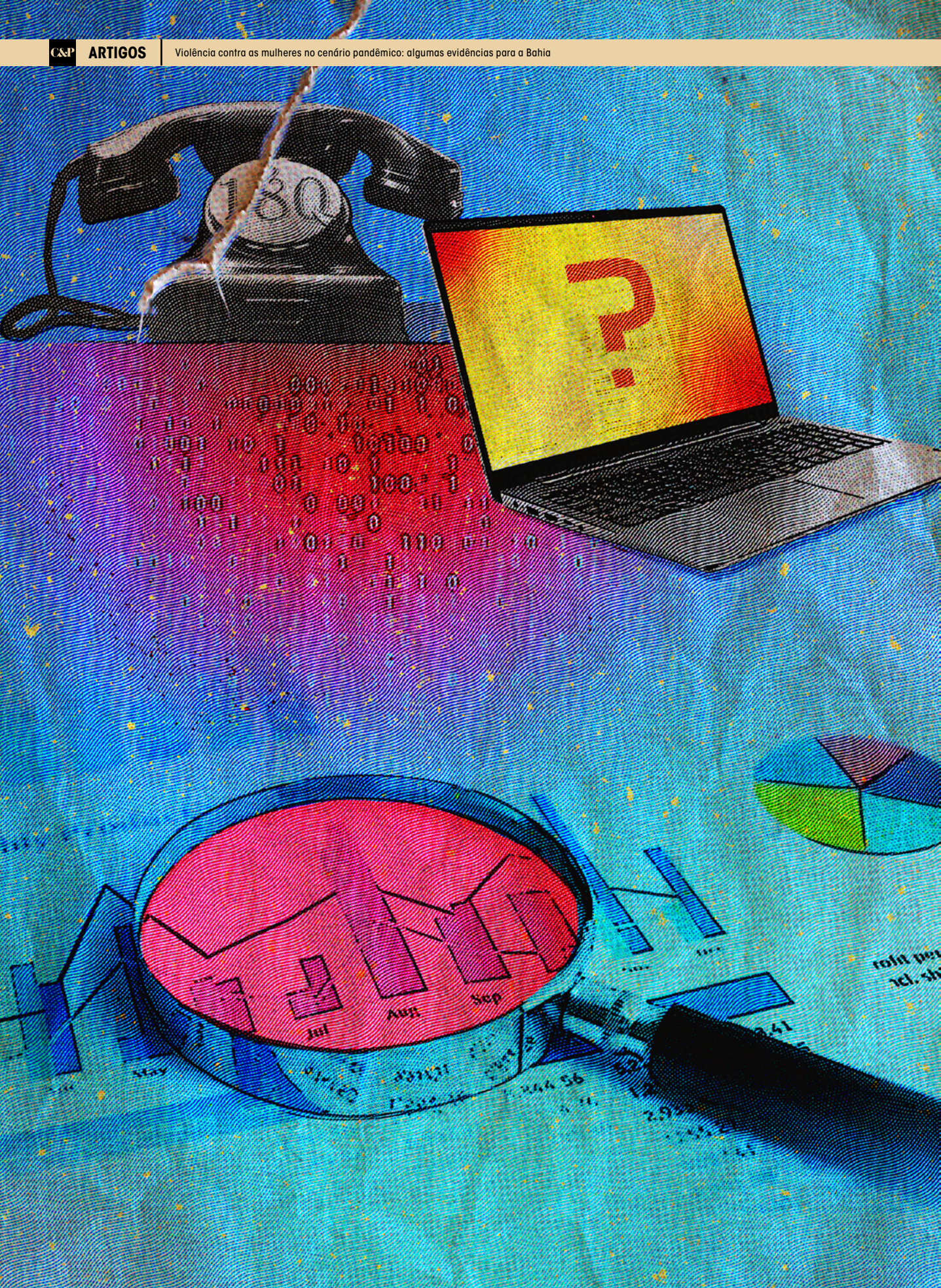
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Panorama*: Luís Eduardo Magalhães. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/luis-eduardo-magalhaes/panorama>. Acesso em: 18 set. 2022.

SANTOS FILHO, Milton (coord.) *O processo de urbanização no Oeste-Baiano*. Recife: SUDENE, 1989.

SCHLOSSER, Janne Bandeira de Almeida. *Características históricas e da gestão de políticas públicas de cultura do município de Luís Eduardo Magalhães*. 2014. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Gestão Cultural) – Instituto Humanidades, Artes e Ciência, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Uso atual das terras – Bacia do Rio Grande*. – SEP 102. Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. 2019. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/sep/sep_102.pdf. Acesso em: 03 abr. 2023.

VILELA, Valério. *Novo Oeste: uma análise do processo migratório da cidade de Luís Eduardo Magalhães*. 2018. 260 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Universidade Salvador, Salvador, 2018.



VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO CENÁRIO PANDÊMICO: ALGUMAS EVIDÊNCIAS PARA A BAHIA

Débora Carvalho Reis
Graduada em Direito pela
Universidade Católica do
Salvador (UCSal), mestranda
em Desenvolvimento Regional
e Urbano pelo Programa
de Pós-graduação em
Desenvolvimento Regional
e Urbano (PPDRU) da
Universidade Salvador (Unifacs).
deboracarvalho.r@gmail.com

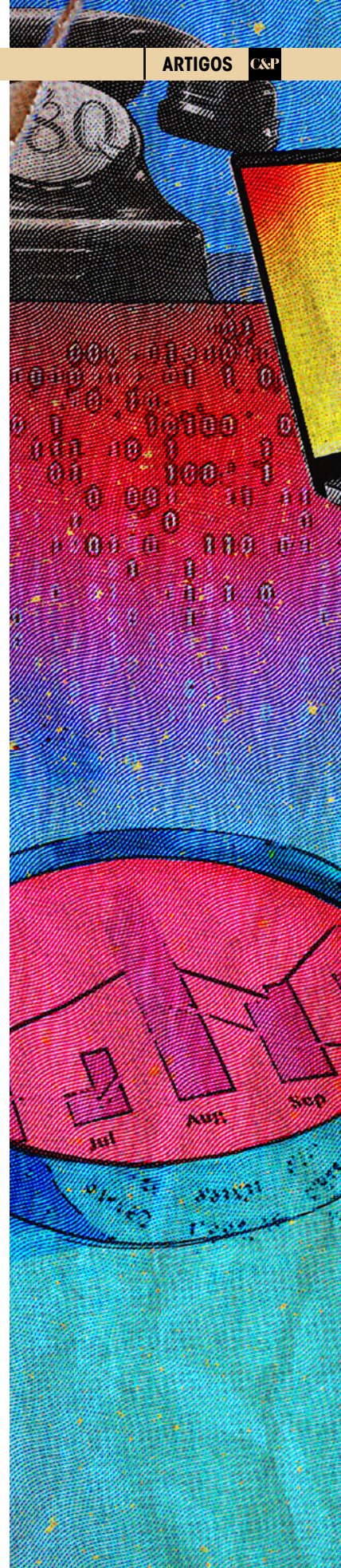
Liz Costa de Santana
Graduada em Direito pela
Universidade Tiradentes (Uniti),
mestranda em Desenvolvimento
Regional e Urbano pelo
Programa de Pós-graduação
em Desenvolvimento Regional
e Urbano (PPDRU) da
Universidade Salvador (Unifacs).
lizcostasantana@gmail.com

Laumar Neves de Souza
Doutor em Ciências Sociais
e mestre em Economia pela
Universidade Federal da
Bahia (UFBA). Professor do
Programa de Pós-graduação
em Desenvolvimento Regional
e Urbano (PPDRU) da
Universidade Salvador (Unifacs).
laumar.souza@unifacs.br

Ana Licks Almeida Silva
Doutora em Saúde Pública,
mestra em Sociologia e
graduada em Arquitetura e
Urbanismo pela Universidade
Federal da Bahia (UFBA).
Professora e pesquisadora da
Universidade Salvador (Unifacs).
aalmeida.ssa@gmail.com

doi.org/10.56839/cp.1i203.4

A PROBLEMÁTICA da violência direcionada às mulheres é tema imprescindível para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, pacífica e determinada em garantir os direitos humanos e a eliminação de todas as formas de discriminação e violência. Prova disso pode ser encontrada nos documentos que foram elaborados pela Organização das Nações Unidas (ONU), a exemplo da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Mulheres, datada de 1979, e a Declaração Sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, que foi proclamada em 1993 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1993) e ratificada pelo Brasil através do Decreto 4.377 de 2002 (BRASIL, 2002).



Mesmo em face desse reconhecimento, esse tipo de violência se apresenta, nos dias que correm, de modo endêmico à medida que atinge permanentemente mulheres de todas as partes do mundo de diferentes formas, situação essa que, como não poderia deixar de ser, repercute negativamente em termos de saúde e bem-estar, de acesso à educação formal, de inserção no mercado de trabalho e de participação política, contexto esse que, evidentemente, não favorece e/ou contribui para a eliminação das históricas desigualdades entre homens e mulheres nos mais variados âmbitos da vida em sociedade (OMS, 2021).

Como se sabe, em função do cenário pandêmico que se configurou com bastante força, em 2020, algumas mudanças tiveram que ser operadas no plano do convívio social, dado que medidas como o distanciamento social se impuseram e, por via de consequência, acabaram obrigando que as interações entre os indivíduos, nos mais diferentes planos da vida em sociedade, fossem alteradas dramática e repentinamente. Foi assim, pois, que se passou a constatar uma intensificação das relações que os indivíduos, de uma forma geral, estabeleciam uns com os outros no plano das suas respectivas famílias, posto que muitos deles estavam “obrigados” a viver confinados nas suas residências, em função dos decretos governamentais que se sucederam e que regulamentavam as medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Seria bastante razoável imaginar que uma transformação tão abrupta na forma de viver traria consequências de todas as ordens, redefinindo, por exemplo, as relações de poder e de afeto no seio das famílias entre casais, entre mães/pais e filhos(as), entre aqueles(as) que ocupavam a posição de chefe e os que deles(as) eram dependentes. Importante dizer, neste ponto, que esse novo desenho não se deu, em absoluto, num ambiente de tranquilidade para além dos limites de cada família tomada isoladamente.

No plano da sociedade brasileira, especificamente, ele ocorreu em um contexto de extrema fragilização dos seus indicadores socioeconômicos, como, por exemplo, aquele relativo ao desemprego. Com efeito, consoante com os dados disponibilizados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC), produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego saltou de 11,4%, em 2019, para 14,2%, em 2020 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022). Vale enfatizar que tal fenômeno atingiu os indivíduos dos dois sexos em destaque, de modo diferenciado, conforme se percebe ao recorrer novamente aos dados da PNADC, os quais dão conta que a taxa de desemprego entre os homens, em 2019, foi de 9,2%, enquanto que,

entre as mulheres, foi de 13,4%. Já em 2020, houve uma elevação desse indicador, passando a ser de 11,9% para os indivíduos do sexo masculino e 17,2% para indivíduos do sexo feminino (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022).

Não é necessário grande esforço analítico para supor que a conformação desse quadro tenha trazido reveses bastante significativos para a reprodução material de muitas famílias, uma vez que muitas delas passaram a ter um ou alguns dos seus integrantes convivendo com o desemprego, o que minou a(s) sua(s) respectiva(s) capacidade(s) de geração de renda.

Estar atento a essa realidade no âmbito deste estudo se revela uma tarefa importante, haja vista que tal fenômeno pode ter tido, no recente contexto pandêmico, um forte potencial para agravar o ciclo de violência que historicamente se abate sobre as mulheres. Isso porque, muitas delas, por conta de passarem a conviver com o desemprego, podem ter ficado mais suscetíveis a relações de poder abusivas, que envolvem práticas de submissão e controle, e até mesmo de violência, levadas a termo por seus companheiros, em função delas terem ficado mais vulneráveis financeiramente.

Neste ponto, não se pode deixar de suspeitar que o quadro de violência contra as mulheres no contexto pandêmico pode ter se intensificado em virtude mesmo das medidas de confinamento social que foram trazidas à baila pelas autoridades sanitárias. Para compreender como isso possivelmente se processou, basta imaginar que em um quadro no qual as pessoas passaram a ser compelidas a permanecer juntas em suas residências de modo incessante e sem a perspectiva de terem “válvulas de escape” para contornarem os problemas de diversas ordens que lhes afligiam, os conflitos entre elas podem ter sido aguçados e, por via de consequência, culminado em situações de violência que, frequentemente, vitimizam o público feminino.

Tomando esses elementos como pano de fundo, tem-se que o objetivo deste estudo é analisar como evoluíram as estatísticas relativas à violência de gênero direcionada às mulheres na Bahia, nos anos de pandemia, período que, como já informado, foi marcado por impactos socioeconômicos de toda ordem. Para dar conta desta tarefa, recorreu-se, fundamentalmente, às informações disponibilizadas pelos mais recentes documentos produzidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, os Anuários Brasileiros de Segurança Pública, datados dos anos de 2021 e 2022, e a parte da literatura que discute a questão da violência que historicamente afeta as mulheres.

Um dos argumentos que justificam a realização desta empreitada investigativa é precisamente o fato das estatísticas apontarem que a vida das

baianas está constantemente em risco, tal qual revelado pelo relatório “Elas Vivem: dados da violência contra mulher”, estudo conduzido pela Rede de Observatórios da Segurança. Só para se ter uma ideia da gravidade da questão, em 2021, na Bahia, foi registrado um caso de violência contra a mulher a cada dois dias. A convivência com essa realidade faz com que a Bahia ocupe o quarto lugar no índice nacional de vítimas, posição nada auspiciosa, ficando atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco.

Outro argumento que pode ser utilizado para levar este estudo a termo tem a ver com o fato que os indicadores sociais baianos são frágeis, especialmente a sua elevada taxa de desemprego, a qual sintetiza uma situação que tem potencial para agravar ainda mais o quadro de violência que vitima o público feminino quando, por exemplo, vincula-se a desocupação feminina a uma maior dependência econômica em relação a seus companheiros, o que pode suscitar práticas de controle e subordinação contra as mulheres, as quais descambam, muitas vezes, para contextos de violência, desde aquela mais severa, que simplesmente ceifa a vida, até aquelas outras que trazem consequências de todo o tipo para as mulheres, na medida em que lhes dificultam e/ou impedem de ter uma vida livre e plena, manifestando integralmente suas posições e desejos de toda ordem, experimentando as vivências que lhes trazem satisfação e frequentando e desbravando os espaços que desejam¹.

Feitas estas ponderações, cabe esclarecer que se optou por estruturar esta investigação em duas seções além desta Introdução e das Considerações Finais. Na primeira, se investe na elaboração de um breve histórico que contempla a questão do enfrentamento institucional da violência contra as mulheres no seio da sociedade brasileira. Já na segunda, se busca trazer à baila as estatísticas oficiais que informam sobre o quadro de violência contra as mulheres que viveu na Bahia durante o período da pandemia, contrastando-as, sempre que possível, com aquelas que imperaram no cenário nacional.

BREVES NOTAS SOBRE O ENFRENTAMENTO INSTITUCIONAL DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL

Foi precisamente a partir da transição para a democracia nos anos 1980 que a atuação do movimento feminista ocorreu de forma mais organizada, com a

1 Pesquisa promovida pelo FBSP, denominada “Visível e Invisível”, trouxe como um dos seus achados mais importantes o fato de que, no ano de 2020, a perda de emprego e a diminuição da renda familiar foi sentida de forma mais intensa entre as mulheres que sofreram violência, o que tornou mais difícil para essas mulheres romperem com parceiros abusivos ou relações violentas” (BUENO et al., 2021).

maior presença e incidência no âmbito estatal da participação das mulheres nos espaços de representação formal (BIROLI, 2018). Uma prova inconteste disso foi o fato de ter sido criado, em São Paulo, o primeiro mecanismo do Estado brasileiro voltado para a implementação de políticas para mulheres, qual seja: o Conselho Estadual da Condição Feminina, criado em abril de 1983, seguido, em âmbito federal, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), criado pela Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985, na transição para o primeiro presidente civil após o regime militar (COSTA, 2005).

Com efeito, essas políticas repercutiram na criação das primeiras delegacias da mulher, em 1985, também no estado de São Paulo (SÃO PAULO, 1985). Em vários outros estados, grupos feministas e de mulheres passaram a reivindicar a criação de delegacias especializadas como parte integrante e principal de uma política pública específica à questão da violência contra mulheres (PASINATO; SANTOS, 2008).

É importante registrar que, seguindo esse diapasão, aconteceu, em 26 de agosto de 1986, o Encontro Nacional Mulher e Constituinte, cujo objetivo precípuo era sistematizar, discutir e deliberar sobre as propostas a serem encaminhadas à Assembleia Constituinte. Pontue-se que os temas desse encontro versavam, em linhas gerais, sobre as seguintes questões: violência, família e direito civil, educação, discriminação racial, cultura, terceira idade, saúde, trabalho no campo, creche, participação política, trabalho nos centros urbanos e questões nacionais e internacionais. O resultado desse evento foi entregue ao deputado Ulisses Guimarães, no dia 26 de março de 1987, e constituiu o passo fundamental para o início das atividades do que, posteriormente, passaria a se chamar *lobby* do batom (SILVA, 2011).

Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988, a partir dos esforços do movimento de mulheres, reconheceu a igualdade de direitos de homens e mulheres na vida pública e na vida privada. No capítulo destinado à ordem social, em seu artigo 226, §5º, distribuiu os direitos e deveres da sociedade conjugal de forma igualitária, o que nas constituições anteriores era descrito como “pátrio poder”, bem como coibiu a violência no âmbito das relações familiares (BRASIL, 1988).

Apesar desses avanços do ponto de vista constitucional, somente em 2003 foi criada uma política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres com a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, que contemplava ações de natureza integrada como a definição de normas e padrões de atendimento, aperfeiçoamento da legislação, incentivo à constituição de redes de serviços, o apoio a projetos educativos e culturais de prevenção

a Constituição
Federal de 1988, a
partir dos esforços
do movimento de
mulheres, reconheceu
a igualdade de
direitos de homens
e mulheres na
vida pública e na
vida privada

à violência e ampliação do acesso das mulheres à justiça e aos serviços de segurança pública (PASINATO; SANTOS, 2008).

O aperfeiçoamento da legislação e, portanto, a ampliação do combate à violência se deu finalmente em 7 de agosto de 2006, com a Lei Federal nº 11.340, conhecida com a Lei Maria da Penha, que modificou o ordenamento jurídico brasileiro, e cujo nome foi uma homenagem à farmacêutica, Maria da Penha Maia Fernandes, que sofreu, em 1983, tentativas de feminicídio² pelo seu até então marido, Marco Antônio Heredia Viveiros, resistindo bravamente não apenas aos terrores da violência de gênero, mas também àqueles derivados da omissão estatal, da passividade do Judiciário e do julgamento da sociedade (BRASIL, 2006; INSTITUTO MARIA DA PENHA, online).

Em função dos absurdos que encerrava, o caso de Maria da Penha foi levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos – CIDH/OEA (IMP, 2009), que interviu determinando que o Brasil fosse “responsabilizado por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica praticada contra as mulheres brasileiras” (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2021).

Registre-se que a referida lei possui 46 artigos, que, em síntese, têm o objetivo de coibir a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher no país. Assim como prevê o seu artigo 1º:

Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. (BRASIL, 2006).

Por certo, a lei em tela trouxe importantes avanços para as mulheres brasileiras, haja vista que disciplinou a competência dos Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; categorizou os tipos de violência doméstica em física, sexual, patrimonial, psicológica e moral; proibiu a aplicação de penas pecuniárias aos agressores; previu os

2 Refere-se à prática do crime de homicídio qualificado praticado contra a mulher em função do gênero; matar uma mulher apenas por ela ser mulher.

encaminhamentos das mulheres em situação de violência, assim como de seus dependentes, a programas e serviços de proteção e de assistência social, como casas abrigo.

Importante frisar, neste ponto, que no que tange à produção de dados, a Lei Maria da Penha determinou a inclusão das estatísticas sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher nas bases de dados dos órgãos oficiais do Sistema de Justiça e Segurança a fim de subsidiar o sistema nacional de dados e informações relativas às mulheres.

Mais recentemente, em 2015, outra legislação fundamental para o enfrentamento à violência contra as mulheres foi sancionada, a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015), alterando o Código Penal, em seu artigo 121º, colocando-a como uma qualificadora do homicídio e incluindo o feminicídio no rol taxativo dos crimes hediondos (BRASIL, 2015).

Em que pese a existência desses instrumentos jurídicos para o enfrentamento à violência de gênero – os quais resultaram de um longo processo de luta histórica, que contou com a atuação decisiva, a articulação e a pressão do movimento de mulheres –, o Estudo Técnico nº 16/2020, elaborado no âmbito da Câmara dos Deputados para avaliação da execução orçamentária de ações de combate à violência contra a mulher, constatou que houve uma queda de 95% da dotação orçamentária destinada pelo Governo Federal para o enfrentamento desse tipo violência, entre os anos de 2015 e 2019, dado que ela encolheu de R\$ 119 milhões para R\$ 5,3 milhões (RODRIGUES, 2020).

Embora tal fato se constitua em um retrocesso evidente, não se pode dizer que, do ponto de vista da legislação, os avanços cessaram. Isso porque, em 2021, ela passou por aperfeiçoamentos que inequivocamente ampliaram as possibilidades legais de proteção às mulheres. Ao fazer esse destaque, se está, de modo preciso, fazendo alusão à criação da Lei 14.132, a qual fez constar no Código Penal o crime de perseguição, bem como passou a prever uma ampliação da pena para os casos de perseguição “contra mulher por razões da condição de sexo feminino” (BRASIL, 2021a).

O avanço do ponto de vista da legislação não parou por aí no ano de 2021, posto que a ela foram incorporadas três leis importantes, quais sejam: 1) a Lei 14.164, que simplesmente modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e fez valer a inclusão de conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, bem como passou a contemplar a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, situações essas que, inequivocamente, representam ganhos valiosíssimos

Em 2015, outra legislação fundamental para o enfrentamento à violência contra as mulheres foi sancionada, a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015), alterando o Código Penal, em seu artigo 121º, colocando-a como uma qualificadora do homicídio e incluindo o feminicídio no rol taxativo dos crimes hediondos (BRASIL, 2015)

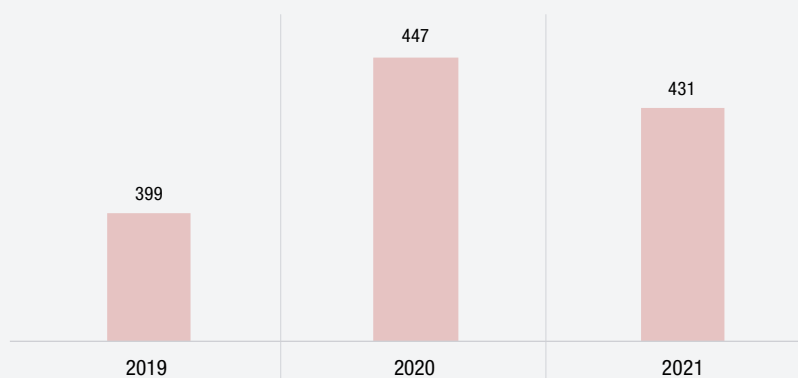
quando se tem a tarefa de arquitetar estratégias que caminhem na direção de promover a prevenção da violência contra o público feminino; 2) a Lei 14.188, que instituiu o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica, o qual se destina a combater a violência doméstica e familiar que vitimam as mulheres, e que modificou a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, bem como criou o tipo penal de violência psicológica contra a mulher; e 3) a Lei 14.232, que trouxe à baila a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres (PNAINFO) (BRASIL, 2021b, 2021c, 2021d).

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA BAHIA: O QUE DIZEM ALGUMAS ESTATÍSTICAS OFICIAIS?

O número de mulheres que foi vítima de homicídio na Bahia cresceu, em 2020, comparativamente ao ano imediatamente anterior, posto que saltou de 399 para 447 (Gráfico 1), o que representou uma variação percentual da ordem de aproximadamente 12%. Importante assinalar que essa movimentação foi proporcionalmente muito superior à observada no plano nacional, recorte espacial para o qual se apurou um acréscimo de 0,8% das ocorrências do tipo penal em questão. Quando se observa essa realidade em termos de taxa, constata-se, de igual modo, que houve uma ampliação, ou seja, a taxa de homicídio entre as mulheres no estado em foco expandiu-se, saindo do patamar de 5,2 para 5,8 por 100 mil mulheres, movimentação essa que não espelha o comportamento do referido indicado nacionalmente, que foi de absoluta estabilidade, situando-se na casa de 3,7 homicídios.

Gráfico 1

Evolução do número de mulheres vítimas de homicídios – Bahia – 2019-2021

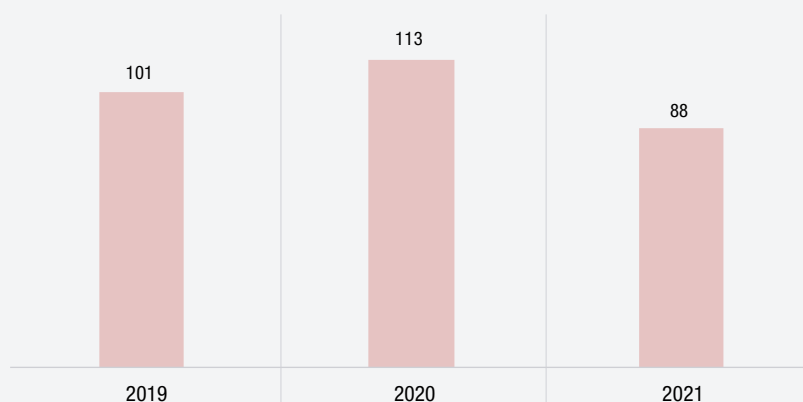


Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021, 2022).

Depois de se ter vivido a expansão dos homicídios que atingiram as mulheres no primeiro ano da pandemia, verificou-se na Bahia, em 2021, um discreto decréscimo do contingente feminino que foi vitimado por esse tipo de crime, já que foram contabilizados 431 crimes dessa natureza (Gráfico 1). Tal oscilação traduziu uma variação percentual de cerca de 3,6% e representou uma discreta queda da taxa de homicídio entre a população feminina, que cedeu para 5,6 por grupo de 100 mil mulheres. Enfatize-se aqui que esse comportamento acompanhou na íntegra aquilo que era apurado no país como um todo, o que significa dizer que também nessa escala espacial foi identificada uma contração no número total de homicídios de mulheres (de 3.999 casos para 3.878, variação percentual de 3,0%) e um discretíssimo recuo na taxa de homicídios femininos, que cedeu para 3,6 homicídios por 100 mil mulheres.

Quando se foca a análise na questão do crime de feminicídio na Bahia, vê-se que houve um agravamento no quadro de violência contra as mulheres no primeiro ano da pandemia. Isso porque, em 2019, foram apurados 101 casos dessa modalidade criminosa, ao passo que, no ano seguinte, identificaram-se 113 registros desse tipo (Gráfico 2), quadro esse que traduz uma variação percentual de 11,9% e que acabou se refletindo em uma leve ampliação da taxa de feminicídio, que saiu da casa de 1,3 para 1,5 por grupo de 100 mil mulheres. Já em 2021, essa estatística relacionada ao número de feminicídios registrou uma discreta redução, haja vista que foram contabilizados 88 casos desse tipo criminal (Gráfico 2), o que significou uma diminuição percentual da ordem de 22,1%, fato esse que acabou contribuindo para que a taxa de feminicídio atingisse o nível de 1,1 feminicídios por 100 mil mulheres, alcançando assim um nível que era inferior ao que foi medido no conjunto dos estados brasileiros (1,2 casos por grupo de 100 mil mulheres), situação essa que não fora observada no primeiro ano de pandemia, nem em 2019, anos que são privilegiados nesta investigação.

Gráfico 2
Evolução do número de feminicídios – Bahia – 2019-2021



Interessante assinalar que essas oscilações acompanharam o sentido daquilo que foi encontrado nacionalmente. Porém não se pode deixar de comentar que elas foram muito mais pronunciadas do que aquelas aferidas para o conjunto do país. Nesta escala espacial, os feminicídios se abrandaram em apenas aproximadamente 1%, dado que diminuíram de 1.354 para 1.341 casos.

Neste estágio, cumpre observar que, em função do recuo na frequência de feminicídios na Bahia, entre os anos de 2020 e 2021, a proporção desse tipo penal em relação aos homicídios de mulheres caiu, cedendo de 25,3% para 20,4%. Cumpre salientar aqui que essa movimentação é oposta daquela que foi verificada quando se leva em conta o conjunto dos estados da Federação, recorte para o qual se apurou uma ampliação da representatividade dos feminicídios em relação ao número de homicídios de mulheres de 33,9% para 34,6%.

Somadas as ocorrências de feminicídio desses dois anos, chega-se ao expressivo contingente de 201 mulheres que foram mortas tão somente em função da condição de serem mulheres (113, em 2020, e 88, em 2021), o que implica dizer que o estado em questão respondeu por cerca de 7,5% de todos os feminicídios ocorridos nos anos de pandemia no Brasil (da ordem de 2.695).

Ao caminhar na direção de encontrar elementos que ajudem a justificar o quadro de violência contra as mulheres no período pandêmico, surge a leitura que consta no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022, p. 5), a qual aponta que:

[...] a pandemia de Covid-19 fez com que mulheres em situação de violência ficassem ainda mais vulneráveis. O início da pandemia foi marcado por uma crescente preocupação a respeito da violência contra meninas e mulheres, as quais passaram a conviver mais tempo em suas residências com seus agressores, muitas vezes impossibilitadas de acessarem serviços públicos e redes de apoio.

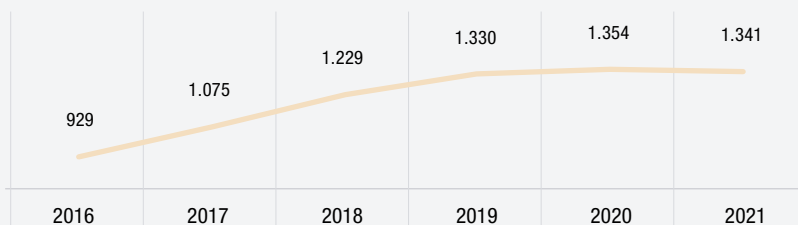
A bem da verdade, a escalada no número de feminicídios no país não se instala, conforme se pode averiguar no Gráfico 3, com a chegada da pandemia. Com efeito, a presença desse fenômeno já podia ser percebida comparando-se as estatísticas desse tipo penal que foram medidas nos anos de 2016 e 2017. Neste intervalo de tempo, o número de feminicídios ampliou-se, em termos percentuais, em cerca de 15,7%, movimentação essa que se manteve igualmente consistente quando se contrapõem os números

dos biênios 2017/2018 e 2018/2019, uma vez que no primeiro apurou-se uma oscilação positiva da ordem de 14,3% no total de casos do tipo penal em tela, ao passo que no segundo aferiu-se que tal variação acomodou-se no patamar de 8,2%.

Em que pese a diminuição dos feminicídios em 2021, na comparação com o ano imediatamente anterior, outras formas de violência contra as mulheres se manifestaram mais intensamente durante os anos de pandemia, confirmando assim, quase que na integralidade, as expectativas que se formaram de agravamento do problema da violência que vitima as mulheres. Aqui, não se pode perder de vista que, no contexto pandêmico que se configurou, muitas mulheres se viram obrigadas, como já mencionado, a passar mais tempo no âmbito das suas residências, tendo que conviver, portanto, mais tempo com seus agressores, o que, por certo, tinha o potencial de limitar os seus respectivos graus de liberdade para acessarem os serviços públicos e as redes de apoio, com vistas a denunciarem e, por via de consequência, se livrarem da sanha agressiva dos seus algozes.

Grafico 3

Evolução do número de vítimas de feminicídio – Brasil – 2016-2021



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022).

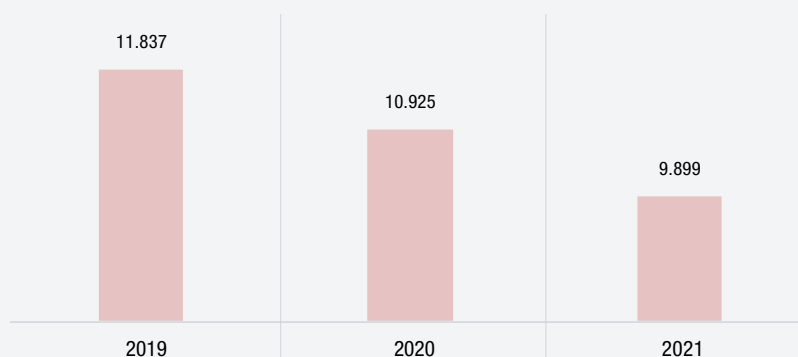
Chamar atenção para essa realidade é deveras importante, pois, não por acaso, o relatório mais recente do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022) aponta, de uma forma geral, para o incremento da violência contra as mulheres durante a pandemia, notadamente em 2021. Embora esse tenha sido o quadro mais geral que prevaleceu no conjunto do país, ele não se manifestou de maneira uníssona e homogênea nos diferentes estados que integram a Federação.

Em se tratando do estado da Bahia, é possível encontrar algumas evidências que não se harmonizam com esse quadro de incremento da violência não letal contra as mulheres, na medida em que caminham em direção contrária, não apontando, portanto, para a sua agudização. Prova incontestável disso, no caso baiano, pode ser encontrada, por exemplo, na contração do número de denúncias de lesão corporal dolosa e na diminuição do quantitativo de notificações das ameaças dirigidas às mulheres.

No que tange especificamente ao tipo penal lesão corporal dolosa no âmbito doméstico, o panorama que se instaurou no estado da Bahia foi precisamente o seguinte: 1) saiu-se de uma realidade, em 2019, em que foram contabilizados 11.837 crimes dessa natureza para outra, em 2020, na qual registraram-se 10.925 eventos desse tipo (Gráfico 4), o que representou, em termos percentuais, um recuo da ordem de 7,7%; 2) já em 2021, o referido quantitativo volta a sofrer redução, uma vez que se aferiram 9.899 lesões dolosas contra o público feminino (Gráfico 4), movimentação que se traduziu em uma queda percentual de 9,4%. Quando esses números absolutos são transformados em taxa, verifica-se um arrefecimento desse grave problema que atinge as mulheres no contexto baiano, tendo em vista que a taxa de lesão corporal dolosa contraiu de 154,9, em 2019, para 142,3, no ano seguinte, movimento esse que teve solução de continuidade, em 2021, quando alcançou o patamar de 128,4 por grupo de 100 mulheres.

Gráfico 4

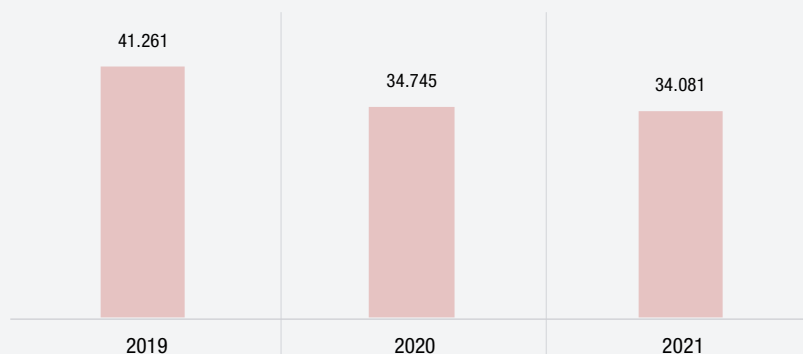
- Evolução do número de lesões corporais dolosas no âmbito doméstico contra as mulheres – Bahia – 2019-2021



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021, 2022).

Com relação às ameaças de violência dirigidas às mulheres na Bahia, como já antecipado, o que se viu foi uma diminuição no intervalo que cobre os anos de 2019 e 2021. Confrontando os números de 2019 com os de 2020, nesse particular, vislumbra-se que o quantitativo desse tipo penal cedeu de 41.261 casos para 34.745 casos (Gráfico 5). Comportamento que, não se pode deixar de comentar, se harmoniza com aquele que foi verificado no plano mais geral da sociedade brasileira, espacialidade para a qual as ocorrências dessa natureza caíram de 655.730 para 574.420. Não obstante, quando se comparam os números relativos às ameaças sofridas por mulheres em 2020 e 2021, a Bahia esboça um comportamento diametralmente oposto àquele que foi identificado no país. Ou seja, enquanto nesse estado teve solução de continuidade o arrefecimento do número de casos do tipo penal em questão, uma vez que eles caem para 34.081 (Gráfico 5), no Brasil o que se constatou foi a sua expansão, posto que alcançaram o patamar de 597.623 ocorrências.

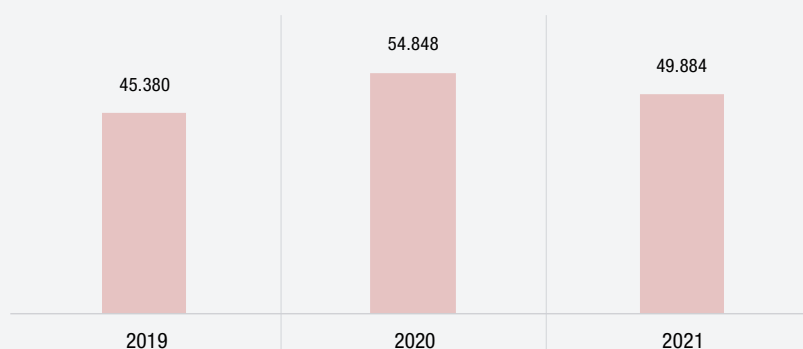
Grafico 5
Evolução do número de ameaças de violência dirigidas às mulheres – Bahia – 2019-2021



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021, 2022).

Outra sinalização que aponta para o arrefecimento/amenização do quadro de violência que atinge as mulheres na Bahia foi a redução significativa no número de ligação para o número 190 da Polícia Militar, com vistas a denunciar casos de violência doméstica. Depois de um crescimento vigoroso na passagem de 2019 para 2020 (elevando-se de 45.380 para 54.848, o que correspondeu a uma variação percentual da ordem de aproximadamente 20,9%), esse tipo de ocorrência foi menos intensamente registrado em 2021, recuando para o patamar de 49.884 casos, o que, em termos percentuais, expressa uma redução de cerca de 9,1% em relação ao ano imediatamente anterior (Gráfico 6).

Grafico 6
Evolução do número de ligações para o número 190 da Polícia Militar para denunciar violência doméstica – Bahia – 2019-2021



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021, 2022).

Dois comentários devem ser feitos em relação a essa movimentação. O primeiro deles é que ela em nada se afina com aquilo que foi observado no plano nacional. Ou seja, no país como um todo o número de ligações para a Polícia Militar com o intuito de denunciar violência doméstica teve uma discreta compressão no primeiro ano da pandemia, já que se situou,

em 2019, no patamar de 596.721 ligações e passou, em 2020, para a casa de 595.705 ligações e, logo na sequência, em 2021, avançou para 619.353 registros. Já o segundo é que ela curiosamente, pelo menos em parte, coincide com a diminuição do número de feminicídios no estado da Bahia, fenômeno este já mencionado linhas atrás.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abrir esta seção, a primeira coisa a dizer é que as estatísticas que foram exploradas neste estudo, as quais indicaram, em certas situações, quadros completamente dissonantes no que diz respeito ao panorama da violência contra as mulheres na Bahia *vis-à-vis* no Brasil, devem ser interpretadas com muito cuidado e parcimônia. Ao dizer isso, não se está querendo, em absoluto, colocar por terra a sua validade, nem tampouco rejeitar sua pertinência para captar a verdadeira tragédia social que representa as diferentes formas de manifestação da violência contra as mulheres no território nacional.

Com efeito, parte dos desencontros que se verificam do ponto de vista das referidas estatísticas se deve a problemas que derivam de uma imperfeita/imprecisa classificação de tipos penais como o feminicídio. Como muito bem posto no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022, p. 169), “por se tratar de uma lei que deixa a cargo dos servidores a correta tipificação, ainda há desafios – em diferentes graus, a depender das capacidades institucionais dos estados – em enquadrar o crime enquanto feminicídio”.

Inegavelmente, esses desalinhos são o que justificam a captação de estatísticas de violência contra a mulher díspares quando os dados estaduais são confrontados com aqueles que refletem a realidade do conjunto do país. Tratando-se de Bahia, isso parece fazer muito sentido, posto que, como mostrou Prado e outros (2020), tal estado tem como uma de suas marcas indeléveis, a fragilidade de não contar com estruturas públicas e, por via de consequência, não facultar a parte importante da sua população residente o acesso às assim chamadas arenas da cidadania, via emissão dos denominados documentos certificadores, a exemplo do Registro Civil de Nascimento e a Carteira de Identidade.

Se há dificuldades dessa natureza, o que dizer então dos óbices que são impostos às mulheres vítimas de violência para denunciarem seus agressores, nos rincões, por assim dizer, mais profundos da Bahia? Não bastassem os empecilhos que se impõem decorrentes da relação que mantêm com seus algozes, os quais, em muitos casos, as forçam a conviverem sob o julgo impiedoso e cruel deles, estendendo e aprofundando relações de violência

que, não raras vezes, culminam em desfechos trágicos que encorpam as estatísticas de feminicídio, as mulheres que residem na Bahia, como de resto em grande parte do território nacional, padecem também de dificuldades para informarem às autoridades competentes as situações de violência que enfrentam, seja porque não dispõem no seu entorno de órgãos públicos que recepcionem suas denúncias, seja porque se sentem frequentemente intimidadas para exporem as situações de violência que as vitimam, dado que, a depender do contexto em que as denúncias são feitas, elas são estigmatizadas e consideradas culpadas pela própria violência que as atinge.

Ademais, não se pode esquecer que a pandemia trouxe reverberações que muito provavelmente ainda não foram devidamente identificadas, especialmente no que tange aos limites que ela impôs às mulheres para denunciarem os casos de violência que as vitimaram, dado que possivelmente, muitas delas, se viram impossibilitadas, por motivações das mais variadas ordens, de denunciarem às autoridades competentes as situações de violência que as afligiam.

Destarte, neste momento, parece ser conduta analítica adequada não endossar *ipsi literis* o entendimento que as movimentações estatísticas descritas anteriormente indicam fielmente a conformação de um quadro benfazejo de arrefecimento da violência que atinge as mulheres na Bahia, o que, portanto, seria motivo de comemoração. Investir em uma leitura menos açodada e, portanto, mais cautelosa, que encerre menos festejamento, parece ser uma estratégia prudente e/ou recomendável.

Há uma razão que justifica muito claramente a tomada dessa postura interpretativa, a qual tem a ver com o fato de as próprias estatísticas oficiais, que são disponibilizadas pelos órgãos competentes e publicizadas nas diferentes edições do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, elaborado, como se sabe, no âmbito do FBSP, passarem por processos sistemáticos de revisão/depuração, que às vezes alteram completamente o sentido de uma série histórica. Nesse particular, é bastante ilustrativa a situação referente aos números de homicídios de mulheres no Brasil, pois na edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021 consta que foram registrados 3.913 crimes dessa natureza, em 2020, ao passo que no número subsequente da referida publicação se informa que, na realidade, no ano de 2020, o país contabilizou 3.999 eventos do tipo penal em questão.

Assim sendo, ao se comparar o número de homicídios de mulheres apurados no ano de 2019 (3.966), e que foi divulgado na edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, com aquele que está presente nesta mesma publicação para o ano de 2020, apura-se um quadro de arrefecimento

do aludido tipo penal. Não obstante, quando exercício semelhante é feito confrontando a informação relativa ao ano de 2020, que está disponível no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, com aquela aferida para 2019, constante do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, vê-se, na verdade, que esse tipo de violência se agravou e que, portanto, mais mulheres tiveram suas vidas ceifadas.

Por falar em estatísticas, não se pode deixar de comentar que elas são produzidas a partir de um conceito de mulher fundado em categorias dicotômicas tradicionais das Ciências Humanas e Biológicas, a exemplo de sexo (macho-fêmea) e gênero (homem-mulher), o que por certo contribui para uma não aferição do flagelo da violência que se abate não apenas sobre as mulheres cisgêneras, mas também sobre mulheres transgêneras e mulheres travestis. Não por acaso, em recente decisão, o Superior Tribunal de Justiça (BRASIL, 2020) proclamou entendimento de que tais mulheres devem ser abrangidas pela Lei Maria da Penha. Ou seja, nessa leitura confere-se indistintamente a quem exerce socialmente o papel de mulher o direito de ser protegida.

Nesse quadro, resta ao Estado Brasileiro sacramentar tal entendimento, de modo a fazer valer inequivocamente os ditames de uma política não discriminatória, que esteja mais sintonizada com as situações do mundo real quando se pensa em violência contra as mulheres, sendo capaz, por via de consequência, de punir os sujeitos ativos dessa violência, que podem ser homens cisgêneros, bem como pessoas que se autodeclaram do gênero feminino. Assim sendo, o que passa a importar nesta esfera é que a violência seja cometida em ambiente doméstico, familiar ou em relação de intimidade ou afeto entre agressor e agredida.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2021. São Paulo: FBSP, v. 15, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v4-bx.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2021.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2022. São Paulo: FBSP, v. 16, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em: 20 set. 2022.

BIROLI, Flávia. Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. In: RUBIM, Linda; ARGOLLO, Fernanda (org.). *O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: Edufba, 2018. p. 75-83.

BOLETIM DIREITOS NA PANDEMIA: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à COVID-19 no Brasil. São Paulo: Conectas, v. 10, 2020. Disponível em: <https://>

www.conectas.org/wp-content/uploads/2021/03/Boletim_Direitos-na-Pandemia_ed_10.pdf. Acesso em: 10 de ago. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 de mar. 2020.

BRASIL. Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 ago. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm. Acesso em: 13 ago. 2021.

BRASIL. Decreto nº 4.377, de 2002, de 13 de setembro de 2002. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 set. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm. Acesso em: 5 de mar. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 28 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 mar. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm. Acesso em: 28 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 14.132, de 31 de março de 2021. Acrescenta o art. 147-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o crime de perseguição; e revoga o art. 65 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1 abr. 2021a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14132.htm. Acesso em: 6 de fev. 2022.

BRASIL. Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 jun. 2021b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14164.htm. Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 14.188, de 28 de julho de 2021. Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto

de 2006 (Lei Maria da Penha), e no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), em todo o território nacional; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e para criar o tipo penal de violência psicológica contra a mulher. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 jul. 2021c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14188.htm. Acesso em: 10 de set. 2021.

BRASIL. Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021. Institui a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres (PNAINFO). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 out. 2021d. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14232.htm. Acesso em: 5 de dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. *Balanco 2019*: ligue 180: Central de Atendimento à Mulher. Brasília: MMFDH, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/ligue-180/balanco-ligue-180-2019.pdf/view>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde*. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 29 mar. 2022.

BRASIL. Portaria nº 86, de 1º de junho de 2020. Aprova recomendações gerais para o atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar na rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no contexto da Pandemia do novo Coronavírus, Covid-19. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 jun. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/portaria/portaria-no-86-de-1o-de-junho-de-2020>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1977124 SP 2021/0391811-0. Recurso Especial. Mulher trans. Vítima de violência doméstica. Aplicação da Lei n. 11.340/2006, Lei Maria da Penha. Critério exclusivamente biológico. Afastamento. Distinção entre sexo e gênero. Identidade. Violência no ambiente doméstico. Relação de poder e modus operandi. Alcance teleológico da Lei. Medidas protetivas. Necessidade. Recurso provido. Relator: Rogerio Schietti Cruz, 21 de fevereiro de 2022. *Diário de Justiça*, Brasília, 22 fev. 2022. Disponível em: <https://www.portaljustica.com.br/acordao/2580221>. Acesso em: 6 de mai. 2022.

BUENO, Samira *et al.* *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. 3. ed. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>. Acesso em: 6 out. 2022.

CERQUEIRA, Daniel *et al* (coord.). *Atlas da violência 2021*. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/atlas-violencia-2021-v7.pdf>. Acesso em: 10 maio 2022.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Gênero*, Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 1. sem. 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31137/18227>. Acesso em: 4 de mai. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Painel PNAD Contínua*. Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/> Acesso em: 10 maio 2022.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. *Quem é Maria da Penha*. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>. Acesso em: 30 jul. 2021.

KRUG, Etienne G. *et al. Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: OMS, 2002. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres*. Nova York: ONU, 20 dez. 1993. Disponível em: <https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/declaracaoviolenciamulheres.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Devastadoramente generalizada: 1 em cada 3 mulheres em todo o mundo sofre violência*. 9 de março de 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/9-3-2021-devastadoramente-generalizada-1-em-cada-3-mulheres-em-todo-mundo-sofre-violencia#:~:text=%E2%80%9CA%20viol%C3%AAncia%20contra%20as%20mulheres,%2C%20diretor%2Dgeral%20da%20OMS>. Acesso em: 6 de ago. de 2021.

PANORAMA SOCIAL DA AMÉRICA LATINA: 2021. Resumo Executivo. Santiago: CEPAL, 2022. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47808/S2100656_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 8 maio 2022.

PASINATO, Wânia; SANTOS, Cecília MacDowell. *Mapeamento das delegacias da mulher no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2008. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/mapeamento-das-delegacias-da-mulher-no-brasil>. Acesso em: 14 de mar. 2022.

PRADO, Vaner José do *et al.* Distância para a cidadania na Bahia: o acesso aos documentos certificadores sob a ótica de Christaller. *DRd-Desenvolvimento Regional em debate*, Canoinhas, v. 10, p. 119-136, 2020

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. *Elas vivem: dados da violência contra a mulher* / Silvia Ramos[et al.] ; ilustração Juliana Gama. – Rio de Janeiro : CESeC, 2022. Disponível em: http://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/03/EMBARGO-ATE-5AM-1003_REDE-DE-OBS-elas-vivem_-2.pdf. Acesso em: 10 de abr. de 2022.

RODRIGUES, Júlia Marinho. *Execução orçamentária de ações de combate à violência contra as mulheres*. Brasília: Câmara dos Deputados: CONOF, jun. 2020. (Estudo técnico, 16). Disponível em: https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2020/ET16_Violncia_MULher.pdf. Acesso em: 20 de mar. 2022.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 23.769, de 06 de agosto de 1985. Cria a Delegacia de Polícia de Defesa das Mulheres. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Brasília, DF, 7 ago. 1985. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/54303>. Acesso em: 5 de mai. 2022.

SILVA, Salete Maria da. *A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988*. 2011. 321 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.



Ranieri Muricy Barreto
Superintendente de Planejamento
Estratégico da Secretaria
de Planejamento do Estado
da Bahia (Sepplan).

CONQUISTAS QUE COLOCAM A BAHIA EM RELEVO

Nos últimos anos, a Bahia tem ampliado sua experiência com o planejamento governamental a partir do aperfeiçoamento dos seus instrumentos de longo, médio e curto prazos. Outras unidades da Federação, em um movimento similar, também têm investido no planejamento governamental, especialmente os estados do Nordeste. Essa condição é fundamental para enfrentar os desafios colocados tanto no cenário externo quanto no doméstico.

Estamos atravessando um raro momento de incertezas com tensões geopolíticas sobre a dinâmica econômica mundial, resultado do impacto de eventos simultâneos por exemplo – pandemia covid-19 e guerra Rússia x Ucrânia. A nova dinâmica internacional desarticula as cadeias globais de valor e arrefece o processo de globalização, com tendência de deslocamentos de capitais para países “mais seguros”, não alinhados militarmente, o que pode gerar novas oportunidades para o Brasil e a Bahia, especialmente com a eleição de Lula, que goza de boa reputação no exterior. Este ambiente é importante para alavancar investimentos e acelerar o desenvolvimento com impactos na Bahia e em toda a Região Nordeste, aumentando o grau de integração regional, dado o avanço promovido nos instrumentos de planejamento.

A Bahia tem larga tradição no planejamento de longo prazo. Desde a década de 50, ainda no governo de Antônio Balbino, com a contribuição de Rômulo Almeida, Pinto de Aguiar, Milton Santos e outros, se destacou como o primeiro estado brasileiro a desenvolver atividade de planejamento. O Plano de Desenvolvimento da Bahia (Plandeb) foi a maior expressão dessa realização.

Sem perder essa perspectiva, atualmente o ciclo de planejamento está organizado de forma integrada com todas as secretarias do estado e vem aperfeiçoando-se paulatinamente. Tendo em vista que cada etapa

executada se relaciona com a etapa imediatamente anterior, o ciclo é retro-alimentado endogenamente, permitindo melhorias contínuas a cada nova fase a partir das avaliações ao longo dos processos. Trata-se, portanto, de um processo complexo e não linear que envolve a definição de prioridades.

Nesta trajetória é importante destacar algumas das ações realizadas pela Secretaria de Planejamento (Seplan):

- a. a elaboração, atualização e implementação de planejamento estratégico de longo prazo, com o Plano de Desenvolvimento Integrado do Estado da Bahia (PDI Bahia-2035);
- b. as mudanças na metodologia, aperfeiçoamento contínuo dos processos de elaboração do Planejamento Plurianual (PPA), Lei de Diretriz Orçamentária (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), incremento do acompanhamento, monitoramento e avaliação do PPA e dos processos participativos de planejamento a partir de diferentes iniciativas, espaços e instâncias no estado;
- c. a criação do Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepege), com a primeira etapa implantada em 2012; e,
- d. a publicação da Lei Estadual da Política de Desenvolvimento Territorial (Lei n.13.214/2014), ratificando os Territórios de Identidade (TI) como unidades de planejamento do estado e regulamentando as relações entre os órgãos e entidades da administração, bem como destas com as instâncias paritárias de participação e governança territorial, a saber: como Cedeter (Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial), CAPPa (Comitê de Acompanhamento do Plano Plurianual) e Codeter (Colegiado de Desenvolvimento Territorial) no planejamento e implementação de políticas no estado.

A instituição do Sepege possibilitou melhorias no ciclo de planejamento, propiciando avanços fundamentais tanto para a gestão estratégica de políticas públicas, quanto para a governança em prol do planejamento, já que envolve e articula todos os poderes, órgãos e entidades da administração pública.

A partir dessas ações, buscou-se, ao longo dos anos, fortalecer o PPA como instrumento de planejamento de médio prazo, capaz de sintetizar a visão de futuro, oriunda do Plano de Desenvolvimento Integrado Bahia PDI-2035, e balizar a LDO e ações dispostas na LOA que são instrumentos de curtos prazos em que as prioridades são materializadas.

O Plano de Governo Participativo (PGP 2022) foi ancorado no Plano de PDI Bahia-2035, acrescido da participação dos Territórios (TI) e das reuniões com os mais diversos setores da economia baiana, além de entidades de classe, dentre outros segmentos. Dentre as muitas proposições do PGP-2022, se destaca: “Consolidar o planejamento de longo prazo, por meio da atualização e aprimoramento do atual Plano de Desenvolvimento Integrado Bahia 2035 (PDI Bahia 2035), incluindo a ampliação de seu horizonte para o ano de 2050 e um estoque de 200 propostas na Carteira de Projetos estratégicos” (pg.115). A Bahia continua no caminho certo.

O PDI Bahia-2035 dispõe de uma Carteira com 111 projetos que será robustecida a partir das prioridades já reveladas pelo governador eleito, Jerônimo Rodrigues, em seu discurso de posse, quando reafirmou o seu compromisso de promover inclusão por meio de uma política objetiva de desenvolvimento social e econômico que gere trabalho para estancar o circuito social, racial e econômico que tornou a fome, a pobreza e as desigualdades condições naturais. Nesse sentido, irá potencializar a política de atração de investimentos para induzir a industrialização no estado e o fortalecer as cadeias produtivas para dinamizar os Territórios de Identidade.

A elaboração do PPA 2024-2027 se dará em um novo cenário e o governador já sinalizou que estará em sintonia com o Governo Federal. Nesta perspectiva, a Bahia seguirá no processo de fortalecimento do PPA buscando maior integração com os instrumentos legais de planejamento citados anteriormente, assim como a integração com outros instrumentos de planejamento governamental e com atores partícipes da política pública, União, estados e municípios, além da sociedade civil.

Os governos Jaques Wagner e Rui Costa colocaram a Bahia em um patamar de maior dinamismo econômico, redução da pobreza e das desigualdades, determinantes históricos da formação econômica da Bahia. Convém ressaltar que, mesmo diante do grande volume de políticas que propiciaram a redução destes fenômenos em âmbito local, para superá-los, a capacidade de intervenção de um ente subnacional é limitada.

O modo de governar democrático, plural e inclusivo adotado nos últimos anos foi bem avaliado pela população, mas é importante inovar para prosseguir transformando a vida das famílias. A recorrência de crises, as limitações econômicas e fiscais e a imponderabilidade de cenários futuros exigem um ajuste do modelo de governança visando conquistar e manter a confiança da população no novo governo. No âmago dessa questão, estão a capacidade de planejamento futuro do estado e a modernização da máquina pública para executá-lo. Importante ressaltar que, em qualquer modelo de

governança a ser adotado, sejam articuladas as ações com as estruturas disponíveis no Executivo estadual e com demais poderes.

Após quatro anos de regressão econômica e social e sucateamento das estruturas de formulação e financiamento de políticas públicas pelo governo federal, a disponibilidade de projetos de interesse social e econômico é a garantia do sucesso de um governo. A sinalização para os primeiros 100 dias de governo já descortina a prioridade de continuar reduzindo a pobreza e as desigualdades, promovendo um desenvolvimento sustentável.

Nesta ótica, os desafios para os próximos anos passam, de um lado, pela potencialização dos setores portadores de futuro, como hidrogênio verde, insumos para o agronegócio, bio e nanotecnologias, além de Educação, Saúde, Segurança e Meio Ambiente, por exemplo. Por outro, tem-se que considerar a relevância da Segurança Alimentar frente às potencialidades da nova ruralidade na Bahia, em especial do pequeno agricultor e da agricultura familiar, sendo fundamental o fortalecimento desse segmento com projetos solidários, associativistas e cooperativos.

Mas é essencial aproveitar a nova dinâmica vivida pelas cidades pequenas e médias, em especial as impactadas pelos grandes projetos de infraestrutura e logística (FIOL, SVO, Duplicação da BR 101 e da BR 116, entre outras), transformando-as em espaços de desenvolvimento econômico e social, com geração de trabalho e renda, assegurando a infraestrutura urbana e social para seu crescimento. Nessa direção, o planejamento alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) priorizará os arranjos produtivos e os complexos industriais e logísticos regionais e pode repercutir favoravelmente para atração de investimentos internacionais.

Ademais, alinhado com o Governo Lula III, é preciso articular com os grandes investimentos públicos e privados a inserção das MPEs, seja pela linha do encadeamento produtivo, seja pelo efeito renda nas localidades onde esses investimentos serão realizados. Também faz-se indispensável o aperfeiçoamento das ações de coordenação e de cooperação federadas para auxiliar os governos municipais na implementação de políticas públicas integradas para a melhoria do ambiente de negócio para as MPEs, entre outras relevantes para o desenvolvimento do estado.

É importante pensar sobre a ótica da melhoria da qualidade de vida população, em que o fator renda é compreendido juntamente com o acesso das famílias e dos indivíduos a serviços públicos de qualidade e maior capacidade de fruição das diversas esferas da vida cotidiana. Parece simples, mas convém lembrar que ampliar direitos e melhorar a vida dos de baixo,

como diria Florestan Fernandes, esbarra em segmentos da população que compreendem esse movimento como cortes dos seus privilégios. Eis um grande pacto a ser construído para a construção de uma Bahia mais igual.

Por fim, para enfrentar os desafios relativos ao Novo Modelo de Desenvolvimento e promover as pactuações necessárias para ter um governo coeso, é fundamental que o Centro de Governo atue para facilitar a tomada de decisões e dar continuidade a uma gestão com planejamento e ênfase nas transformações sociais.



SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS
ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

Informação a serviço da sociedade

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia da Secretaria do Planejamento (Seplan), gera um amplo e diversificado leque de informações que retratam a realidade baiana. Estatísticas, pesquisas e análises descrevem o estado nos seus mais diferentes aspectos, formando uma base de dados indispensável ao desenvolvimento de políticas públicas. O resultado deste trabalho pode ser visto nos diversos títulos publicados anualmente pela instituição e nos resultados das pesquisas disseminadas periodicamente.

Principais Publicações e Plataformas

SEIColab ▾



SEIGEO ▾



InfoVis Bahia ▾



Acesse todo o
conteúdo da SEI ▶



BA&D Bahia Análise & Dados ▾



C&P Conjuntura & Planejamento ▾



SEP Série Estudos e Pesquisas ▾



Recortes Sociais ▾



Panorama das Contas Públicas ▶

Anuário do
Emprego
Formal
da Bahia ▶



Anuário
Estatístico
da Bahia ▾





LUGAR DE POTÊNCIA

O livro *Lugar de Potência* coloca em pauta o processo de partir do convencional e transformá-lo em soluções completamente inovadoras que ultrapassa a barreira dos modelos de negócios e chega à formação profissional, à educação e às relações de trabalho. É considerado um manual tático, objetivo, além de descontraído que ajudará o líder a mapear a sua trajetória profissional conforme a sua realidade, levando-o rumo à liderança de sucesso. Escrito por Ricardo Basaglia, mestre em Administração de Empresas pela FGV/EAESP que se consolidou como uma das maiores referências em carreira e liderança no Brasil, esse livro funciona como um instrumento que ensina o líder a traçar metas atingíveis e transformar a sua carreira.



2084: UMA FIÇÃO BASEADA EM FATOS REAIS SOBRE O AQUECIMENTO GLOBAL E O FUTURO DA TERRA

2084: uma ficção baseada em fatos reais sobre o aquecimento global e o futuro da Terra é um livro escrito por James Lawrence Powell. Entre os vários títulos acadêmicos que possui, está o de PhD em geoquímica pelo Instituto de Tecnologia de Massachussetts (MIT). Nesse trabalho, o ano é 2084, e os efeitos do aquecimento global estão em toda parte. Nenhum país foi poupado. Uma ficção que pode se tornar realidade. Esta obra se ampara no conhecimento científico de hoje para prever um amanhã terrível – se nada for feito. Avançando 100 anos em relação ao cenário distópico imaginado por George Orwell em 1984, este livro é uma exploração original, baseada em evidências, do planeta em que o mundo poderá passar. Ao simular entrevistas com políticos, cientistas e cidadãos de vários países que perderam tudo em eventos climáticos extremos e seus desdobramentos, Powell lança um alerta poderoso.

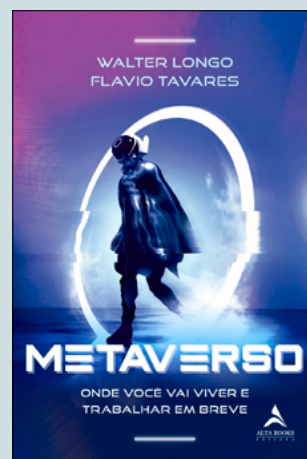


EMPREENDEDORISMO NA PRÁTICA

Empreendedorismo na Prática – Mitos e Verdades do Empreendedor de Sucesso traz a experiência dos empreendedores bem-sucedidos na óptica dos próprios protagonistas. Nesse trabalho, José Dornelas, um dos maiores especialistas brasileiros em empreendedorismo e plano de negócios, e um dos mais requisitados conferencistas sobre o tema no país, traz como diferencial o preenchimento da lacuna até então existente nas publicações relacionadas ao assunto, que é a aplicabilidade prática imediata dos conceitos e relatos do livro. Funcionando como espécie de guia prático, o trabalho de Dornelas tem sua aplicação como livro-texto nas disciplinas Empreendedorismo e Plano de Negócios para os cursos de Administração, MBAs, Engenharias, Economia e Direito, e também atende ao público profissional, a empreendedores e a executivos. A sua leitura permite identificar os vários tipos de empreendedores existentes e qual tipo está mais adequado a determinado perfil.

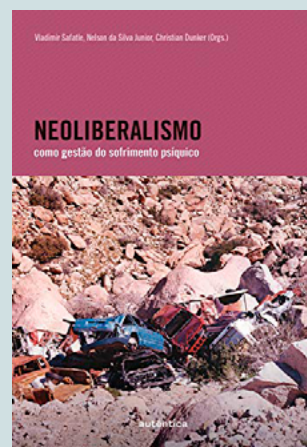
METAVERSO

Em *Metaverso: onde você vai viver e trabalhar em breve*, os autores Walter Longo e Flavio Tavares apresentam a nova realidade virtual de forma objetiva. Nesse trabalho, os autores discutem um cenário capaz de integrar os mais variados contextos de experimentação e convívio. As expectativas de revoluções profundas tanto no âmbito da tecnologia quanto nos padrões de vivência e relacionamentos humanos passam a ser perseguidas. Portanto, os autores chamam a atenção para o momento de aprender tudo o que envolve a nova realidade digital que pode provocar mudanças na forma de viver, estudar, trabalhar e nos relacionamentos interpessoais. Então, o que é o Metaverso, de onde surgiu e para onde está indo. Trata-se da discussão dos efeitos da realidade imersiva na sociedade atual e em um futuro próximo, a partir de uma perspectiva sociológica e filosófica.



NEOLIBERALISMO COMO GESTÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO

O livro *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*, organizado por Vladimir Safatle, um dos coordenadores do Laboratório de Pesquisas em Teoria Social, Filosofia e Psicanálise (Latesfip/usp), juntamente com Nelson da Silva Junior, autor dos livros *Le Fictionnel en Psychanalyse: une étude à partir de l'oeuvre de Fernando Pessoa* (1999) e *Linguagens e pensamento* (2007) e Christian Dunker, autor dos livros *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica* (2011) e *Mal-estar, sofrimento e sintoma* (2015), traz um novo olhar sobre o neoliberalismo. Nesse trabalho, o leitor poderá acompanhar como o modo de produção neoliberal construiu uma nova forma de sofrimento que se entranhou nas vidas das pessoas ao modo de uma moralidade indiscutível. A discussão apresentada ao longo da obra funciona como antídoto e resposta aos manuais de gerenciamento e motivação, às narrativas de sucesso e *coaching*, bem como aos discursos que produzem sujeitos estruturados como uma empresa.



O TRABALHO NO SÉCULO XXI

O Trabalho no século XXI, de Domenico De Masi, retrata as transformações que o mundo do trabalho sofreu ao longo dos anos, ao tempo que responde as perguntas sobre como essas mudanças influenciam a vida de todos. Nele são discutidas questões desde a escravidão ao trabalho remoto impulsionado pela pandemia de Covid-19. Aqui, o leitor poderá encontrar além dos tradicionais estudos focados nas relações entre funcionário e fábrica, um olhar sobre o cansaço físico e mental, o trabalho intelectual e as atividades criativas, que rompem a separação formal entre “trabalho” e “não trabalho”. Autor de diversos livros, entre eles *O ócio criativo*, Domenico De Masi, com *O trabalho no século XXI*, lança luz sobre as possibilidades e os desafios que a sociedade pós-industrial apresenta e oferece um olhar surpreendentemente otimista sobre o futuro.



CONJUNTURA ECONÔMICA BAIANA

A combinação de fatores como endividamento das famílias, juros elevados, inflação e encarecimento do crédito foi determinante para o comportamento da atividade econômica no país ao longo dos nove meses de 2022. Entretanto, a despeito da manutenção das incertezas no mercado, quando comparado ao ano passado, foram observados crescimentos em alguns indicadores.

O Índice de Movimentação Econômica de Salvador (Imec-SSA), que mede a atividade econômica da capital baiana, apresentou acréscimo de 5,9% em setembro de 2022 na comparação com igual mês de 2021. No acumulado de 12 meses, o indicador registrou avanço de 13,4%.

Em relação à inflação em Salvador, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou, em setembro, taxa negativa de 0,32%, inferior à apurada em setembro de 2021 (1,11%), segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entretanto, no acumulado dos últimos 12 meses, a inflação cresceu 8,87%. Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, de acordo com os dados apurados pelo IBGE, seis tiveram alta em setembro. Por ordem de magnitude das taxas, tem-se que Vestuário (1,36%) registrou a maior expansão, seguido de Educação (0,69%), Despesas pessoais (0,47%), Habitação (0,32%), Saúde e cuidados pessoais (0,25%) e Alimentação e bebidas (0,06%). Enquanto Comunicação (-2,55%), Transportes (-2,43%) e Artigos de residência (-0,04%) registraram variações negativas.

Na atividade agrícola, a safra brasileira de cereais, leguminosas e oleaginosas registrou desempenho positivo. O nono Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para 2022, relativo ao mês de setembro, com dados sistematizados e analisados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), estimou a produção estadual de cereais, oleaginosas e leguminosas em 11,4 milhões de toneladas (t), o que representa um crescimento de 8,2% na comparação com a safra de 2021.

Quanto à produção industrial baiana, houve recuo de 3,0% em setembro, em relação a setembro de 2021, com sete das 12 atividades pesquisadas assinalando recuo da produção. No acumulado de janeiro a setembro de 2022, comparado com o mesmo período do ano anterior, a produção industrial baiana registrou aumento de 5,6%. Quatro dos 12 segmentos da Indústria geral contribuíram para o resultado, com destaque para o segmento de Derivados de petróleo (36,5%), que exerceu a principal influência positiva no período, explicada especialmente pela maior fabricação de óleo diesel, óleo combustível e naftas para petroquímica. Outros resultados positivos no indicador foram observados nos segmentos de Minerais não metálicos (4,9%), Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (75,4%) e Couro, artigos para viagem e calçados (1,3%). Por outro lado, Metalurgia (-39,5%) registrou a maior contribuição negativa, devido à queda na produção barras, perfis e vergalhões de cobre e de ligas de cobre. Outros segmentos que registraram decréscimo foram: Produtos alimentícios (-10,0%), Extrativa (-12,1%), Borracha e de material plástico (-7,5%), Bebidas (-5,1%), Veículos (-11,3%), Celulose, papel e produtos de papel (-0,5%) e Produtos químicos (-0,1%).

Já o comércio varejista apontou, nesse mesmo mês, variação negativa de 2,5%, em relação ao mês de setembro de 2021. No acumulado de janeiro a novembro de 2022, o setor registrou recuo de 3,9%. Dos oito segmentos que compõem o indicador do volume de vendas, quatro registraram comportamento negativo, são eles: *Móveis e eletrodomésticos* (-23,3%), *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (-7,8%), *Combustíveis e lubrificantes* (-2,0%) e *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (-1,8%). Os demais segmentos registraram comportamento positivo, são eles: *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (10,5%), *Livros, jornais, revistas e papelaria* (8,5%), *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (7,3%) e *Tecidos, vestuário e calçados* (1,7%). No que diz respeito aos subgrupos, verifica-se que as vendas de *Móveis*, *Eletrodomésticos*, e *Hipermercados e supermercados* recuaram em 30,0%, 21,0% e 0,5%, respectivamente.

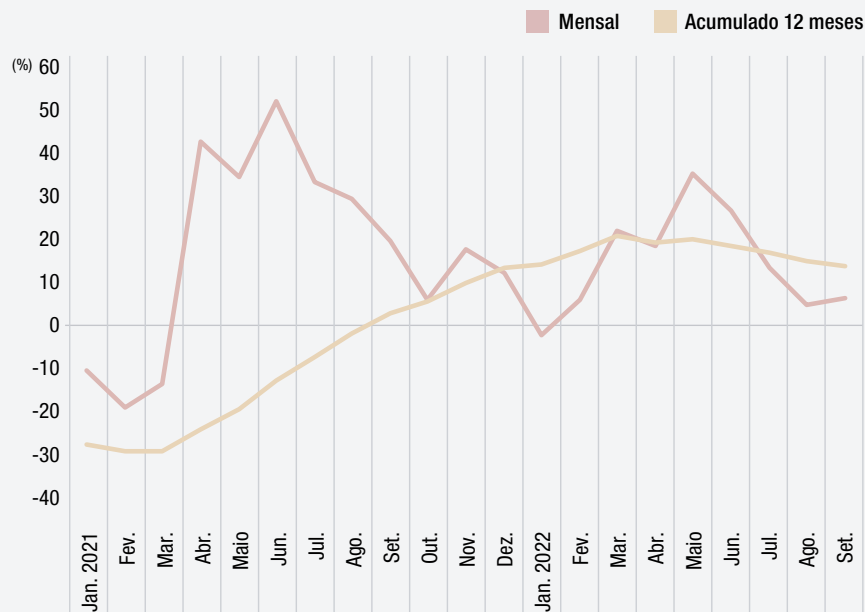
Enquanto o setor de serviços expandiu 3,4%, em relação ao mesmo mês do ano anterior. Quatro das cinco atividades puxaram o volume de serviços para cima, com destaque para as atividades de Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (7,7%), que contabilizaram a variação positiva mais expressiva. Seguidas pela atividade de Outros

serviços (6,3%), Serviços profissionais, administrativos e complementares (2,1%) e Serviços prestados às famílias (0,1%). Por outro lado, apenas Serviços de informação e comunicação (-2,1%) contribuíram negativamente.

As exportações e importações baianas atingiram, em setembro deste ano, patamares recordes para o mês. No acumulado dos nove primeiros meses do ano, os indicadores também alcançaram o nível mais elevado da série histórica. O resultado alcançado nas exportações no mês passado foi de US\$ 1,25 bilhão. Já as importações, alcançaram US\$ 1,34 bilhões, impulsionada pelo forte aumento nos combustíveis. No acumulado dos primeiros nove meses do ano, as exportações do estado atingiram US\$ 10,53 bilhões, aumento de 43,8%, enquanto as importações já somam US\$ 9 bilhões, com incremento de 68,4%. O saldo comercial ficou superavitário em US\$ 1,53 bilhão (-22,6%), enquanto que a corrente de comércio atingiu US\$ 19,53 bilhões, 54,2% acima do mesmo período de 2021.

Nesse cenário, são expostos os principais resultados da conjuntura baiana nas análises dos indicadores referentes aos dados apurados nos nove meses de 2022.

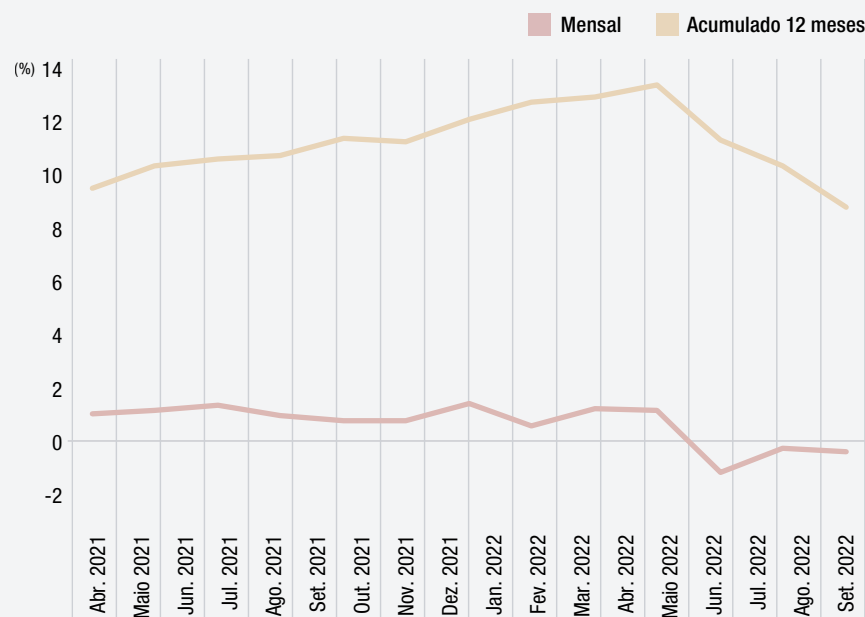
Gráfico 1
Índice de Movimentação Econômica (Imec) – Salvador – Jan. 2021-Set. 2022



Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/Distat/CAC.

O Índice de Movimentação Econômica de Salvador (Imec-SSA), que mede a atividade econômica da capital baiana, apresentou acréscimo de 5,9% em setembro de 2022 na comparação com o mesmo mês de 2021. As variáveis que contribuíram para esse resultado foram Ônibus intermunicipal (85,2%), Ônibus urbanos (23,6%), Aeroporto (6,6%) e Combustíveis (6,3%). Em sentido oposto, a contribuição negativa veio de Energia elétrica (-1,5%) e Carga portuária (-10,0%). No acumulado de 12 meses, o indicador registrou avanço de 13,4%.

Gráfico 2
Taxa de variação do IPCA – RMS – Abr. 2021-Set. 2022

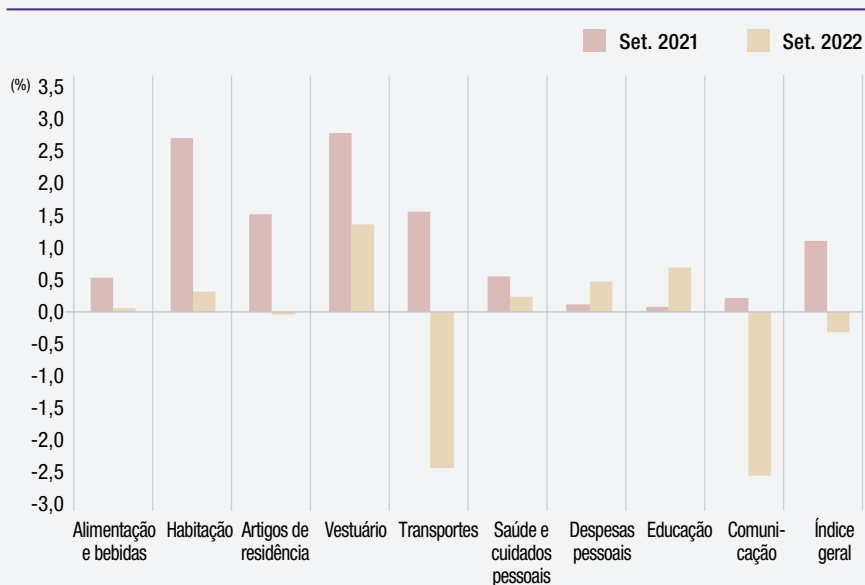


Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/Distat/CAC.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou, em setembro, taxa negativa de 0,32%, inferior à apurada em setembro de 2021 (1,11%), segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No acumulado dos últimos 12 meses, a inflação cresceu 8,87%. A variação acumulada nesse período foi a menor desde setembro de 2021 (9,54%).

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, de acordo com os dados apurados pelo IBGE, seis tiveram alta em setembro. Por ordem de magnitude das taxas, tem-se que Vestuário (1,36%) registrou a maior expansão, seguido de Educação (0,69%), Despesas pessoais (0,47%), Habitação (0,32%), Saúde e cuidados pessoais (0,25%) e Alimentação e bebidas (0,06%). Enquanto Comunicação (-2,55%), Transportes (-2,43%) e Artigos de residência (-0,04%) registraram variações negativas.

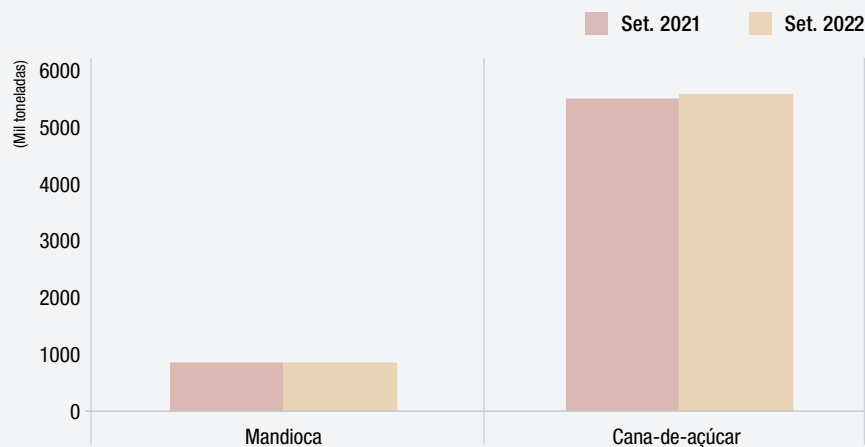
Gráfico 3
Taxa de Variação do IPCA: grupos selecionados – Salvador – Set. 2021/Set. 2022



Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/Distat/CAC.

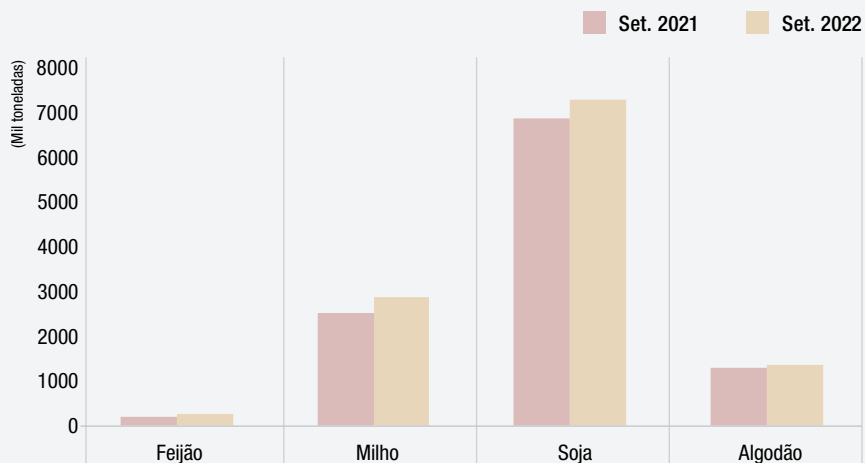
Segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, para 2022, as culturas de mandioca e de cana-de-açúcar no estado terão diferentes comportamentos. A primeira deve registrar queda de 0,6%, enquanto a segunda poderá expandir em 1,4%.

Gráfico 4
Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar – Bahia – Set. 2021/Set. 2022



Fonte: IBGE-LSPA.
Elaboração: SEI/Distat/CAC.

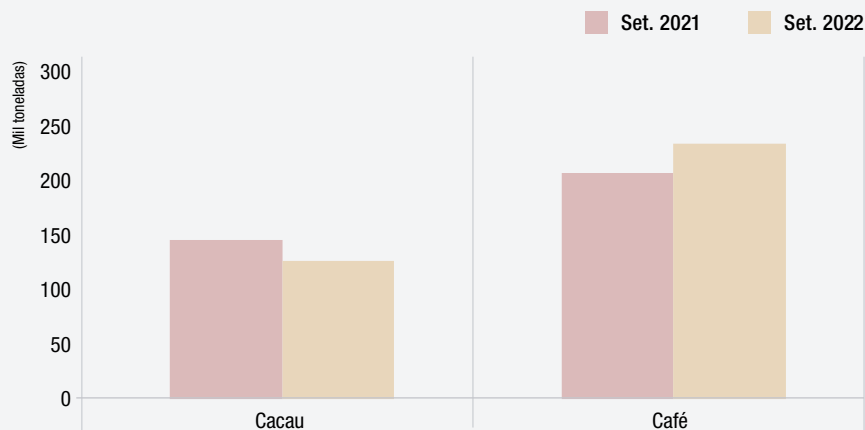
Gráfico 5
Estimativa da produção agrícola: feijão, milho, soja e algodão – Bahia – Set. 2021/Set. 2022



Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/Distat/CAC.

O LSPA apresentou estimativa de expansão na produção de feijão, milho, algodão e soja em relação a 2021, com taxas de 28,9%; 13,6%; 6,4% e 6,0%, respectivamente. Estima-se expansão no rendimento médio para o feijão (28,9%), para o milho (8,8%) e retração para o algodão (-1,8%) e para a soja (-1,2%).

Gráfico 6
Estimativa da produção agrícola: cacau e café – Bahia – Set. 2021/Set. 2022



Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/Distat/CAC.

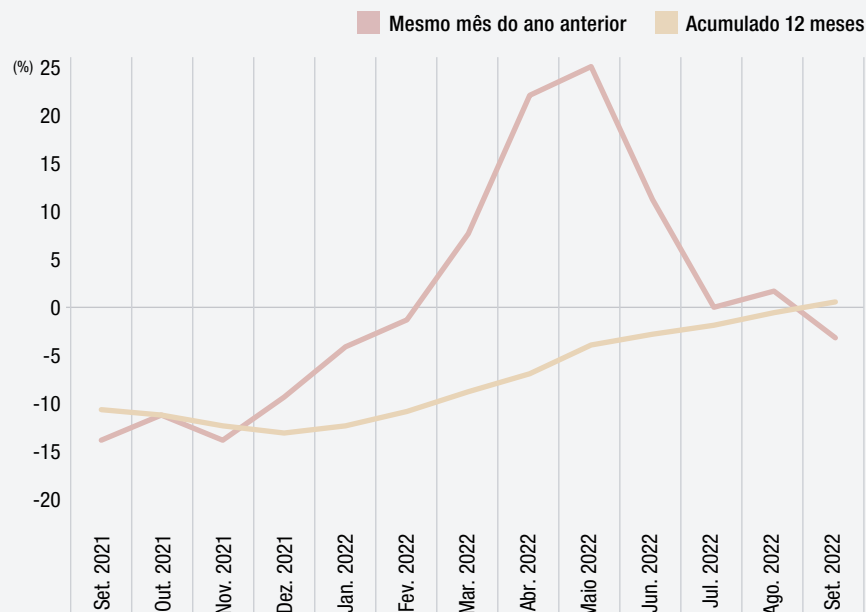
As estimativas de produção das tradicionais *commodities* da agricultura baiana – cacau e café – apontaram comportamento dispar em 2022. Em relação ao cacau, houve retração na produção (-13,1%), com queda do rendimento médio (-13,1%). Já para o café, constatou-se expansão na produção (12,8%), levando ao crescimento do rendimento médio de 10,7%.

Os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE referentes à indústria baiana retraíram 3,1% no mês de setembro de 2022 na comparação com o mesmo mês do ano anterior, com sete das 12 atividades pesquisadas assinalando recuo da produção. O setor de Produtos alimentícios (-17,7%) registrou a maior contribuição negativa. Outros segmentos que registraram decréscimo foram: Metalurgia, (-34,4%), Celulose, papel e produtos de papel (-7,3%), Bebidas (-4,7%), Couro, artigos para viagem e calçados (-4,0%), Borracha e de material plástico (-2,0%) e Veículos (-7,1%). Por outro lado, o segmento de Derivados de petróleo (4,5%) exerceu a principal influência positiva no período. Outros resultados positivos no indicador foram observados nos segmentos de Minerais não metálicos (6,5%), Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (111,4%), Extrativa (2,2%) e Produtos químicos (0,1%).

O consumo de energia elétrica no estado registrou variação positiva de 4,5%, em setembro de 2022, na comparação com o mesmo mês de 2021. No acumulado de 12 meses, notou-se avanço de 1,6% no consumo total, impulsionado pela classe setor público, que expandiu 14,5%. Ressalta-se que os dados aqui exibidos são apenas os do consumo do mercado cativo, que congrega as grandes distribuidoras de energia – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) e Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), não sendo considerado o mercado de autoprodução e cogeração (mercado livre).

Gráfico 7

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação – Bahia – Set. 2021-Set. 2022

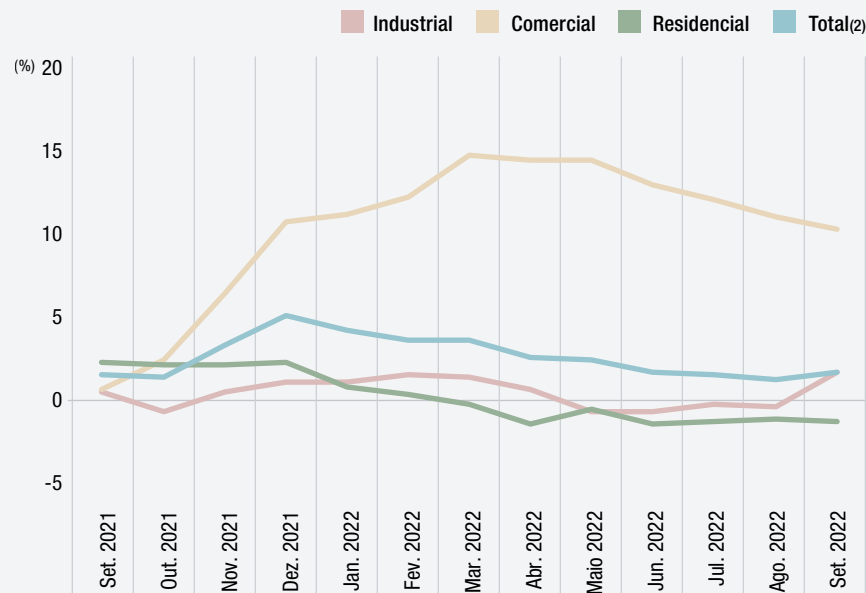


Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Gráfico 8

Taxa de variação do consumo de energia elétrica⁽¹⁾ – Bahia – Set. 2021-Set. 2022



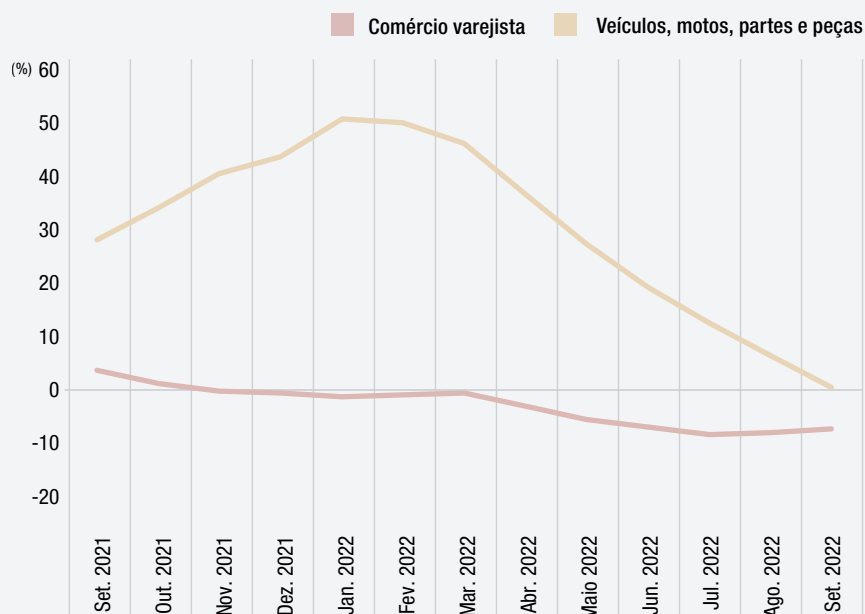
Fonte: Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) Acumulado 12 meses.

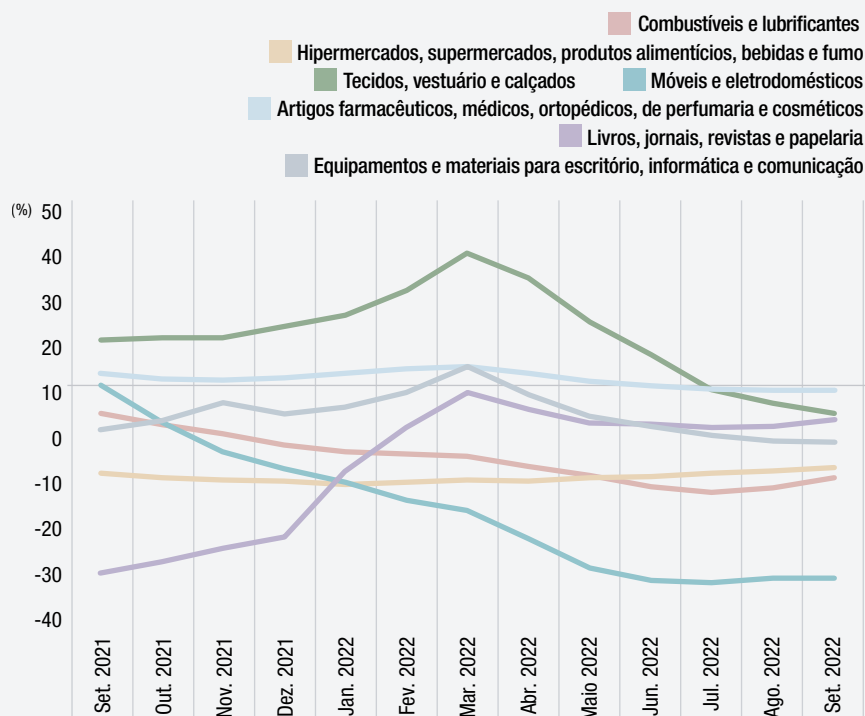
(2) Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

Gráfico 9
Taxa de variação de volume de vendas no varejo⁽¹⁾ – Bahia – Set. 2021-Set. 2022



Fonte: IBGE-PMC.
Elaboração: SEI/Distat/CAC.
Nota: (1) Acumulado nos últimos 12 meses.

Gráfico 10
Taxa de variação de volume de vendas no varejo⁽¹⁾, principais segmentos – Bahia – Set. 2021-Set. 2022



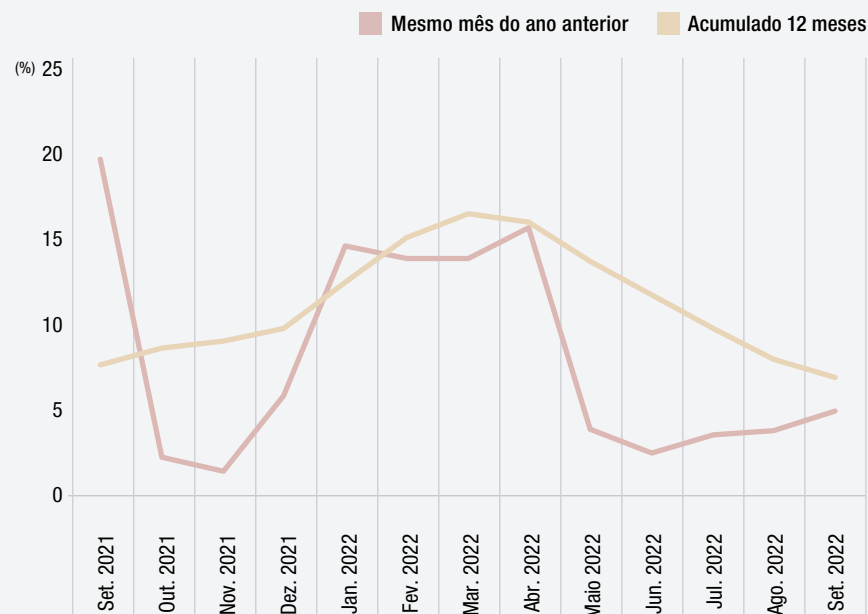
Fonte: IBGE-PMC.
Elaboração: SEI/Distat/CAC.
Nota: (1) Acumulado nos últimos 12 meses.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE, o comércio varejista baiano retraiu as vendas em 2,5% no mês de setembro de 2022, considerando-se igual mês do ano anterior. As atividades que exibiram taxas negativas nesse mês foram *Móveis e eletrodomésticos* (-22,9%), *Tecidos, vestuário e calçados* (-15,3%), *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (-14,0%), e *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (-11,6%). Em sentido contrário, destaca-se a variação positiva em *Combustíveis e lubrificantes* (15,1%), *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (7,0%), *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (1,5%), e *Livros, jornais, revistas e papelaria* (0,9%). No acumulado de 12 meses, o comércio varejista registrou variação negativa de 7,2%.

Ainda no acumulado de 12 meses, até setembro de 2022, os principais segmentos que contribuíram para a retração no volume do comércio varejista restrito foram *Móveis e eletrodomésticos* (-30,8%), *Combustíveis e lubrificantes* (-8,9%), *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (-7,8%), *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (-4,8%) e *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (-1,1%). Por sua vez, os segmentos que contribuíram positivamente foram *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (10,3%), *Tecidos, vestuário e calçados* (5,3%) e *Livros, jornais, revistas e papelaria* (3,9%).

O volume de serviços apresentou, em setembro de 2022, expansão de 4,9% em relação ao mesmo mês de 2021. Nesse mês, três das cinco atividades que compõem o setor puxaram o volume de serviços para cima, com destaque, por ordem de magnitude, para as atividades Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (10,4%), Serviços prestados às famílias (7,4%), e Serviços profissionais, administrativos e complementares (6,6%). Outros serviços (-19,1%), e Serviços de informação e comunicação (-4,7%) registraram variação negativa no mês. No acumulado de 12 meses, o volume apresentou expansão de 6,9% em relação ao mesmo período do ano de 2021, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE.

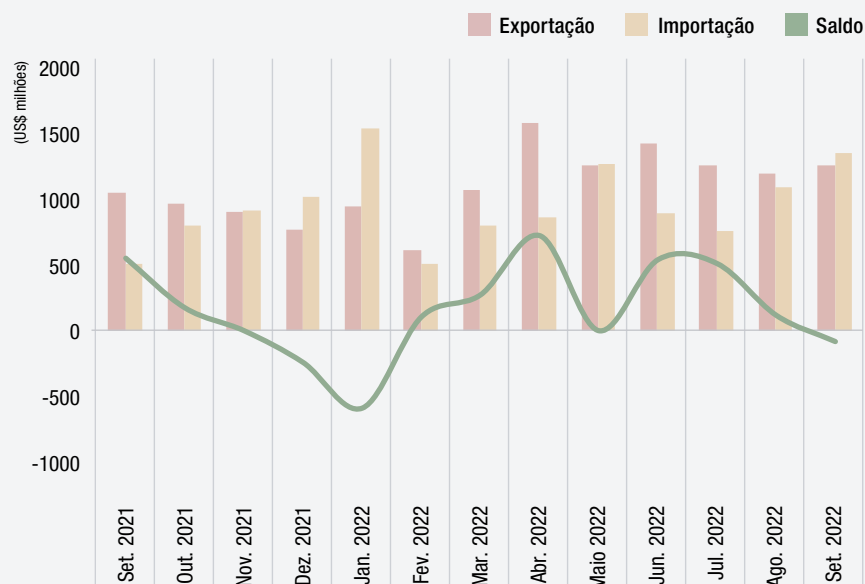
Gráfico 11
Taxa de variação do volume de serviços – Bahia – Set. 2021-Set. 2022



Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as exportações baianas atingiram um volume de US\$ 1.254,00 milhões em setembro de 2022, com crescimento de 20,01% em comparação com o montante anotado no mesmo mês de 2021. Já as importações registraram aumento de 167,17%, com volume de US\$ 1342 milhões. Com exceção dos Bens não especificados (-100%), houve crescimento em todas as categorias de bens importados no ano, com destaque para Combustíveis e lubrificantes (573,23%) e Bens intermediários (78,46%).

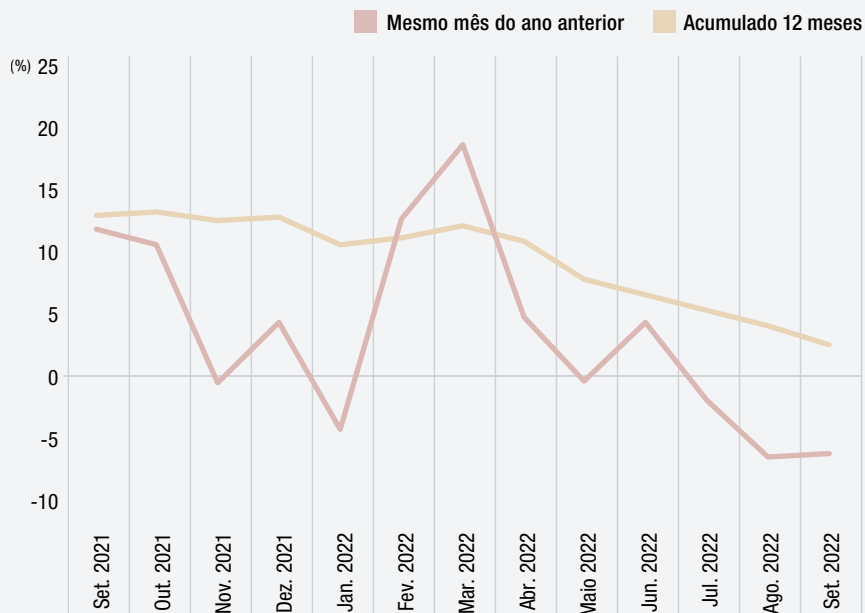
Gráfico 12
Balança comercial – Bahia – Set. 2020-Set. 2022



Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Gráfico 13

Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes – Bahia – Set. 2021-Set. 2022



Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.
Elaboração: SEI/Distat/CAC.
Nota: Deflator IGP-DI.

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), a arrecadação total – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e outros tributos –, em setembro de 2022, registrou queda de 6,2% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Com esse resultado, a arrecadação acumulou expansão de 2,6% em 12 meses.

INDICADORES CONJUNTURAIS

INDICADORES ECONÔMICOS

ÍNDICE DE PREÇOS

Tabela 1
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Região Metropolitana de Salvador (BA) – Set. 2021/2022

Geral, grupo, subgrupo, item e subitem	Variações do mês ⁽¹⁾ (%)		Variações acumuladas (%)	
	Set. 2021	Set. 2022	No ano ⁽²⁾	Últimos 12 meses ⁽³⁾
1. Alimentação e bebidas	0,54	0,06	10,19	13,92
2. Habitação	2,71	0,32	1,31	4,33
3. Artigos de residência	1,52	-0,04	5,13	11,69
4. Vestuário	2,80	1,36	17,65	27,09
5. Transportes	1,56	-2,43	-2,35	5,36
6. Saúde e cuidados pessoais	0,55	0,25	6,93	8,16
7. Despesas pessoais	0,13	0,47	5,34	6,96
8. Educação	0,09	0,69	8,55	8,86
9. Comunicação	0,22	-2,55	-1,88	-1,04
Índice geral	1,11	-0,32	4,97	8,87

Fonte: IBGE.

Notas: (1) Com a atualização das Estruturas de Ponderação, obtidas a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF - 2017 - 2018, foram introduzidos aperfeiçoamento na classificação dos produtos e serviços que compõem as estruturas dos índices de preços. Com isso, foram criadas novas tabelas, a partir de janeiro de 2020 para o IPCA.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) A variação acumulada em 12 meses está disponível a partir de dezembro de 2020.

Tabela 2
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica – Capitais brasileiras – Set. 2022

Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês ⁽¹⁾ (%)	Variação acumulada (%) no ano ⁽²⁾	Porcentagem do salário mínimo
Porto Alegre	743,94	-0,55	8,94	66,36
São Paulo	750,74	0,13	8,72	66,96
Florianópolis	746,55	0,05	8,26	66,59
Rio de Janeiro	714,14	-0,51	7,19	63,70
Vitória	686,26	-1,60	3,66	61,21
Curitiba	678,73	-1,02	8,00	60,54
Brasília	687,21	-0,30	10,56	61,30
Campo Grande	711,09	1,83	10,87	63,43
Goiânia	658,70	-0,32	10,29	58,75
Belo Horizonte	650,16	1,88	7,44	57,99
Fortaleza	620,87	-0,97	7,22	55,38
Belém	622,46	-1,95	11,78	55,52
Natal	581,53	0,14	9,82	51,87
João Pessoa	562,32	-1,04	10,08	50,16
Recife	580,01	-3,03	8,95	51,74
Salvador	560,31	-2,88	8,12	49,98
Aracaju	518,68	-3,87	8,50	46,27

Fonte: Dieese.

Notas: (1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

AGRICULTURA

Tabela 3
Produção física e área plantada dos principais produtos – Bahia – 2021/2022

Lavouras	Produção física (t)			Área plantada (ha)		
	2021(1)	2022(2)	Variação (%)	2021(1)	2022(2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi(3)	142.630	143.550	0,6	6.652	7.030	5,7
Algodão herbáceo	1.268.000	1.349.109	6,4	268.000	290.368	8,3
Alho	5.706	5.676	-0,5	645	645	0,0
Amendoim (2° safra)	2.532	2.476	-2,2	2.550	2.550	0,0
Arroz total	750	750	0,0	450	450	0,0
Batata-inglesa (2° safra)	129.000	118.000	-8,5	2.650	2.650	0,0
Cana-de-açúcar	5.525.000	5.600.000	1,4	78.000	80.000	2,6
Cebola	291.175	302.400	3,9	9.517	10.120	6,3
Feijão total	189.200	243.910	28,9	417.000	417.000	0,0
Feijão 1ª safra	103.000	145.570	41,3	227.000	227.000	0,0
Feijão 2ª safra	86.200	98.340	14,1	190.000	190.000	0,0
Fumo	11.800	11.000	-6,8	7.850	7.850	0,0
Mamona	29.000	38.800	33,8	46.000	48.000	4,3
Mandioca	861.502	856.336	-0,6	123.000	123.000	0,0
Milho total	2.500.000	2.840.800	13,6	670.000	700.000	4,5
Milho 1ª safra	1.900.000	2.190.800	15,3	410.000	440.000	7,3
Milho 2ª safra	600.000	650.000	8,3	260.000	260.000	0,0
Soja	6.834.000	7.240.680	6,0	1.700.000	1.823.000	7,2
Sorgo granífero	142.180	134.780	-5,2	90.150	90.150	0,0
Tomate	208.200	178.004	-14,5	4.240	4.240	0,0
Pernamentes						
Banana(4)	878.517	904.318	2,9	71.000	69.000	-2,8
Cacau	145.120	126.050	-13,1	440.060	440.050	0,0
Café total	207.000	233.500	12,8	121.500	121.500	0,0
Café arábica	74.000	100.500	35,8	76.000	76.000	0,0
Café cenephora	133.000	133.000	0,0	45.500	45.500	0,0
Castanha-de-cajú	3.500	2.865	-18,1	16.000	16.000	0,0
Coco-da-baía(3)	542.217	542.448	0,0	79.610	75.510	-5,2
Guaraná	2.748	2.340	-14,8	7.428	6.500	-12,5
Laranja(4)	634.301	653.549	3,0	57.500	57.500	0,0
Pimenta-do-reino	4.916	4.060	-17,4	2.605	1.840	-29,4
Sisal	175.931	96.000	-45,4	256.820	120.000	-53,3
Uva	61.274	60.804	-0,8	2.119	2.069	-2,4

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2021.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), setembro de 2022 (dados sujeitos a retificação).

(3) Produção física em mil frutos.

(4) Produção física em tonelada.

Tabela 4
Área colhida e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2021/2022

Lavouras	Área colhida (ha)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2021(1)	2022(2)	Variação (%)	2021(1)	2022(2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi(3)	5.657	5.725	1,2	25.213	25.074	-0,6
Algodão herbáceo	268.000	290.368	8,3	4.731	4.646	-1,8
Alho	645	645	0,0	8.847	8.800	-0,5
Amendoim	2.550	2.550	0,0	993	971	-2,2
Arroz total	450	450	0,0	1.667	1.667	0,0
Batata-inglesa	2.650	2.650	0,0	48.679	44.528	-8,5
Cana-de-açúcar	78.000	80.000	2,6	70.833	70.000	-1,2
Cebola	9.517	10.120	6,3	30.595	29.881	-2,3
Feijão total	417.000	417.000	0,0	454	585	28,9
Feijão 1ª safra	227.000	227.000	0,0	454	641	41,3
Feijão 2ª safra	190.000	190.000	0,0	454	518	14,1
Fumo	7.850	7.850	0,0	1.503	1.401	-6,8
Mamona	46.000	48.000	4,3	630	808	28,2
Mandioca	109.000	109.000	0,0	7.904	7.856	-0,6
Milho total	670.000	700.000	4,5	3.731	4.058	8,8
Milho 1ª safra	410.000	440.000	7,3	4.634	4.979	7,4
Milho 2ª safra	260.000	260.000	0,0	2.308	2.500	8,3
Soja	1.700.000	1.823.000	7,2	4.020	3.972	-1,2
Sorgo granífero	90.150	90.150	0,0	1.577	1.495	-5,2
Tomate	4.240	4.240	0,0	49.104	41.982	-14,5
Pernamentes						
Banana(4)	65.500	64.500	-1,5	13.412	14.020	4,5
Cacau	420.060	420.050	0,0	345	300	-13,1
Café total	103.500	105.500	1,9	2.000	2.213	10,7
Café arábica	63.000	65.000	3,2	1.175	1.546	31,6
Café cenephora	40.500	40.500	0,0	3.284	3.284	0,0
Castanha-de-cajú	15.000	15.000	0,0	233	191	-18,1
Coco-da-baía(3)	69.114	74.510	7,8	7.845	7.280	-7,2
Guaraná	6.788	6.500	-4,2	405	360	-11,1
Laranja(4)	50.000	50.000	0,0	12.686	13.071	3,0
Pimenta-do-reino	1.950	1.825	-6,4	2.521	2.225	-11,8
Sisal	193.277	120.000	-37,9	910	800	-12,1
Uva	1.919	1.869	-2,6	31.930	32.533	1,9

Fonte: IBGE.

Elaboração: SE/Distat/CAC.

Notas: (1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2021.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), setembro de 2022 (dados sujeitos a retificação).

(3) Rendimento médio em frutos por hectare.

(4) Rendimento médio em quilo por hectare.

INDÚSTRIA

Tabela 5

Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – Set. 2022

(%)

Classes e Gêneros	Mensal ⁽¹⁾	Ano ⁽²⁾	12 meses ⁽³⁾
Indústria Geral	-3,1	5,6	0,6
Indústrias extrativas	2,2	-12,1	-7,1
Indústrias de transformação	-3,3	6,8	1,1
Produtos alimentícios	-17,7	-10,0	-6,6
Bebidas	-4,7	-5,1	-9,7
Couros, artigos para viagem e calçados	-4,0	1,3	1,7
Celulose, papel e produtos de papel	-7,3	-0,5	-2,7
Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	4,5	36,5	28,6
Outros produtos químicos	0,1	-0,1	-0,8
Produtos de borracha e de material plástico	-2,2	-7,5	-10,1
Produtos de minerais não-metálicos	6,4	5,2	5,0
Metalurgia	-34,4	-39,5	-39,6
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	104,1	74,7	62,2
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-7,1	-11,3	-86,6

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 6

Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – Jan. 2020-set. 2020/Jan. 2021-set. 2021/Jan. 2022-set. 2022

(%)

Períodos	Mensal(1)	Ano(2)	12 meses(3)
Janeiro 2020	8,0	8,0	-1,7
Fevereiro	7,6	7,8	-1,3
Março	7,2	7,6	-0,1
Abril	-26,5	-1,4	-2,1
Maio	-21,1	-5,7	-5,0
Junho	-14,9	-7,2	-5,4
Julho	-4,9	-6,9	-5,3
Agosto	-5,1	-6,6	-5,0
Setembro	-1,1	-6,0	-4,9
Janeiro 2021	-15,0	-15,0	-6,8
Fevereiro	-21,5	-18,2	-9,1
Março	-19,2	-18,5	-11,1
Abril	-11,3	-17,1	-9,9
Maio	-20,1	-17,7	-9,6
Junho	-5,6	-15,8	-8,9
Julho	-10,6	-15,0	-9,4
Agosto	-14,1	-15,0	-10,2
Setembro	-14,2	-14,9	-11,4
Janeiro 2022	-3,1	-3,1	-13,3
Fevereiro	-0,1	-1,7	-11,7
Março	9,0	1,8	-9,5
Abril	23,9	6,4	-7,3
Maio	28,5	10,4	-4,0
Junho	12,8	10,8	-2,7
Julho	1,1	9,2	-1,6
Agosto	2,1	8,2	-0,1
Setembro	-3,3	6,8	1,1

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

ENERGIA

Tabela 7
Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – Set. 2022

(%)

Classes	Mensal(3)	No Ano(4)	12 meses(5)
Rural	-5,6	-10,6	-4,5
Residencial	0,7	-1,5	-1,3
Industrial(1)	-10,3	-15,8	-11,4
Comercial	2,9	8,3	10,2
Utilidades públicas(2)	-2,8	-2,8	-0,4
Setor público	13,6	11,5	14,5
Concessionária	1,8	8,4	12,0
Total	4,5	0,8	1,6

Fonte: Chesf/Coelba/CO-GMCH.

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf.

(2) Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração elétrica.

(3) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(5) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

SERVIÇOS

Tabela 8
Variação no volume de vendas no varejo(1) – Bahia – Set. 2022

(%)

Classes e gêneros	Mensal(2)	No ano(3)	12 meses(4)
Comércio Varejista	-2,5	-4,6	-7,2
Combustíveis e lubrificantes	15,1	-5,1	-8,9
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,5	-2,4	-4,8
Hipermercados e supermercados	2,9	-1,1	-4,1
Tecidos, vestuário e calçados	-15,3	7,4	5,3
Móveis e eletrodomésticos	-22,9	-27,4	-30,8
Móveis	-35,0	-31,7	-32,6
Eletrodomésticos	-17,4	-26,4	-30,6
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	7,0	11,2	10,3
Livros, jornais, revistas e papelaria	0,9	10,2	3,9
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-11,6	0,9	-1,1
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-14,0	-6,2	-7,8
Comércio Varejista Ampliado	-10,3	-5,9	-5,3
Veículos, motos, partes e peças	-27,0	-9,4	0,6
Material de construção	-7,4	-4,8	-7,5

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) Dados deflacionados pelo IPCA.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 9
Exportações, principais segmentos – Bahia – Jan.-set. 2021/2022

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %	Var. % Preço médio
	2021	2022			
Petróleo e derivados	923.069	2.964.137	221,12	28,15	59,27
Soja e derivados	1.946.417	2.600.763	33,62	24,70	26,16
Químicos e petroquímicos	912.922	1.169.065	28,06	11,10	24,98
Papel e celulose	736.232	918.288	24,73	8,72	15,24
Minerais	468.290	516.817	10,36	4,91	38,53
Algodão e seus subprodutos	402.377	468.369	16,40	4,45	26,83
Metalúrgicos	495.281	428.570	-13,47	4,07	-6,11
Metais preciosos	396.654	413.492	4,25	3,93	66,47
Café e especiarias	131.426	188.300	43,27	1,79	63,05
Cacau e derivados	167.183	154.430	-7,63	1,47	2,17
Borracha e suas obras	114.937	135.521	17,91	1,29	18,54
Máquinas, aparelhos e materiais mecânicos e elétricos	214.288	109.968	-48,68	1,04	16,43
Frutas e suas preparações	120.251	107.993	-10,19	1,03	-3,08
Calçados e suas partes	42.305	74.936	77,14	0,71	20,18
Sisal e derivados	56.643	62.610	10,53	0,59	11,38
Couros e peles	49.308	51.051	3,54	0,48	29,19
Carne e miudezas de aves	30.941	26.122	-15,58	0,25	4,40
Fumo e derivados	16.318	15.795	-3,21	0,15	12,91
Demais segmentos	97.574	122.657	25,71	1,16	18,14
Total	7.322.417	10.528.885	43,79	100,00	19,04

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 04/10/2022.

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Tabela 10
Exportações, principais países – Bahia – Jan.-set. 2021/2022

Países	Pest (ton)		Var. %	(US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %
	2021	2022		2021	2022		
China	4.271.027	4.461.314	4,46	2.122.056	2.522.448	18,87	23,96
Singapura	1.697.752	2.021.158	19,05	776.879	1.528.452	96,74	14,52
Estados Unidos	612.157	578.179	-5,55	871.752	851.580	-2,31	8,09
Argentina	147.034	417.673	184,06	355.319	630.467	77,44	5,99
Canadá	10.934	36.306	232,04	112.255	451.823	302,50	4,29
Virgens, Ilhas (Americanas)	0	565.215	-	0	416.440	-	3,96
Espanha	198.600	553.694	178,80	126.467	398.876	215,40	3,79
Países Baixos (Holanda)	713.094	521.402	-26,88	353.458	391.342	10,72	3,72
Alemanha	466.455	593.030	27,14	278.725	303.051	8,73	2,88
África do Sul	3.103	330.008	10.534,98	4.925	254.690	5.071,07	2,42
França	426.045	435.530	2,23	186.699	223.157	19,53	2,12
Finlândia	24.156	64.370	166,47	48.807	199.451	308,65	1,89
Bélgica	82.201	159.535	94,08	78.934	195.922	148,21	1,86
Itália	206.758	238.170	15,19	108.840	155.957	43,29	1,48
Togo	0	200.304	-	0	144.447	-	1,37
Japão	57.700	127.025	120,15	52.014	144.207	177,24	1,37
Turquia	115.541	148.066	28,15	121.258	139.807	15,30	1,33
México	79.326	68.056	-14,21	109.362	111.495	1,95	1,06
Bangladesh	38.406	107.046	178,72	60.949	110.085	80,62	1,05
Romênia	225.939	201.322	-10,90	86.024	96.925	12,67	0,92
Indonésia	28.549	23.183	-18,80	66.310	75.610	14,02	0,72
Tailândia	150.426	109.893	-26,95	76.621	73.604	-3,94	0,70
Colômbia	35.190	53.954	53,32	75.728	71.015	-6,22	0,67
Vietnã	42.439	35.384	-16,62	58.962	69.951	18,64	0,66
Gibraltar	273	104.291	38.109,39	146	67.886	46.375,63	0,64
Portugal	19.959	97.914	390,57	18.501	67.785	266,38	0,64
Senegal	123	98.752	80.323,39	341	67.008	19.570,15	0,64
Malta	2.458	100.042	3.969,66	1.269	65.976	5.097,41	0,63
Coreia do Sul	166.620	60.898	-63,45	154.045	62.755	-59,26	0,60
Paquistão	32.900	33.839	2,85	49.327	62.688	27,09	0,60
Demais países	963.056	521.594	-45,84	966.445	573.987	-40,61	5,45
Total	10.818.225	13.067.148	20,79	7.322.417	10.528.885	43,79	100,00

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 04/10/2022.

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

FINANÇAS PÚBLICAS

UNIÃO

Tabela 11
Demonstrativo das Receitas da União – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-out. 2022

(Continua)

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2022				
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.
RECEITA (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIA) (I)	794.065.989,00	627.905.804,00	621.907.890,00	732.774.179,00	900.819.277,00
RECEITAS CORRENTES	416.517.265,00	376.842.179,00	407.204.021,00	395.364.154,00	387.802.038,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	158.242.513,00	143.024.685,00	136.864.092,00	132.560.406,00	139.195.201,00
Impostos	157.189.910,00	141.780.007,00	135.045.567,00	131.273.033,00	137.811.691,00
Taxas	1.052.603,00	1.244.678,00	1.818.525,00	1.287.373,00	1.383.510,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	194.211.867,00	180.539.472,00	171.704.336,00	186.438.241,00	189.978.627,00
Contribuições Sociais	188.983.332,00	175.308.490,00	168.713.193,00	183.502.640,00	187.075.819,00
Contribuições Econômicas	5.228.536,00	5.230.982,00	2.991.142,00	2.935.602,00	2.902.808,00
Contribuições para Ent. Privadas de Serv. Social e de Form. Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	44.799.435,00	38.408.813,00	84.508.313,00	54.578.114,00	46.588.932,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	454.833,00	505.369,00	705.306,00	920.982,00	600.729,00
Valores Mobiliários	6.863.459,00	6.698.288,00	42.954.046,00	24.419.499,00	16.984.972,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	235.349,00	1.240.034,00	26.933.601,00	864.924,00	253.868,00
Exploração de Recursos Naturais	35.483.898,00	28.047.544,00	12.039.963,00	26.539.950,00	26.654.212,00
Exploração do Patrimônio Intangível	7,00	12,00	0,00	7,00	64,00
Cessão de Direitos	1.153.841,00	1.289.150,00	1.298.342,00	1.364.944,00	1.386.544,00
Demais Receitas Patrimoniais	608.048,00	628.416,00	577.055,00	467.807,00	708.544,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	2.901,00	3.839,00	8.462,00	4.367,00	6.685,00
RECEITA INDUSTRIAL	188.631,00	666.637,00	830.602,00	980.769,00	1.695.755,00
RECEITA DE SERVIÇOS	12.423.084,00	7.411.327,00	7.621.711,00	14.112.503,00	5.471.635,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	438.669,00	550.935,00	582.422,00	614.046,00	528.145,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	435.405,00	338.028,00	387.038,00	459.596,00	464.946,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	41.767,00	60.029,00	56.352,00	58.820,00	48.875,00
Serviços e Atividades Financeiras	11.494.463,00	6.457.488,00	6.586.332,00	12.973.023,00	4.440.705,00
Outros Serviços	12.779,00	4.847,00	9.565,00	7.017,00	-11.034,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	36.474,00	56.117,00	51.600,00	59.741,00	124.058,00
Transferências da União e de suas Entidades	25,00	3.157,00	-3.146,00	946,00	36,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	6.186,00	5.165,00	12.721,00	-5.404,00	1.623,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	145,00	3.079,00	2.020,00	1.195,00	1.067,00
Transferências de Instituições Privadas	29.997,00	44.571,00	39.304,00	57.833,00	120.266,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	691,00	557,00	962,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	—	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	—	0,00
Demais Transferências Correntes	122,00	144,00	10,00	4.613,00	103,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.612.358,00	6.730.876,00	5.615.303,00	6.630.021,00	4.741.247,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.481.943,00	1.410.781,00	1.420.546,00	1.774.573,00	1.528.064,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	2.967.346,00	2.557.035,00	1.607.671,00	1.806.373,00	941.031,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	181.204,00	453.629,00	287.615,00	224.423,00	377.676,00
Demais Receitas Correntes	1.981.865,00	2.309.429,00	2.299.471,00	2.824.653,00	1.894.477,00
RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR	0,00	412,00	-399,00	-8,00	-105,00
RECEITAS DE CAPITAL	377.548.724,00	251.063.626,00	214.703.871,00	337.410.026,00	513.017.238,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	273.254.841,00	214.187.791,00	161.394.884,00	280.431.414,00	477.843.596,00

(Continuação)

Tabela 11

Demonstrativo das Receitas da União – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-out. 2022

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2022				
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.
Operações de Crédito Internas	273.254.841,00	214.101.831,00	155.865.146,00	279.601.808,00	477.741.325,00
Operações de Crédito Externas	0,00	85.959,00	5.529.737,00	829.605,00	102.271,00
ALIENAÇÃO DE BENS	87.749,00	119.914,00	85.319,00	167.560,00	295.778,00
Alienação de Bens Móveis	42.305,00	37.308,00	31.535,00	42.326,00	230.592,00
Alienação de Bens Imóveis	45.444,00	82.607,00	53.785,00	110.069,00	65.186,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	–	–	15.165,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	5.482.041,00	6.071.126,00	24.201.313,00	32.522.792,00	17.837.248,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	50,00	879,00	3.228,00	7.360,00	-691,00
Transferências da União e de suas Entidades	-10,00	939,00	0,00	0,00	-939,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	77,00	6.814,00	248,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	60,00	-60,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	3.151,00	546,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	–	–	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	–	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	98.724.043,00	30.683.915,00	29.019.125,00	24.280.900,00	17.041.308,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	–	–	0,00
Resultado do Banco Central	72.801.160,00	0,00	–	0,00	23.279,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	25.922.882,00	30.683.915,00	29.019.125,00	24.280.900,00	17.018.029,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL A CLASSIFICAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	798.636.933,00	633.377.771,00	625.522.435,00	736.301.710,00	904.495.915,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	798.636.933,00	633.377.771,00	625.522.435,00	736.301.710,00	904.495.915,00
DÉFICIT (VI)					
TOTAL (VII) = (V + VI)	798.636.933,00	633.377.771,00	625.522.435,00	736.301.710,00	904.495.915,00

Receita realizada	2022				
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.
RECEITA (INTRAORÇAMENTÁRIA) (II)	4.570.944,00	5.471.966,00	3.614.544,00	3.527.531,00	3.676.639,00
RECEITAS CORRENTES	4.552.250,00	5.452.988,00	3.459.234,00	3.457.576,00	3.654.273,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	151,00	1.074,00	981,00	852,00	7,00
Impostos	19,00	565,00	705,00	280,00	-246,00
Taxas	132,00	509,00	276,00	572,00	253,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.436.407,00	3.433.433,00	3.430.718,00	3.416.973,00	3.623.547,00
Contribuições Sociais	3.435.880,00	3.432.997,00	3.430.293,00	3.416.389,00	3.623.087,00
Contribuições Econômicas	527,00	436,00	424,00	583,00	460,00
Contribuições para Ent. Privadas de Serv. Social e de Form. Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	912,00	996,00	1.065,00	989,00	992,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	912,00	975,00	1.059,00	987,00	992,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	–	–
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	21,00	6,00	2,00	0,00

(Conclusão)

Tabela 11

Demonstrativo das Receitas da União – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-out. 2022

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2022				
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.
RECEITA INDUSTRIAL	1.244,00	1.482,00	3.901,00	877,00	7.125,00
RECEITA DE SERVIÇOS	11.387,00	17.670,00	20.000,00	35.130,00	21.761,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.577,00	7.394,00	9.448,00	25.447,00	12.187,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	—	—	—	—
Serviços e Atividades referentes à Saúde	9.811,00	10.275,00	10.552,00	9.674,00	9.558,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	—	—	—	—
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	8,00	14,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.102.148,00	1.998.332,00	2.572,00	2.757,00	843,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	5,00	-2,00	580,00	535,00	11,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	57,00	818,00	208,00	747,00	-547,00
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos p/ Comp. ao RGPS	0,00	0,00	1.783,00	0,00	—
Demais Receitas Correntes	1.102.085,00	1.997.518,00	155.311,00	1.475,00	1.379,00
RECEITAS DE CAPITAL	18.694,00	18.979,00	155.311,00	69.955,00	22.366,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	18.694,00	18.979,00	155.311,00	69.955,00	22.366,00
Operações de Crédito Internas	18.694,00	18.979,00	155.311,00	69.955,00	22.366,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do Banco Central	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN), RREO - Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º).

Elaboração: SEI/Distat/Coref.

Tabela 12

Demonstrativo das Despesas da União – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-out. 2022

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2022				
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.
Despesas (exceto intraorçamentária) (VIII)	394.767.486,00	438.557.859,00	435.899.743,00	584.833.386,00	384.540.380,00
DESPESAS CORRENTES	386.047.160,00	350.025.781,00	422.142.835,00	459.848.417,00	351.710.617,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	50.818.790,00	49.788.825,00	57.387.156,00	57.651.867,00	50.946.472,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	90.749.151,00	3.561.440,00	28.994.087,00	68.757.697,00	20.812.312,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	244.479.219,00	296.675.515,00	335.761.592,00	333.438.852,00	279.951.834,00
Transferência a Estados, DF e Municípios	71.832.183,00	82.509.077,00	116.818.184,00	98.075.817,00	86.634.856,00
Benefícios Previdenciários	118.840.993,00	149.822.143,00	150.982.120,00	133.872.282,00	123.022.954,00
Demais Despesas Correntes	53.806.043,00	64.344.295,00	67.961.287,00	101.490.752,00	70.294.024,00
DESPESAS DE CAPITAL	8.720.325,00	88.532.079,00	13.756.908,00	124.984.969,00	32.829.763,00
INVESTIMENTOS	233.805,00	2.478.500,00	4.471.851,00	3.036.769,00	2.664.796,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	8.469.406,00	9.738.160,00	9.268.949,00	11.604.025,00	9.850.287,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	17.113,00	76.315.419,00	16.108,00	110.344.175,00	20.314.680,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas (intra-orçamentárias) (IX)	5.108.999,00	6.207.572,00	4.475.912,00	4.280.220,00	4.601.122,00
DESPESAS CORRENTES	5.108.999,00	6.207.559,00	4.335.784,00	4.226.214,00	4.592.027,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.885.081,00	3.995.510,00	4.098.888,00	3.920.108,00	4.282.979,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.223.918,00	2.212.049,00	236.895,00	306.105,00	309.048,00
Demais Despesas Correntes	1.223.918,00	2.212.049,00	236.895,00	306.105,00	309.048,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	13,00	140.129,00	54.006,00	9.095,00
INVESTIMENTOS	0,00	13,00	5.398,00	6.251,00	6.151,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	134.731,00	47.755,00	2.944,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal das despesas (X) = (VIII + IX)	399.876.484,00	444.765.432,00	440.375.654,00	589.113.606,00	389.141.501,00
Amortização da dívida - refinanciamento (XI)	169.287.284,00	381.563.464,00	6.952.747,00	285.928.643,00	571.373.107,00
Amortização da Dívida Interna	166.188.212,00	380.947.021,00	5.816.244,00	285.434.351,00	570.913.611,00
Dívida Mobiliária	165.755.480,00	380.723.512,00	4.490.304,00	282.152.634,00	570.282.982,00
Outras Dívidas	432.733,00	223.509,00	1.325.940,00	3.281.716,00	630.628,00
Amortização da Dívida Externa	3.099.071,00	616.443,00	1.136.503,00	494.292,00	459.496,00
Dívida Mobiliária	2.216.399,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	882.672,00	616.443,00	1.136.503,00	494.292,00	459.496,00
Subtotal com refinanciamento (XII) = (X + XI)	569.163.768,00	826.328.895,00	447.328.402,00	875.042.249,00	960.514.608,00
Superávit (XIII)					
Total (XIV) = (XII + XIII)	569.163.768,00	826.328.895,00	447.328.402,00	875.042.249,00	960.514.608,00

Fonte: RREO - Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º).

Elaboração: SEI/Distat/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As despesas liquidadas são consideradas.

ESTADO

(Continua)

Tabela 13

Balço Orçamentário – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-out. 2022

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2022				
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.
RECEITAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.611.503.226,66	10.380.184.258,73	11.296.984.926,36	10.768.668.261,96	14.410.478.682,03
RECEITAS CORRENTES	10.504.515.003,26	10.035.378.907,63	10.983.231.726,02	10.373.270.381,83	14.178.822.593,57
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.976.460.752,04	5.809.996.111,87	5.843.230.709,17	5.956.329.115,81	5.811.595.881,38
Impostos	5.716.960.994,10	5.485.876.369,56	5.534.012.277,78	5.623.176.787,43	5.468.298.642,01
Taxas	259.499.757,94	324.119.742,31	309.218.431,39	333.152.328,38	343.297.239,37
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	538.570.765,04	570.028.849,48	592.448.590,58	586.241.557,33	589.991.446,74
Contribuições Sociais	538.570.765,04	570.028.849,48	592.448.590,58	586.241.557,33	589.991.446,74
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	—	—	—
RECEITA PATRIMONIAL	218.438.185,37	233.452.353,45	355.945.936,63	423.145.903,88	520.320.671,98
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	13.221.621,49	14.333.609,75	20.780.131,82	20.865.612,64	20.740.173,25
Valores Mobiliários	181.684.860,56	176.931.100,00	290.895.055,23	342.403.946,06	355.636.963,45
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	—	—	—
Exploração de Recursos Naturais	694.707,41	747.722,29	741.091,53	935.337,48	577.335,88
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	—	—	—
Cessão de Direitos	22.836.995,91	41.439.921,41	43.529.493,21	58.931.178,02	143.362.386,16
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	164,84	9.829,68	3.813,24
RECEITA AGROPECUÁRIA	24.936,00	25.733,83	18.705,65	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	20.706.641,08	23.921.214,39	42.490.423,73	29.353.378,87	43.347.059,84
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	18.948.947,19	22.209.502,70	27.156.146,13	26.836.287,42	29.665.343,20
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	115.444,92	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	214.618,91	179.530,31	121.892,32	134.770,33	103.441,93
Serviços e Atividades Financeiras	3.573,58	19.946,63	13.974.080,47	485,69	10.213.003,67
Outros Serviços	1.424.056,48	1.512.234,75	1.238.304,81	2.381.835,43	3.365.271,04
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.587.971.153,66	3.207.244.267,15	3.605.989.958,56	3.104.892.286,89	6.897.122.146,81
Transferências da União e de suas Entidades	2.951.478.717,58	2.567.393.310,82	2.933.605.581,55	2.441.576.032,80	6.308.477.325,15
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	180.000,00	0,00	125.000,00	0,00	120.000,00
Transferências de Instituições Privadas	6.069.072,30	2.019.216,78	2.009.581,90	843.268,28	7.712.475,66
Transferências de Outras Instituições Públicas	630.208.251,95	637.824.839,55	670.226.971,81	662.470.646,81	580.809.686,95
Transferências do Exterior	34.311,83	0,00	19.473,30	-36,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	800,00	0,00	—	—	—
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	6.900,00	3.350,00	2.375,00	2.659,05
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	162.342.570,07	190.710.377,46	543.107.401,70	273.308.139,05	316.445.386,82
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	32.298.789,76	43.313.010,84	44.674.246,14	50.620.391,26	47.925.070,34
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	11.139.484,22	15.893.095,40	250.456.104,59	44.232.033,08	17.162.657,99
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	2.964,42
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	1.790,72	4.334,67	4.486,34	0,00
Demais Receitas Correntes	118.904.296,09	131.502.480,50	247.972.716,30	178.451.228,37	251.354.694,07
RECEITAS DE CAPITAL	106.988.223,40	344.805.351,10	313.753.200,34	395.397.880,13	231.656.088,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	95.828.978,59	125.794.940,87	134.976.317,18	330.470.000,00	153.768.360,25
Operações de Crédito - Mercado Interno	21.905.298,84	58.300.095,88	79.411.717,18	308.000.000,00	152.340.060,25

(Conclusão)

Tabela 13

Balanco Orçamentário – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-out. 2022

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2022				
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.
Operações de Crédito - Mercado Externo	73.923.679,75	67.494.844,99	55.564.600,00	22.470.000,00	1.428.300,00
ALIENAÇÃO DE BENS	644.979,15	3.946.271,15	10.112.849,16	4.552.526,73	2.373.629,04
Alienação de Bens Móveis	246.678,23	1.352.240,00	3.821.334,96	4.429.700,00	2.342.366,26
Alienação de Bens Imóveis	398.300,92	2.594.031,15	6.291.514,20	122.826,73	31.262,78
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	3.481.238,72	3.762.499,71	36.185.676,72	3.824.262,85	31.745.448,04
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.033.026,94	211.301.639,37	14.416.595,43	34.285.907,89	5.019.577,96
Transferências da União e de suas Entidades	6.863.026,94	211.301.639,37	14.391.595,43	34.310.907,89	5.019.577,96
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	-	-
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	170.000,00	0,00	25.000,00	-25.000,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	118.061.761,85	22.265.182,66	38.749.073,17
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	118.061.761,85	22.265.182,66	38.749.073,17
RECEITAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	381.079.850,95	424.188.548,54	445.198.774,60	455.832.367,72	530.756.138,59
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	10.992.583.077,61	10.804.372.807,27	11.742.183.700,96	11.224.500.629,68	14.941.234.820,62
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0	-
Para Refinanciamento da Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0	-
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0	-
Para Refinanciamento da Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTOS (V) = (III + IV)	10.992.583.077,61	10.804.372.807,27	11.742.183.700,96	11.224.500.629,68	14.941.234.820,62
DÉFICIT (VI)					
TOTAL (VII) = (V + VI)	10.992.583.077,61	10.804.372.807,27	11.742.183.700,96	11.224.500.629,68	14.941.234.820,62
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					
Receita intraorçamentária	2022				
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.
RECEITAS CORRENTES	381.079.850,95	424.188.548,54	445.198.774,60	455.832.367,72	490.756.138,59
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	297.447.084,80	329.678.920,37	351.489.148,38	353.804.402,05	391.043.503,22
Contribuições Sociais	297.447.084,80	329.678.920,37	351.489.148,38	353.804.402,05	391.043.503,22
RECEITA DE SERVIÇOS	2.224.915,59	6.597.343,20	2.535.915,76	9.870.937,47	5.736.928,03
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	33.186,82	254.812,98	3.120.567,80	1.323.609,88
Serviços e Atividades referentes à Saúde	2.224.915,59	6.564.156,38	2.281.102,78	6.750.369,67	4.413.318,15
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	-	-	-
Outros Serviços	0,00	0,00	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	81.407.850,56	87.912.284,97	91.173.710,46	92.157.028,20	93.975.707,34
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	81.407.850,56	87.912.284,97	91.173.710,46	92.157.028,20	93.975.707,34
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	40000000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	40000000,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	381.079.850,95	424.188.548,54	445.198.774,60	455.832.367,72	530.756.138,59

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (2016), RREO - Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "a" do inciso II e §1º).
Elaboração: SEI/Distat/Coref.

Tabela 14

Balço Orçamentário – Despesa – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-out. 2022

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2022				
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	7.552.711.838,40	9.745.965.022,35	10.310.408.460,01	11.686.352.067,44	12.292.202.122,25
DESPESAS CORRENTES	6.768.674.810,57	8.297.085.846,73	8.511.741.730,94	9.056.432.198,34	9.577.448.068,44
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.887.126.318,85	4.071.575.240,15	4.223.624.861,61	4.298.627.448,52	4.414.627.969,74
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	57.006.274,15	109.170.240,38	133.164.337,86	104.202.968,69	222.613.648,91
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.824.542.217,57	4.116.340.366,20	4.154.952.531,47	4.653.601.781,13	4.940.206.449,79
Transferências a Municípios	1.660.719.438,96	1.516.518.746,14	1.503.851.138,02	1.568.197.430,40	1.541.315.442,28
Demais Despesas Correntes	1.163.822.778,61	2.599.821.620,06	2.651.101.393,45	3.085.404.350,73	3.398.891.007,51
DESPESAS DE CAPITAL	784.037.027,83	1.448.879.175,62	1.798.666.729,07	2.629.919.869,10	2.714.754.053,81
INVESTIMENTOS	386.672.017,93	999.961.025,61	1.521.495.772,50	1.856.224.838,28	2.196.680.284,43
INVERSÕES FINANCEIRAS	313.410.827,78	93.227.420,35	82.769.545,06	668.016.767,09	127.046.416,98
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	83.954.182,12	355.690.729,66	194.401.411,51	105.678.263,73	391.027.352,40
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	383.657.258,36	457.792.517,79	447.978.455,26	456.871.221,73	491.378.141,70
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III)=(I + II)	7.936.369.096,76	10.203.757.540,14	10.758.386.915,27	12.143.223.289,17	12.783.580.263,95
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	7.936.369.096,76	10.203.757.540,14	10.758.386.915,27	12.143.223.289,17	12.783.580.263,95
SUPERÁVIT (VI)					
TOTAL (VII) = (V + VI)	7.936.369.096,76	10.203.757.540,14	10.758.386.915,27	12.143.223.289,17	12.783.580.263,95

Despesa intraorçamentária	2022				
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.
DESPESAS CORRENTES	383.657.258,36	417.792.517,79	447.978.455,26	456.871.221,73	491.378.141,70
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	255.969.494,58	269.984.596,59	276.804.409,25	281.580.233,30	285.030.454,58
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	127.687.763,78	147.807.921,20	171.174.046,01	175.290.988,43	206.347.687,12
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	40.000.000,00	0,00	0	0
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0	0
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	40.000.000,00	0,00	0	0
TOTAL	383.657.258,36	457.792.517,79	447.978.455,26	456.871.221,73	491.378.141,70

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (2016), RREO - Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "b" do inciso II e §1º) - LEI 9.394/96, Art. 72 - Anexo X.

Elaboração: SEI/Distat/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Tabela 15
Arrecadação mensal – Bahia – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-dez. 2022/2021

(R\$1,00)

Meses	ICMS		Outras		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Janeiro	2.950.297.588,33	2.839.088.145	269.191.063	185.406.891	3.219.488.651	3.024.495.036
Fevereiro	2.762.474.491,83	2.387.621.432	463.992.744	219.421.561	3.226.467.236	2.607.042.993
Março	3.000.039.764,44	2.159.647.764	261.063.267	181.716.159	3.261.103.031	2.341.363.923
Abril	2.757.915.934,83	2.351.595.221	217.246.824	175.230.481	2.975.162.759	2.526.825.702
Maiο	2.721.841.904	2.446.247.674	243.810.060	240.329.127	2.965.651.964	2.686.576.801
Junho	2.956.323.568	2.429.476.897	250.454.353	291.410.106	3.206.777.921	2.720.887.003
Julho	2.820.310.041	2.536.353.197	283.480.256	326.857.927	3.103.790.298	2.863.211.125
Agosto	2.921.620.179	2.766.478.801	308.241.077	313.950.469	3.229.861.256	3.080.429.270
Setembro	2.757.370.368	2.656.498.275	304.416.535	292.289.378	3.061.786.903	2.948.787.654
Outubro	2.819.546.628	2.936.313.181	271.818.313	218.637.093	3.091.364.940	3.154.950.274
Novembro	2.635.249.337	2.838.379.580	253.606.075	176.538.466	2.888.855.412	3.014.918.045
Dezembro		2.926.099.855		158.405.439		3.084.505.294
Total		31.273.800.021		2.780.193.097		34.053.993.118

Fonte: Sefaz - Relatórios Bimestrais.

Elaboração: SEI.

MUNICÍPIO

(Continua)

Tabela 16

Balço Orçamentário – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-out. 2022

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2022				
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.537.741.656	1.330.776.991	1.429.320.628	1.555.568.585	1.552.029.409
RECEITAS CORRENTES	1.513.832.991	1.318.163.078	1.392.503.466	1.413.322.133	1.377.940.978
RECEITA TRIBUTÁRIA	676.155.338	525.075.400	514.398.204	503.093.566	533.296.977
Impostos	570.733.770	470.555.521	471.417.624	461.395.099	487.247.533
Taxas	105.421.568	54.519.879	42.980.580	41.698.467	46.049.444
Contribuição de Melhoria	0	0	0	0	0
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	66.833.024	61.882.900	70.823.530	75.150.053	73.357.867
Contribuições Sociais	33.062.190	26.543.948	34.339.867	36.989.686	36.345.727
Contribuições Econômicas	0	0	0	0	0
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0	0	0	0	0
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	33.770.833	35.338.952	36.483.664	38.160.367	37.012.140
RECEITA PATRIMONIAL	52.609.514	57.649.066	73.351.244	72.959.438	75.100.386
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	11.689.477	4.657.187	4.007.737	8.038.747	8.002.945
Valores Mobiliários	40.917.680	52.991.010	69.342.825	64.920.143	67.049.724
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	224	266	294	225	47.231
Exploração de Recursos Naturais	0	0	0	0	0
Exploração do Patrimônio Intangível	2.133	604	389	324	486
Cessão de Direitos	0	0	0	0	0
Demais Receitas Patrimoniais	0	0	0	0	0
RECEITA AGROPECUÁRIA	0	0	0	0	0
RECEITA INDUSTRIAL	0	0	11.984	-	-
Receita da Indústria de Construção	0	0	0	0	0
RECEITA DE SERVIÇOS	292.215	400.777	174.712	239.170	180.607
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	503	165.290	1.005	11.460	331
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0	0	0	0	0
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0	0	0	0	0
Serviços e Atividades Financeiras	0	0	0	0	0
Outros Serviços	291.711	235.486	173.707	227.709	180.275
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	695.454.603	651.456.261	697.372.019	725.362.738	645.833.129
Transferências da União e de suas Entidades	415.768.896	383.087.675	423.769.833	438.329.311	392.175.577
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	173.758.646	160.062.237	158.793.582	174.166.000	152.272.637
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0	0	-	0	-
Transferências de Instituições Privadas	1.590	1.102.400	1.460.234	400	145.400
Transferências de Outras Instituições Públicas	105.923.910	107.202.778	113.347.200	112.092.934	101.238.075
Transferências do Exterior	0	0	0	0	0
Transferências de Pessoas Físicas	0	0	0	0	0
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0	0	0	0	0
Demais Transferências Correntes	1.561	1.170	1.170	774.092	1.440
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	22.488.298	21.698.674	36.371.772	36.517.168	50.172.012
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	12.024.545	9.870.217	14.261.768	20.832.608	22.109.070
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	6.446.288	4.584.343	6.909.720	6.006.719	21.524.651
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0	0	8.091.417	3.451.951	0
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	13.535	222.141

(Conclusão)

Tabela 16

Balanco Orçamentário – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-out. 2022

(R\$ 1,00)

Demais Receitas Correntes	4.017.465	7.244.114	7.108.868	6.212.355	6.316.151
RECEITAS DE CAPITAL	23.908.665	12.613.913	36.817.163	142.246.452	174.088.431
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	18.998.732	8.751.177	27.694.960	98.444.917	158.550.954
Operações de Crédito - Mercado Interno	12.205.017	8.751.177	18.146.960	37.280.917	10.715.142
Operações de Crédito - Mercado Externo	6.793.715	-	9.548.000	61.164.000	147.835.812
ALIENAÇÃO DE BENS	2.030.033	1.202.690	1.139.458	728.857	239.335
Alienação de Bens Móveis	0	0	0	0	0
Alienação de Bens Imóveis	2.030.033	1.202.690	1.139.458	728.857	239.335
Alienação de Bens Intangíveis	0	0	0	0	0
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0	0	0	0	0
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.879.899	2.660.046	7.982.745	8.594.162	2.514.342
Transferências da União e de suas Entidades	2.879.899	2.132.986	7.982.745	7.334.856	2.514.342
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0	0	0	1.259.306	-
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0	0	0	0	0
Transferências de Instituições Privadas	0	527.059	0	0	0
Transferências de Outras Instituições Públicas	0	0	0	0	0
Transferências do Exterior	0	0	0	0	0
Transferências de Pessoas Físicas	0	0	0	0	0
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0	0	0	0	0
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0	0	-	34.478.516	12.783.800
Integralização do Capital Social	0	0	0	0	0
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0	0	0	0	0
Resgate de Títulos do Tesouro	0	0	0	0	0
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0	0	-	34.478.516	12.783.800
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	52.846.181	49.628.811	63.189.840	59.112.779	58.240.343
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	1.590.587.837	1.380.405.802	1.492.510.468	1.614.681.363	1.610.269.752
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/ REFINANCIAMENTO (IV)					
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	1.590.587.837	1.380.405.802	1.492.510.468	1.614.681.363	1.610.269.752
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V+ VI)	1.590.587.837	1.380.405.802	1.492.510.468	1.614.681.363	1.610.269.752
TOTAL (VII) = (V+ VI)	1.326.077.587,63		1.227.099.414,09		

Receita intraorçamentária	2022				
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.
RECEITAS CORRENTES	52.846.181,42	49.628.810,64	63.189.839,60	59.112.778,64	58.240.343,25
CONTRIBUIÇÕES	50.358.805,57	46.953.242,33	52.443.090,46	56.126.193,59	55.266.782,46
Contribuições Sociais	50.358.805,57	46.953.242,33	52.443.090,46	56.126.193,59	55.266.782,46
RECEITA PATRIMONIAL	109.395,09	115.109,46	121.017,33	125.196,79	127.610,97
Demais Receitas Patrimoniais	109.395,09	115.109,46	121.017,33	125.196,79	127.610,97
RECEITA DE SERVIÇOS	0	0	0	0	0
Outros Serviços	0	0	0	0	0
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.377.980,76	2.560.458,85	10.625.731,81	2.861.388,26	2.845.949,82
Demais Receitas Correntes	2.377.980,76	2.560.458,85	10.625.731,81	2.861.388,26	2.845.949,82
TOTAL DE RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	52.846.181,42	49.628.810,64	63.189.839,60	59.112.778,64	58.240.343,25
TOTAL	50.841.252,57		51.958.876,94		

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador (2016/2015), RREO - Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "a" do inciso II e §1º).

Elaboração: SEI/Distat/Coref.

Tabela 17

Balço Orçamentário – Despesa – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-out. 2022

(R\$ 1,00)

Despesa liquidada	2022				
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	794.437.254,83	1.141.255.312,12	1.234.278.589,09	1.440.657.388,39	1.688.269.309,18
DESPESAS CORRENTES	760.693.509,87	1.056.026.089,52	1.127.094.290,31	1.206.379.638,31	1.369.866.486,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	418.077.279,43	424.192.358,91	437.623.394,99	448.977.194,22	444.811.682,66
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	8.368.907,71	11.815.668,14	16.382.693,74	9.597.518,56	16.717.831,31
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	334.247.322,73	620.018.062,47	673.088.201,58	747.804.925,53	908.336.972,94
DESPESAS DE CAPITAL	33.743.744,96	85.229.222,60	107.184.298,78	234.277.750,08	318.402.822,27
INVESTIMENTOS	21.430.998,60	73.938.795,88	93.006.547,04	183.348.866,17	284.064.558,12
INVERSÕES FINANCEIRAS	R\$ 2.101.100,00	R\$ 2.696.315,86	R\$ 5.589.469,29	R\$ 38.943.678,79	R\$ 20.997.392,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	10.211.646,36	8.594.110,86	8.588.282,45	11.985.205,12	13.340.872,15
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	52.846.166,01	50.190.292,52	62.628.860,24	59.112.276,12	58.240.826,25
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III)=(I+II)	847.283.420,84	1.191.445.604,64	1.296.907.449,33	1.499.769.664,51	1.746.510.135,43
SUPERÁVIT(IV)	-	-	-	-	-
TOTAL (V) = (III + IV)	847.283.420,84	1.191.445.604,64	1.296.907.449,33	1.499.769.664,51	1.746.510.135,43

Despesa intraorçamentária	2022				
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.
DESPESAS CORRENTES	52.512.142,07	49.849.247,71	62.280.614,87	58.762.066,95	57.893.582,02
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	52.402.746,98	49.734.138,25	62.159.597,54	58.636.870,16	57.765.971,05
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	109.395,09	115.109,46	121.017,33	125.196,79	127.610,97
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	334.023,94	341.044,81	348.245,37	350.209,17	347.244,23
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	334.023,94	341.044,81	348.245,37	350.209,17	347.244,23
TOTAL	52.846.166,01	50.190.292,52	62.628.860,24	59.112.276,12	58.240.826,25

Elaboração: SEI/Distat/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As despesas liquidadas são consideradas.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

A revista Conjuntura & Planejamento, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), aceita colaborações originais, em português, inglês e espanhol, de artigos sobre conjuntura e planejamento da economia e áreas afins, bem como resenhas de livros inéditos que se enquadrem nestes mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do conselho editorial, instância que decide sobre a publicação.

A editoria da SEI e o comitê editorial reservam-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, dentre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela instituição, constante no Manual de Redação e Estilo da SEI, disponível no site www.sei.ba.gov.br, menu “Publicações”.

Os artigos ou resenhas que não estiverem de acordo com as normas não serão apreciados.

O autor terá direito a um exemplar do periódico em que seu artigo for publicado.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- Artigos e resenhas devem ser enviados, preferencialmente, através do site da revista, opção "Submissão", ou por e-mail (cep@sei.ba.gov.br), para o comitê editorial da C&P.
- Devem ser apresentados em editor de texto de maior difusão (Word), formatados com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12.
- Devem ser assinados, preferencialmente, por, no máximo, três autores.
- É permitido apenas um artigo por autor, exceto no caso de participação como coautor.
- O autor deve incluir, em nota de rodapé, sua identificação, com nome completo, titulação acadêmica, nome da(s) instituição(ões) a que está vinculado, e-mail, telefone e endereço para correspondência.
- Os artigos devem conter, no mínimo, jun páginas e, no máximo, 15, e as resenhas, no máximo, três páginas.
- Devem vir acompanhados de resumo e abstract contendo de 100 a 250 palavras, ressaltando o objetivo, a metodologia, os principais resultados e a conclusão. Palavras-chave e keywords devem figurar abaixo, separadas por ponto e finalizadas também com ponto. Resumos e abstracts estarão disponíveis na revista eletrônica e não constarão na publicação impressa.
- As tabelas e demais ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) devem estar numeradas consecutivamente, com algarismos arábicos, na ordem em que forem citadas no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e localizadas o mais próximo possível do trecho a que se referem.
- As ilustrações de qualquer tipo devem estar acompanhadas dos originais. As fotografias devem apresentar resolução de 300 dpi (CMYK), com cor real e salvas na extensão TIFF.
- As notas de rodapé devem ser explicativas ou complementares, curtas, numeradas em ordem sequencial, no corpo do texto e na mesma página em que forem citadas.
- As citações de até três linhas devem estar entre aspas, na sequência do texto. As citações com mais de três linhas devem constar em parágrafo próprio, com recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT).

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu “Publicações”.



SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA



Estado da Bahia

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

ISSN 1413-1536



9 771413 153607